



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**ANA PAULA PERON**

**SER MULHER, SENTIR A VIOLÊNCIA, ENUNCIAR OS  
SENTIMENTOS: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A  
HUMILHAÇÃO NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

**CAMPINAS,  
2016**

**ANA PAULA PERON**

**SER MULHER, SENTIR A VIOLÊNCIA, ENUNCIAR OS  
SENTIMENTOS: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A HUMILHAÇÃO  
NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL**

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto  
de Estudos da Linguagem da Universidade  
Estadual de Campinas para obtenção do título  
de Doutora em Linguística.**

**Orientadora: Profa. Dra. Monica Graciela Zoppi Fontana**

**Este exemplar corresponde à versão final  
da Tese defendida pela aluna Ana Paula  
Peron e orientada pela Profa. Dra. Monica  
Graciela Zoppi Fontana.**

**CAMPINAS,  
2016**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

P424s Peron, Ana Paula, 1980-  
Ser mulher, sentir a violência, enunciar os sentimentos : um olhar discursivo sobre a humilhação na condição de violência conjugal / Ana Paula Peron. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Monica Graciela Zoppi Fontana.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Sujeito (Análise do discurso). 3. Violência contra as mulheres. 4. Violência conjugal - São Paulo (SP). 5. Enunciação (Linguística). 6. Linguagem e emoções. 7. Humilhação. I. Zoppi-Fontana, Monica, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Being a woman, feeling the violence, enunciating sentiments : a discursive view on humiliation as marital violence

**Palavras-chave em inglês:**

Discourse analysis

Subject (Discourse analysis)

Violence against women

Marital violence - São Paulo (SP)

Enunciation (Linguistics)

Language and emotions

Humiliation

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Doutora em Linguística

**Banca examinadora:**

Monica Graciela Zoppi Fontana [Orientador]

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Edson Carlos Romualdo

Silvia Regina Nunes

Telma Domingues da Silva

**Data de defesa:** 26-08-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Monica Graciela Zoppi Fontana

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Edson Carlos Romualdo

Silvia Regina Nunes

Telma Domingues da Silva

Suzy Maria Lagazzi

Luciana Cristina Ferreira Dias di Raimo

Helson Flávio da Silva Sobrinho

IEL/UNICAMP  
2016

**Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.**

Pois só quem ama pode ter ouvido  
Capaz de ouvir e de entender estrelas.

*Olavo Bilac*

Para **Leonildo** e **Aparecida**,  
meus amados pais, com quem aprendo todo dia o amor de  
família, a dignidade e a força de ser mulher.

Para **Laize** e **Érica**,  
sobrinhas tão queridas, minhas doces e sempre meninas, com  
o desejo de que jamais conheçam e nem sintam violências.

Para as **Filhas** e/ou os **Filhos** que eu quero ter,  
com os quais há muito eu sonho, repleta de ternura, e para os  
quais há muitos sonhos repletos de ternura.

## AGRADECIMENTOS

O que a memória ama fica eterno.  
Te amo com a memória, imperecível.

*Adélia Prado*

**Ao encerrar este ciclo, minha gratidão, meu amor com a memória:**

A **Deus** e à **Virgem Mãe**, que me sustentam a cada momento. Minha eterna gratidão pela vida que se completa e se refaz todos os dias com pessoas e com momentos tão especiais!

À minha muito amada e divertidíssima **família**:

Quase nunca falamos de amor, essa “palavra de luxo”, mas sempre a vivemos em cada coisinha do dia-a-dia. Acho que eu vou ser sempre a menininha de vocês, sem importar a minha idade.

Meu **Pai, Leonildo**, me ensina a cada dia, pelo cuidado que tem com minha mãe e com cada um de nós, como as pessoas devem ser tratadas. Obrigada, Pai, por me ensinar, com seu silêncio e com suas condutas, a ser sensível. Ainda tenho muito que aprender e que viver pra ter um pouco da sua paciência e da sua sabedoria!

Minha **Mãe, Aparecida**, com quem aprendo todo dia a ser forte, verdadeira e direta. Não somos parecidas apenas na voz... As palavras fogem pra falar de você, Mãe... sei o quanto a senhora gostaria de estar comigo no dia da defesa... Mas estamos juntas sempre!

Meus **irmãos** sempre me apoiaram, com mimos (muitos!), por eu ser a caçula (risos). O **Almir** sempre me ajudou com as coisas práticas da vida, tornando-as bem mais simples para mim. Distância nunca existiu quando era (é) pra me levar a tantos lugares – mesmo quando eu ia só uma mala de roupas e uma bolsa de livros, além de muitas ideias na cabeça – pra que eu alcançasse este sonho de tornar-me professora em uma universidade e de concluir este doutorado. O **Edmar** sempre esteve presente nos momentos em que as coisas precisavam ser resolvidas pela palavra carinhosa. Obrigada por ter me acolhido também na tua casa ao longo dos dois primeiros anos do doutorado. Passado o tempo, ainda tem tardes em que eu fico te esperando chegar e esqueço que a gente não mora mais junto. A **Márcia**, minha Tata, sempre faz comidinhas gostosas. Que delícia as nossas risadas de domingo e as nossas conversas até alguém dormir primeiro! Como você tem senso prático! Quando eu era pequena e você, recém-casada, eu sempre queria ficar na

tua casa, lembra? **Martinha e Valentim**, meus cunhados que estão no bloco dos irmãos também! Obrigada pelas delicadezas e por estarmos sempre juntos. A **Tia Maria**, com sua presença discreta e quase silenciosa, telefonou e me visitou a cada semana, só pra saber se estava tudo bem... E tem a **Laize** e a **Érica**, as minhas sobrinhas, as mais lindas, as minhas meninas! Que orgulho de vocês!

Aos **amigos**:

**Sandro**, meu querido amigo, obrigada pela sinceridade e pela beleza da nossa amizade. Obrigada pelo cuidado e por tanto carinho, por me acolher sempre e me ouvir sem preconceitos, ainda que muitas vezes eu te diga coisas meio sem sentido. Eu adoro conversar e rir com você, independentemente das distâncias físicas.

**Andressa**, obrigada pelas risadas, pela companhia e pelo bom humor. Minha melhor amiga, mas a mais chata. Adoro brigar com você.

**Andreia, Luciano, Claudia, Jaime e Felipe**, a gente passou tanto tempo longe por causa do meu doutorado... Espero que possamos estar mais juntos agora.

**Dri**, eu lhe sou grata por você nunca desistir de me telefonar pra saber como eu estava. Nossos silêncios significam demais. Obrigada por me deixar mimar o Biel.

**Bia**, a cada reencontro nosso, parece que a gente tinha se visto ontem.

**Paulo, Leila, Amarildo, Jane e Flávio**, vocês são especiais, cada um a seu modo. Diversidade bonita a dos nossos encontros.

**Gui**, além de você ser um interlocutor incrível, meu irmãozinho, eu quero te agradecer por nossa convivência divertida! Obrigada por ter me acompanhado naquela in-ter-mi-ná-vel viagem de Campinas a Maringá, quando o avião não conseguia pousar e você decidiu ir de ônibus comigo (porque eu, medrosa, desisti do voo) e já estávamos delirando de tanto sono na rodoviária.

**Val e Moluka**, minhas parceiras nas viagens e nos (des)caminhos do doutorado. Obrigada por tanto carinho e tanta escuta. Obrigada por me abrirem espaços que não se fecham em suas casas e em suas famílias.

**Verinha**, se não fosse você, o meu projeto à Comissão de Ética teria demorado bem mais pra ser aprovado. Obrigada pela ajuda imensa e imprescindível com relação àqueles trâmites.

**Fernandinha, Lu (a mãe da Luísa), Elza, Maristela, Laila, Mari**, vocês são dos melhores encontros que o doutorado me proporcionou.

**Nanda**, minha doce amiga, ter conversado com você naquela manhã de 2013 no SEAD foi fundamental para dar rumos a esta pesquisa.

**Lelé, Rejone, Jerônima, Samantha, Jo, Jeanettinha, Neiva, Ceci, Silvia, Ritinha**, amigas da graduação. Que maravilhoso é saber que o afeto não se desfaz nunca. Levo sempre vocês comigo.

**Vera** e **Thatiana**, obrigada por me acompanharem nesse caminho com a escuta certa e o cuidado acolhedor. Teria sido muito mais difícil sem a ajuda de vocês.

**Conceição**, você sempre tinha um quarto pra eu descansar em Campinas durante todo o processo do doutorado. Que bom foi poder contar com você nesse caminho!

**Douglas** e **Carol**, obrigada por me ensinarem um pouco de inglês quando a proficiência precisava (de todo jeito!) acontecer.

Aos **amigos da UNESPAR**, Campus de Apucarana:

Às minhas amigas professoras do Curso de Letras: **Nelu, Rosi, Francini, Silvana, Patrícia, Graça, Ana Paula, Juliana, Érica, Patrícia Iagallo**, que tanto me compreenderam, incentivaram e vibraram comigo esta conquista. Obrigada por sempre terem acreditado em meu trabalho, por compreenderem minhas ausências e por assumirem aulas e compromissos meus enquanto eu terminava a tese. Não teria sido possível sem esse apoio incondicional de vocês... Obrigada por me ajudarem a compreender e a experimentar que um ambiente de trabalho pode, sim, ser um lugar de afetos.

Aos demais **professores** e **funcionários**, pela nossa boa convivência.

A cada um de meus **alunos** e **orientandos**, que sempre estiveram comigo e cooperaram o tempo todo... Esta tese também tem o pensamento em vocês. Obrigada por tanto respeito e carinho que vocês têm por mim e por meu trabalho.

Agradecimento especial às **mulheres** que compartilharam comigo suas narrativas, tão plenas de vida e de sentimentos, e às **funcionárias** do Núcleo de Defesa da Mulher, que fizeram com que eu me sentisse tão à vontade naquele espaço que passou a ser meu também, ao longo da escuta dos relatos e da convivência. Obrigada a cada uma de vocês pela acolhida sincera e por acreditarem que a vida sem violências é possível!

Ao grupo de **secretários** do Programa de Pós em Linguística e do Comitê de Ética da Unicamp:

**Claudio, Rose** e **Miguel**, eu lhes serei sempre grata por toda a atenção e disponibilidade em me ajudar com todas as questões institucionais da Unicamp. Foi fundamental ter podido contar com vocês!

**Carlos** e **Rodrigo**, obrigada pela ajuda precisa, disponível, paciente e tão atenciosa com as questões do Comitê de Ética.

À **Capes**, pela concessão da bolsa nos dois primeiros anos. Ajudou demais!

Aos **professores**:

**Monica**, te admiro e te respeito muito! Quanta força teórica e quanta força de mulher há em você! Obrigada por ter tido tanta paciência comigo ao longo desse percurso do doutorado... Obrigada pela orientação segura e por acreditar em mim e no meu trabalho.

**Suzy**, você é mais linda que a noção de valor de Saussure! Quanta delicadeza e conhecimento cabem em uma só pessoa... Obrigada por me ensinar tanta coisa...

**Edson**, na minha defesa de mestrado, você disse que gostaria de ficar sempre por perto. E ficou mesmo! Muito obrigada por me acompanhar em todo esse caminho acadêmico, desde a graduação até o doutorado e por vibrar comigo a cada conquista. Obrigada pela parceria e pelo apoio de sempre.

**Claudia**, você é muito querida! Tão pouco nos falamos, tanta admiração tenho por você! Obrigada por ter aceitado dialogar sobre este trabalho comigo.

**Telma**, gostei de você desde quando você assistiu a uma fala minha sobre a maternidade e me perguntou assim: “mas quais são as materialidades que te permitem dizer isso?” Aquela pergunta deu muitos rumos às minhas análises!

**Silvinha**, eu te agradeço demais por você ter falado para mim, em uma das nossas aulas, que seria possível trabalhar com a humilhação... sem aquela nossa conversa, talvez este trabalho não tivesse acontecido assim. Ainda guardo o papelzinho em que você escreveu aquela sugestão. Muito obrigada por ter aceitado participar da defesa!

**Ludes**, que delícia estar perto de você! Saudade das nossas conversas intermináveis, dos nossos cafés e da Clarinha. Obrigada por ser minha amiga e também por ter aceitado compor a banca.

**Helson**, obrigada pelo sorriso de quando nos encontramos e por aceitar ler este meu trabalho.

**Sheila**, você acreditou em mim desde quando nos conhecemos em Guarapuava e me motivou muito a fazer doutorado. Obrigada pela orientação tão segura e paciente no trabalho de qualificação fora de área.

Professora **Ruth** e Professor **Wilmar**, embora não nos conheçamos pessoalmente, a ajuda de vocês foi essencial nos trâmites finais com o Comitê de Ética.

Professora **Clarice**, eu não tenho palavras pra expressar a minha gratidão à senhora que passou um feriado de carnaval todinho lendo poemas da Cecília Meireles para encontrar a fonte e a forma exatas do verso que eu quis muito usar na epígrafe do terceiro capítulo.

Afetos tão diversos, enfim...

Gratidão sem medida...

Desistir...  
eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério;  
é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas,  
mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros,  
mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.

*Cora Coralina*

## RESUMO

Sob a perspectiva teórica da Análise de Discurso de vertente materialista, a proposta desta pesquisa é realizar um gesto de leitura sobre a enunciação dos sentimentos no discurso da violência conjugal. Para tanto, o material de análise é constituído de relatos orais de mulheres que sofre(ra)m violência conjugal e busca(ra)m atendimento em um Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher, situado em um bairro de periferia na cidade de São Paulo. Ao debruçar-me sobre esses relatos, o que busco é observar, em sua materialidade, como os sentimentos são discursivizados na enunciação – dita e mostrada – de uma condição de violência na conjugalidade. O foco dessa pesquisa é, assim, ver como os sentimentos se formulam, no discurso, enquanto parte constitutiva de uma posição-sujeito. Para trilhar um caminho que me possibilite compreender discursivamente o sentimento e as mulheres na condição de violência, esta reflexão passa, primeiramente, pelos relatos e sua enunciação e também pelos discursos sobre violência contra a mulher e a instituição de defesa da mulher. Em seguida, faço um percurso pelos trajetos imaginários e os sentidos estabilizados da posição-sujeito que nomeei de “mulher em condição de violência conjugal”, porque é em virtude desses sentidos e dessas imagens recortadas por essa posição que os sentimentos são enunciados nos relatos, caracterizando-se como elementos constitutivos do sujeito mulher naquela posição. Por fim, volto o meu olhar sobre o processo de subjetivação da mulher pelos sentimentos, naquela posição-sujeito, e trabalho com a discursivização dos sentimentos por meio da enunciação que se materializa, pela voz, nas palavras e nos silêncios existentes nas formulações. Ênfase, com particular relevância e como objeto analítico, o sentimento da humilhação, que, por determinações sócio-históricas, eclode nessa posição-sujeito e toca a constituição da mulher no que se refere àquelas identificações imaginárias recortadas pela referida posição.

**Palavras-chave:** Mulher. Violência conjugal. Posição-sujeito. Sentimentos. Enunciação. Humilhação. Silêncio.

## ABSTRACT

From the theoretical perspective of the Discourse Analysis under the materialistic strand, the purpose of this research is to perform a reading gesture on the enunciation of the feelings in the discourse of domestic violence. For this purpose, the material under analysis consists of oral reports of women who suffer or had suffered marital violence and seek(ed) care and support in a Conviviality and Defense Center of Women, located on the outskirts of São Paulo. While analyzing the reports, I concentrated in observing how feelings, in their materiality arise through enunciation – said and shown – of a marital violence condition. The focus of this research is thus to understand how feelings are formulated into discourse, as a constituent part of a subject position. In order to understand discursively the feeling and the women in a violence condition, firstly, this reflection goes through the reports and their enunciation and goes through discourses about violence against women and the women defense establishment. After that, I reflect about the imaginary routes and the stabilized senses from the subject position which I nominated “women in domestic violence condition”, because it is due to these senses and these cutout images for this position that feelings are set out in the reports, characterizing themselves as constituent elements of the subject woman in that position. Finally, I cast my eye back over the women subjectivation process by feelings on that subject position, and I work with discursivization of feelings through the enunciation which materializes, through the voice, in words and in the existing silences in formulations. I emphasize, with particular relevance and as an analytical object, the feeling of humiliation, which in socio-historical determinations, breaks out in that subject position, and touches the constitution of women in relation to those imaginary identifications cut by that position.

**Keywords:** Woman. Marital violence. Subject positions. Sentiments. Enunciation. Humiliation. Silence.

## SUMÁRIO

<b>EU, MULHER, E A CONSTRUÇÃO DESTA PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
<b>O TRAJETO DA LEITURA .....</b>	<b>18</b>
<b>1 OS RELATOS, AS MULHERES E A CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA: ENCONTRANDO AS HISTÓRIAS .....</b>	<b>22</b>
1.1 Os relatos, minhas surpresas e o processo de sua “transcrição” .....	22
1.2 Os relatos e suas sobredeterminações históricas .....	30
1.2.1 A violência doméstica e familiar contra a mulher na conjugalidade .....	32
1.2.2 A instituição de apoio para mulheres em condição de violência .....	37
1.2.3 Mulher e instituição: um modo de resistir à condição de violência .....	42
1.3 Os relatos e sua enunciação: narrar a violência .....	50
<b>2 OS SUJEITOS NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA: COMPREENDENDO DISCURSIVAMENTE AS MULHERES E OS (SEUS) SENTIMENTOS ....</b>	<b>55</b>
2.1 A posição-sujeito e os espaços de estabilização de sentidos .....	55
2.2 Os sentimentos no discurso e sua relação constitutiva com uma posição-sujeito .....	60
2.3 A posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal” e seus trajetos imaginários .....	65
2.3.1 Mulher e mãe: sob um efeito (equívoco) de univocidade .....	68
2.3.2 Mulher e trabalhadora: sentidos que confluem .....	78
2.3.3 Mulher, esposa e amante: sentidos em (des)encontro .....	83
2.3.4 Mulher e bem-estar: um olhar a si para além de “papéis” e títulos .....	87
<b>3 A ENUNCIÇÃO DA HUMILHAÇÃO NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA: CAMINHANDO POR ENTRE DITOS E NÃO-DITOS .....</b>	<b>94</b>
3.1 A humilhação e seus efeitos: um elemento constitutivo da posição- sujeito “mulher em condição de violência conjugal” .....	94
3.2 A discursivização da humilhação: enunciar com palavras e silêncios .....	96
3.2.1 Dizer a humilhação: a enunciação pela palavra .....	98
3.2.2 Mostrar a humilhação: a enunciação pelo silêncio .....	107
<b>POR UM EFEITO DE FINALIZAÇÃO .....</b>	<b>124</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXO A – Normas utilizadas para a transcrição do material .....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXO B – Declaração de Aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa .....</b>	<b>140</b>

## **EU, MULHER, E A CONSTRUÇÃO DESTA PESQUISA**

O senhor... mire, veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra de montão.

*João Guimarães Rosa*

Sou gente em processo. Sou mulher, com tudo o que isso implica... Amo viver, amo sonhar, amo ensinar e aprender, amo idosos e crianças, amo o seu jeito de olhar e as suas risadinhas... Amo ser mulher!

Amo também as lutas femininas e valorizo demais essas lutas. E talvez seja até uma utopia, mas prefiro persegui-la: sonho poder ver, ainda que em mínimas coisas, um pouco das diferenças entre homens e mulheres serem desfeitas e, com elas, também desfeitas as violências que corroem e arrasam tantos sonhos. E, considerando esse lado sensível da mulher pesquisadora, procurei construir um trabalho em que pudessem ser faladas as mulheres em meio a tantos entornos, violências e sentimentos. Assim, olho para a mulher na condição de violência em relação ao sentimento das mulheres (de nós, mulheres) representado no discurso e constituindo esse sujeito mulher.

A temática das mulheres em face da violência tem sido minha companhia desde o mestrado, quando analisei o modo como se discursivizavam – nos boletins de ocorrência e nas falas das denunciantes – as histórias de mulheres que procuravam uma Delegacia Especializada para registrarem suas ocorrências, ou, como elas diziam, para “fazer uma queixa” sobre a pessoa, na maioria das vezes, o próprio parceiro, que as colocava em situações de violência, agredindo-as, ameaçando-as, humilhando-as, denegrindo-as. Confesso que o que mais me fascinava durante a coleta do material daquela pesquisa eram os momentos em que eu era vista não como pesquisadora, mas simplesmente (o que não é pouco!) como mulher – apesar das presilhinhas coloridas que enfeitavam meus cabelos naquela época – que poderia ouvir a história de outra mulher. O melhor momento daquela pesquisa era quando eu estava sentada na sala de espera da Delegacia da Mulher de Maringá, especialmente nas tardes quentes de segundas-feiras, e chegava uma mulher, olhava para mim e, para “puxar conversa”, me perguntava se eu também

estava esperando pra registrar um boletim. E, em geral, elas ficavam bastante surpresas quando eu lhes dizia que não, e que estava ali para fazer uma pesquisa. Eu não precisava perguntar nada, pois já tinham início os relatos tão preciosos daquelas mulheres. Histórias que, em uma sala de espera de Delegacia, sempre eram permeadas pela dor, muitas vezes pela raiva, mas também pela esperança e pelo desejo de fazer diferente dali em diante. Tudo aquilo me fascinava. E ainda fascina. Com aquelas mulheres, também aprendi um pouco do muito que significa ser mulher.

Depois do mestrado, fiquei por algum tempo – os quatros anos que se entrepuseram entre a defesa do mestrado e o início do doutorado (aquele tempo bacana em que, academicamente falando, fui “só” professora) – pesquisando a Lei Maria da Penha, que havia sido promulgada quando eu estava já terminando o curso de mestrado. Inicialmente, o que eu havia pensado para meu doutorado era estudar com mais profundidade algumas questões discursivas relacionadas àquela Lei. Os caminhos e as escolhas, porém, foram se modificando no trajeto inicial do curso, e me veio novamente a vontade de ouvir as mulheres. Na verdade, esse anseio nunca havia desaparecido... E foi quando surgiu a oportunidade de ouvir algumas mulheres que se encontra(va)m em situação e em condição de violência doméstica e familiar. Recolhi, então, os relatos que passaram a constituir o *corpus* de minha tese em um Núcleo de Defesa da Mulher situado em uma grande periferia da cidade de São Paulo.

Além de me acompanhar desde a pesquisa do mestrado, a opção por trabalhar com os relatos também reflete, a seu modo, o meu desejo de ampliar a legitimação para os dizeres das mulheres, realizando um gesto de leitura sobre os processos de subjetivação da mulher, naquele contexto urbano, a partir das narrações de quem carrega na mente e no corpo as marcas, os sentimentos e os sentidos que a violência doméstica e familiar produz. Desse modo, também a temática da pesquisa de doutorado mantém uma continuidade com aquela do mestrado: os processos de significação ainda os busco nas falas de mulheres que se deparam e convivem com a violência doméstica e familiar na conjugalidade, mas agora percorro esse caminho com outros objetivos, outras inquietações e em outra instituição.

Nesses relatos de agora, tão povoados de memórias, de detalhes e de silêncios, procuro explicitar o modo como as mulheres se significam em relação a

elas próprias, ao parceiro, à sociedade e aos filhos, ao terem suas vidas perpassadas e constituídas pela violência doméstica e familiar no relacionamento conjugal. Esse gesto constitui, pois, uma tentativa de compreender como as próprias mulheres se significam no discurso quando relatam sua história de vida e suas experiências com a violência no relacionamento amoroso. Mais do que isso, ouvir as falas dessas mulheres me permite compreender um pouco a forma como o feminino é constituído e discursivizado em relação aos sentimentos enunciados pelo sujeito mulher na condição de violência, os quais também produzem um processo de subjetivação. E traço esse caminho a partir da relação mulher-violência-sentimentos, olhando para sentidos que vão sendo tecidos por palavras e por silêncios, não em uma ordem fixa e/ou isolada, mas em uma imbricação tal que, por vezes, se dissolvem, se diluem – mas também se multiplicam – em funcionamentos discursivos plurais. Tecer uma forma para essa relação é, pois, o meu desafio.

## O TRAJETO DA LEITURA

Eu escrevo sem esperança de que o que eu escrevo altere qualquer coisa.  
Não altera em nada... Porque no fundo a gente não está querendo alterar as coisas.  
A gente está querendo desabrochar de um modo ou de outro...

*Clarice Lispector*

Discutir questões relacionadas à violência contra a mulher não é algo novo. Essa violência ganha, a cada dia, mais visibilidade pelas instâncias institucionais e midiáticas, e, em termos acadêmicos, é, há muito tempo, objeto de grande interesse dos estudos relacionados às Ciências Sociais. E, assim como tantos outros analistas que se voltaram para esse tema, desejei também eu, enveredar-me por esse caminho.

Quis percorrê-lo, entretanto, questionando-me sobre os sentimentos dessa mulher que experimenta cotidianamente a violência em um espaço tão íntimo como o da conjugalidade, de modo a olhar para a enunciação dos sentimentos em ser mulher e em sentir a violência. E então me aventurei a ouvir relatos de mulheres que sofre(ra)m violência conjugal e busca(ra)m atendimento em um Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher, situado em um bairro de periferia na cidade de São Paulo. Mas é preciso explicitar que não se trata de ouvir esses relatos para saber quais são os sentimentos das mulheres que narram a violência. Nessa direção, temos trabalhos belíssimos no campo da Antropologia, da Psicologia, da Sociologia, dentre os quais vale citar, por exemplo, o de Stecanela e Ferreira (2009). Ao debruçar-me sobre esses relatos – de beleza singular e encantadora –, o que busco é saber sobre como os sentimentos são discursivizados na enunciação de uma condição de violência na conjugalidade.

Para tanto, tomo por base teórica a perspectiva da Análise de Discurso de vertente materialista, estabelecida por Michel Pêcheux, a partir da qual procuro observar o modo como, ao falar de violência conjugal, os sentimentos – considerados, nesta pesquisa, enquanto práticas ideológico-discursivas (ORLANDI, 2012), sem remissões a inclinações pessoais ou mesmo a representações sociais – são enunciados e entram na constituição desse sujeito em condição de violência. O foco desse meu gesto de leitura é, assim, ver como os sentimentos se formulam, no discurso, enquanto parte constitutiva de uma posição-sujeito. Sob essa perspectiva

teórica, meu empenho é realizar uma análise discursiva sobre os sentimentos, observando a maneira pela qual a enunciação deles funciona no sentido de caracterizar a mulher na condição de violência.

Para trilhar um caminho que me possibilite compreender discursivamente o sentimento e as mulheres na condição de violência, organizo minha reflexão de modo a passar pelos relatos, pelos discursos sobre violência contra a mulher, pelo aspecto institucional, depois pelos trajetos imaginários da posição-sujeito e chegar, enfim, à discursivização dos sentimentos.

Primeiramente, empreendo uma leitura sobre o próprio material de análise, tecendo reflexões sobre a constituição do arquivo e do *corpus* de pesquisa, bem como sobre as narrativas, o processo de sua “transcrição” e seus (des)caminhos e (des)encontros, pois foi a natureza oral desse material e o modo de construção desse arquivo, desde o contato com o Núcleo e com as participantes até o momento em que elas me contavam suas histórias, que me permitiram uma entrada analítica pelo viés do sentimento e de seu modo de discursivização nos relatos. Nessa leitura sobre o material, sua obtenção e suas especificidades, reflito também sobre o movimento de enunciar a violência, ressaltando o fato de que buscar esse material em uma instituição já é, por si, bastante significativo enquanto condição de produção de um discurso sobre a violência contra a mulher: meu sujeito de pesquisa não é qualquer mulher que sofre violência na conjugalidade, mas aquela mulher que, nessa condição, busca ajuda institucional como forma de (tentar) romper com o ciclo de violência e que enuncia – e, portanto, discursiviza – essa realidade pelo relato oral. A partir dessa reflexão, passo a discutir a condição de violência doméstica e familiar contra a mulher na conjugalidade e as sobredeterminações históricas que constituem essa violência enquanto prática, ressaltando também questões referentes à instituição em que colete o material da pesquisa e à relevância que a filiação das mulheres ao caráter institucional possui enquanto modo de resistir à violência, processo marcado enunciativamente nos relatos. Finalizando essa parte, realizo uma leitura acerca do processo discursivo de narrar a violência, que coloca em jogo, no funcionamento próprio da enunciação, os ditos e os não-ditos que significam a mulher em condição de violência.

Tendo refletido sobre todas essas sobredeterminações históricas do processo de enunciar a condição de violência, passo, então, para a segunda parte deste trajeto, destinada a analisar a posição-sujeito que enuncia a violência e o

sentimento, com as representações imaginárias que compõem essa posição. Procuo pensar os sentidos e os sujeitos constituindo-se na prática de viver, sentir e narrar a violência. Para tanto, a partir dos laços afetivos que as mulheres vão enunciando ao compartilharem comigo suas histórias, percorro os relatos em busca de regularidades que apontem para as significações de mulher ali presentes: a esposa, a mãe, a amante, a trabalhadora, e um “eu, mulher” – sentido que se constitui, em princípio, como algo aparentemente separado daquelas outras possibilidades. Ao olhar para essas imagens que, por vezes, acabam por produzir espaços de suposta transparência na constituição de sentidos para o sujeito mulher, explícito um diálogo entre elas e os efeitos de pré-construído e de sustentação que constituem a mulher em filiação a uma posição-sujeito que chamo de “mulher em condição de violência conjugal”. Olho, assim, para a relação constitutiva desse sujeito com os já-ditos que tangenciam as construções históricas e culturais e que podem funcionar como sentidos estabilizados daquilo que significaria “ser mulher” em uma conjugalidade constituída pela violência nessa posição. Acerca dessas imagens, saliento que já havia me deparado com algumas delas (especialmente com as de esposa e de mãe) quando fiz a pesquisa de mestrado e trabalhei com a discursivização da violência conjugal no momento em que as mulheres registravam boletins de ocorrência em uma Delegacia da Mulher (PERON, 2007). Esse fato de que as imagens da mulher em relação à violência na conjugalidade já tenham aparecido em análises anteriores (não somente nas minhas análises) mostra-se relevante, pois confirma que tais imagens, estabilizadas pelo interdiscurso e recortadas por uma posição-sujeito, não são aleatórias, mas sócio-historicamente construídas, e emergem para esse sujeito que vai se constituindo diante das violências. Na presente pesquisa, traço esse percurso imaginário porque é em virtude dele que os sentimentos vão sendo enunciados e, assim, discursivizados nos relatos a partir da posição-sujeito. Toda essa discussão sobre as imagens constitutivas da posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal” me possibilita formular que os sentimentos, sob a ótica discursiva materialista, são elementos constitutivos de uma posição-sujeito.

Como última parte deste percurso, volto o meu olhar sobre a subjetivação da mulher pelos sentimentos, naquela posição-sujeito. Enfatizo, com particular relevância e como objeto analítico, o sentimento da humilhação, que, por determinações sócio-históricas, eclode na posição-sujeito “mulher em condição de

violência conjugal” e toca a constituição do sujeito mulher no que se refere àquelas identificações imaginárias recortadas pela referida posição. Pensado enquanto discurso, o sentimento de humilhação é constituído na contradição e, ao ser enunciado, pode trazer no bojo outros sentimentos, como o medo, a coragem, o amor, a culpa. Ressalto, no entanto, que analiso a enunciação de outros sentimentos apenas na medida em que eles se mostram como efeitos da humilhação, sobre a qual incide meu recorte. Para traçar esse percurso de refletir sobre o modo de enunciar os sentimentos na linguagem, eu percorro as formas materiais que me permitem dizer que está sendo enunciada a humilhação, trilhando um caminho que passa por entre ditos e não-ditos, pelo afirmado e pelo mostrado, por palavras e por silêncios, nas formulações. No espaço da palavra (o campo do dito), observo a humilhação a partir da palavra do sujeito enunciador que, no fio intradiscursivo, produz gestos de nomear e dizer os sentimentos, e também a partir da palavra do outro sobre a mulher, enunciada nos relatos, especialmente pelas designações humilhantes que o outro utiliza para se referir à mulher. No espaço do silêncio (o campo do mostrado), penso a humilhação manifestada nas pausas, nas hesitações, nas ênfases prosódicas, naquilo que se diz para se calar outros sentidos, ou seja, nessas materialidades – que constituem os espaços de enunciação do silêncio – em que (não) é possível dizer a mulher, a violência, a maternidade, o desejo, o trabalho, a humilhação, mas que significam pelo silêncio como (im)possibilidade de enunciar o “ser mulher”, produzindo sentidos que muito possivelmente não eclodiriam pela palavra.

Como forma de produzir um efeito de finalização, retomo esse trajeto para sinalizar que os sentimentos – ditos e mostrados quando se enuncia uma condição de violência – constituem um dos traços constitutivos dessa mulher que ocupa uma posição-sujeito, podendo ser concebidos como objetos paradoxais, como sentidos nos quais há o confronto do simbólico com o político e cuja enunciação se dá a partir de processos históricos e ideológicos que constituem memórias que atravessam esses dizeres, produzindo sentidos na linguagem.

## I

## OS RELATOS, AS MULHERES E A CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA: ENCONTRANDO AS HISTÓRIAS

Somos feitos de átomos, dizem os cientistas,  
mas um passarinho me contou que também somos feitos de histórias.

*Eduardo Galeano*

### 1.1 Os relatos, minhas surpresas e o processo de sua “transcrição”

Empreender uma pesquisa é sempre um doce e árduo desafio. Escolher o material da análise, também. Diante das muitas possibilidades de materialidades que me permitiriam trabalhar com a temática da mulher e da violência, em uma via discursiva, escolhi ficar com os relatos de mulheres que têm e tiveram suas vidas defrontadas com a violência, especificamente, aqui, com a violência doméstica e familiar ocorrida na conjugalidade<sup>1</sup>.

Considero o material que tenho enquanto relatos – e não entrevistas –, pois eu tinha em mente alguns pontos a respeito dos quais eu gostaria de ouvir as mulheres, mas a coleta do material não aconteceu exatamente assim. Em um momento inicial, eu pensava em fazer uma conversa semiestruturada a partir destes tópicos:

- Há quanto tempo você está frequentando este Núcleo? Por que você o procurou?
- Conte-me um pouco de sua história de vida: da sua infância, sua adolescência, de coisas que você gosta, de algum momento que te traga uma lembrança boa.
- Fale um pouco das coisas que marcaram você em relação à sua vida afetiva e conjugal.

---

<sup>1</sup> Além da idade superior a 21 anos, outro critério considerado para a participação na pesquisa foi que a forma de violência vivenciada pela mulher precisaria ter ocorrido no espaço doméstico e familiar e ser relativa à pessoa com quem a mulher tenha ou tivesse tido um relacionamento amoroso, independente de coabitação.

- Fale também a respeito de como você se vê enquanto mulher. O que é, o que significa, para você, ser mulher?

Hoje, considero muito significativa aquela minha ilusão. Eu pensava em indagar as mulheres a respeito dessas coisas, mas, na prática, eu lhes fiz, em todos os casos, a primeira e, na maioria deles, também a última pergunta, pois as demais eram relatadas sem que eu nada pedisse. Bastava que eu fizesse a primeira pergunta (notadamente de caráter fático) e lá se desenrolavam as narrativas. Muitas coisas que eu não tinha sequer pensado em perguntar se foram desenhando nas falas e nos silêncios daquelas mulheres. E, mesmo em meio a tantas coisas ditas e silenciadas pelas mulheres, os “tropeços” em suas narrativas não se desfizeram e mostraram suas regularidades.

A respeito da escuta das mulheres, a única parte do que eu havia pensado em meu projeto e que ocorreu da forma planejada foi o fato de que eu pretendia deixar o relato seguir o máximo livremente possível, fazendo alguns poucos questionamentos às mulheres, apenas no sentido de esclarecer melhor algum ponto que elas tivessem abordado. Agora, porém, olhando para esse rico material, eu fico me perguntando: o que seria o “esclarecer melhor”? O que eu poderia desejar “esclarecer melhor”, se aquilo a que me propusera tinha sido ver como, ao enunciar a violência, as mulheres falavam de si e de seus sentimentos, movimentando-se discursivamente e criando espaços para a resistência, para o deslocamento subjetivo? Até que ponto não seriam aqueles silêncios tão ou mais “esclarecedores” que aquelas falas? Como lembra Orlandi (1992, p. 13), o silêncio é a “‘respiração’ (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido”.

Levando isso em consideração, posso dizer que o momento da coleta do material foi demasiadamente bonito, significativo e enriquecedor para mim, pois cada mulher me permitia conhecê-la um pouco, deixava que eu soubesse de suas dores e de suas vitórias ao me contar a sua história, ao reviver aquela história para contá-la para mim. E, por muitas vezes, elas se emocionaram (e eu também, junto com elas). Tomei, assim, partido pela escuta dessas mulheres: compartilhei de suas angústias e esperanças, senti, incontáveis vezes, a mesma raiva, as mesmas dores e os mesmos desejos de mudança. Compartilhei com elas daquele “ser mulher”.

Se, em uma tese de doutorado, me é permitida uma digressão, eu diria que ouvir aquelas histórias é (sim, no presente!) a parte mais bonita e a porção mais

significativa deste meu trabalho. O mo(vi)mento de sentar-me junto daquelas mulheres que eu não conhecia e escutar o que, de suas experiências em face da violência, elas queriam me dar a conhecer, continua fazendo sentidos em mim, mulher.

Apesar de sabermos que o analista nunca se desprende de sua própria constituição enquanto sujeito, estando sempre ligado às suas “condições de produção”, a um dado momento foi necessário deixar também a pesquisadora – e não somente a mulher – ouvir aqueles relatos. Não foi muito simples. Não é nada simples, a propósito.

Ao estudar discursivamente histórias de vida de pessoas ditas “excluídas” (grifos do autor), Guilhamou (2007, p. 200) explica que, nesse processo de falar/ouvir, há uma “razão discursiva, ao mesmo tempo, instituinte de uma fala de emancipação para o dito ‘excluído’, e compartilhada com o entrevistador num espaço comunicativo, intersubjetivo”. Com isso, o autor estabelece a diferença entre uma entrevista sociológica e uma entrevista discursiva, afirmando que

a razão sociológica define o próprio pesquisador como um produto da história observada, na sua posição de “co-autor” no encontro com o Outro. A razão discursiva introduz-nos, por sua parte, numa “história de vida” na qual o observador-entrevistador tem sua parte de coator, exercendo, portanto, diretamente sua responsabilidade no que faz sentido no interior da “história de vida” (GUILHAMOU, 2007, p. 201).

Tendo presente essas considerações, creio poder dizer que o *corpus* desta minha pesquisa é uma grande escuta discursiva, estabelecida no contato face a face entre as mulheres participantes e eu, mulher e pesquisadora, ocorrido em uma instituição específica e sob as formas materiais da oralidade. Nesse sentido, compartilhando da reflexão de Santana e Melo e Costa (2014, p. 3), é possível afirmar que esse mo(vi)mento discursivo de escuta

não se trata tanto de ouvir para saber, de estabelecer um ponto preciso entre sujeito-objeto-de escuta e sujeito-entrevistador ou de coletar dados. Trata-se, antes, de tentar compreender o funcionamento de discursos, a atualização de memória, acontecimentos que irrompem e, por isso mesmo, produzem deslocamentos sobre as identificações de quem se dispõe a escutar. Se, discursivamente, dizer é dizer de si em movimento, ouvir, por correspondência, é também permitir-se deslocar nas/das filiações prévias ocupadas pelo analista. Não se trata de apurar dados,

portanto, visto que o analista estará no lugar de se confrontar com fatos discursivos, construídos em relação à sua própria presença.

Enquanto material de análise, componho esse *corpus* valendo-me dos relatos de doze mulheres, cada um deles com duração compreendida entre trinta a oitenta minutos. Para obter e gravar esse material, eu fiz contato com a coordenação de um Núcleo de Defesa da Mulher, situado em uma grande região de periferia da cidade de São Paulo, e passei a frequentar o local por alguns dias para conhecer um pouco o seu funcionamento, as profissionais que ali trabalha(va)m, o modo como era realizado o acolhimento e o atendimento às mulheres. Confesso que também eu me senti muito bem acolhida naquele lugar, como as demais mulheres que frequentam e estabelecem convivências naquele espaço. Uma das participantes relatou-me o seguinte sobre a participação dela no Núcleo:

não é a primeira vez que eu sofri violência doméstica né... mas é a primeira vez que eu tenho:: apoio... ... é a primeira vez que eu tenho apoio até então eu nem sabia que existia Casa assim... a [xx] aqui é muito bom pra gente é muito agradável é muito bom ter um lugar... sabe... um lugar pra poder... curar nossas dor e recomeçar... ... .. (Rita, 44)<sup>2</sup>.

É necessário ressaltar que não se trata de uma casa-abrigo, mas de um núcleo organizado de defesa da mulher, em que as mulheres recebem atendimento pontual e/ou mais prolongado (por meio de oficinas, grupos, atendimentos e acompanhamentos sociais, psicológicos, encaminhamentos e orientações etc.) para lidarem com o enfrentamento da violência de gênero, visto que todas as mulheres que procuram o Núcleo têm em comum o fato de conviverem, em algum momento de suas vidas, com situações de violência doméstica e familiar, especialmente por parte de seu parceiro, embora outras formas de violência doméstica e familiar também sejam consideradas e atendidas<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Saliento que todos os nomes das mulheres que aparecem neste texto são fictícios e que todos os dados que pudessem sinalizar para qualquer identificação das participantes ou de pessoas e lugares citados nos relatos foram cuidadosamente apagados na transcrição do material. O número que aparece após o nome fictício corresponde à idade real da participante no momento da coleta dos dados.

<sup>3</sup> Durante a etapa dos relatos, ouvi, por exemplo, uma senhora que relatava sofrer violência por parte das filhas, e outra que relatava nunca ter sofrido violência advinda do companheiro, mas que começara a frequentar o Núcleo para ajudar outras amigas a lidarem com a violência. Esses relatos, saliento, não foram utilizados como *corpus* nesta pesquisa, em virtude de não atenderem aos critérios aqui estabelecidos, mas eles ainda reclamam leituras. Especialmente os silêncios que permeiam o

Aos poucos, fui tendo contato com aquelas mulheres – tão marcadas pela violência, mas também pelo desejo de novas perspectivas – e fui convidando algumas delas para participarem desta pesquisa; também as psicólogas do Núcleo me ajudaram nesse convite às mulheres. Todas as participantes são maiores de idade e, de livre e esclarecido consentimento, concordaram em me contar um pouco de suas vidas, em repartir comigo um pouco de sua intimidade e em me falar das violências, da superação ou não dessas situações, enfim, de como se sentem e se significam enquanto mulheres em face dessas violências que lhes eram (são) perpetradas por seus parceiros. A coleta, como de praxe, seguiu as exigências da ética na pesquisa: o projeto passou pela aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas<sup>4</sup>, e todas as mulheres participantes assinaram um documento de autorização (um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para que eu pudesse gravar e utilizar seus relatos.

E, depois desse momento inicial de planejamento, de contato e de conhecimento, vieram, finalmente, os relatos com toda a sua beleza.

Construir um *corpus* a partir de relatos orais demanda, primeiramente, que seja realizada a sua transcrição/transposição para a forma escrita. No início, porém, a dúvida: como transcrever? Traduzir aquelas histórias para o padrão da ordem escrita? Manter o máximo de fidelidade à entonação, às terminações das palavras, aos usos pronominais? Marcar as concordâncias e as não-concordâncias às adequações de número impostas por uma norma linguística padrão? Como afirma Barbai (2008), “muito se perde quando a oralidade se vê refém da escritura”<sup>5</sup>, já que a fala “tem uma estabilidade própria no oral, porque ela não passa nem pela dependência e nem pela dominação do escrito” (BARBAI, 2008, p. 113). Mas era preciso colocar o áudio em papel...

---

relato desta senhora que me dissera nunca ter tido problemas em relação à violência na conjugalidade, embora tivesse frequentado por muito tempo aquele Núcleo. A convite das funcionárias da Casa (como é comumente referido o Núcleo), ela retornou ali em uma manhã ensolarada e conversamos longa e calmamente. Os silêncios dela ainda continuam produzindo sentidos em mim, mulher e pesquisadora.

<sup>4</sup> O projeto de pesquisa fora aprovado pelo Comitê de Ética sob o Parecer nº 183.054, de 18 de dezembro 2012. A declaração de aprovação se encontra em anexo.

<sup>5</sup> Também tomado pela angústia de “transpor” o material oral que constituiu o *corpus* de sua tese para a forma escrita, o autor sinaliza para uma preocupação sobre a “necessidade de se fazer um estudo, na Análise de Discurso, que pense a oralidade como materialidade que não passa e nem depende da escrita” (BARBAI, 2008, p. 113). Agradeço muito ao Marcos Barbai pela ajuda solícita que me dispensou com relação às questões e às inquietações da transcrição.

Para empreender esse gesto, foram valiosas para mim as considerações tecidas por Flores (2006). De acordo com o autor, as transcrições são feitas de diferentes modos para atender a necessidades específicas da pesquisa e também a diferentes expectativas sobre o que deve ser preservado na passagem da fala para o transcrito. Sob um viés enunciativo que caminha na esteira de Benveniste, considerando, assim, a irrepetibilidade da enunciação<sup>6</sup>, e atrelado, também, à psicanálise lacaniana, o estudioso compreende que a transcrição constitui-se em “uma enunciação sobre outra enunciação” e, portanto, é um “ato submetido à efemeridade da enunciação que, por sua vez, está na dependência da impossibilidade de que tudo se diga, constitutiva da clivagem do sujeito” (FLORES, 2006, p. 62).

Para o autor, a transcrição é um ato que nos permite passar de uma forma (oral) à outra (escrita), de uma substância à outra, consistindo em um produto de um processo que abarca dois atos: uma *operação de ciframento* – a produção de um objeto, com base em regras de transposição determinadas – e uma *operação de deciframento* – a leitura do transcrito. O ciframento é considerado por Flores como “uma tentativa de burlar o *tudo não se diz (...)* [e] por essa operação, tenta-se ignorar o impossível da passagem de um sistema a outro”. O deciframento, por sua vez, supõe uma totalidade, supõe que “nela não seja lido mais do que aquilo que se pretendeu escrever” (FLORES, 2006, p. 72-73, grifos do autor). Contudo, o autor conclui que,

em ambas, há um resto que escapa à formalização: há o resto que não cabe no ciframento, é o que permanece no objeto transcrito; há o resto que não cabe no deciframento; é o que permanece na transcrição (FLORES, 2006, p. 73).

Pensando discursivamente, transcrever é um gesto de interpretação que trabalha nos limites da incompletude da linguagem e dos sentidos e também do sujeito; é um gesto de leitura, um ato no nível simbólico, portanto (PÊCHEUX, 2010 [1969]). E, como tal, também produz seus efeitos de sentido na incompletude, que

---

<sup>6</sup> Para Benveniste, a enunciação é sempre única e irrepetível, porque a cada vez que a língua é enunciada têm-se condições temporais (agora), espaciais (aqui) e pessoais (eu/tu) singulares. “Assim, cada análise de linguagem é única também. É da ordem do repetível apenas a organização do sistema da língua” (FLORES, 2006, p. 71). Sob o viés discursivo, eixo da presente análise, a compreensão de enunciação é deslocada para o gesto de estabelecer, sob determinadas condições de produção, fronteiras entre o que é dito, “selecionado”, e o que é “rejeitado” pelo enunciado (cf. PÊCHEUX; FUCHS, 2010 [1975], p. 175).

“não deve ser pensada em relação a algo que seria (ou não) inteiro, mas antes em relação a algo que não se fecha” (ORLANDI, 2007, p. 11). Assim, por mais que eu tenha tentado fazer uma transcrição a mais aproximada possível da fala de cada mulher – respeitando, especialmente, suas pausas, ênfases, entonações e silêncios, anotando os espaços em que a voz se torna quase um sussurro, ou que fica embargada pela vontade do choro ou, ainda, praticamente incompreensível –, sempre esse meu gesto de transcrever será incompleto e apontará para sentidos que escapam enquanto ela narra para mim uma parte de sua história de vida permeada de violências e de sentimentos.

Contudo, é essa forma material possibilitada pela construção deste *corpus* – que significa e se constitui não somente pela oralidade, mas por todas as condições envolvidas na coleta dos dados, desde o convite para que as mulheres falassem de sua própria vida constituída também de violências a uma pesquisadora ainda jovem até as projeções imaginárias instauradas sobre o ser e o sentir(-se) mulher naquele momento de narrar – que me permite propor uma análise discursiva dos sentimentos também em termos de silêncios e não apenas de palavras. É essa oralidade que “se opõe ao texto escrito, ou seja, a que não é a escrita, e nem passível de ser” (GALLO, 1995, p. 48), que me permite percorrer longamente os relatos, atentando-me para a **enunciação dos sentimentos** também por aquilo que a escrita não deixa ver: as hesitações, a pausa, o truncamento, o alongamento, a ênfase, o ritmo, o choro, o sussurro, o riso.

Para realizar a transcrição dos relatos, a norma que utilizei se pautou inicialmente naquela que é proposta pelo projeto NURC. Entretanto, senti a necessidade de realizar nela algumas modificações. No tocante às pausas, por exemplo, os relatos parecem exceder tal notação que utiliza o sinal [...] para indicar qualquer tipo de pausa. Em se tratando de processos de significação e de subjetivação, acredito ser importante sinalizar as pausas de modo a procurar, mesmo nesse gesto incompleto de transcrição, ficar um pouco mais próxima à fala das mulheres e ao modo como elas significam a si próprias e representam os sentimentos ao falarem de si e da condição de violência. Assim, para marcar as pausas mais corriqueiras (aquelas que poderiam corresponder a um momento fisiológico de respiração), mantive o sinal [...]; no caso das pausas maiores, as quais já considero indicativas de espaços de silêncio, espaços daquilo que é mais difícil dizer ou do que não se pode dizer, estou ampliando essa notação e repetindo a

sinalização: utilizo [... ...] para as pausas longas (algo entre dois e três segundos) e [... ... ...] para as pausas ainda mais longas (um silêncio que excederia os aproximadamente três segundos). Houve, ainda, espaços de transcrição em que considerei necessário ampliar a repetição dessa notação para indicar a pausa. Uma tentativa de *cifrar* essa transcrição de modo a oferecer ao leitor (e a mim mesma, pesquisadora) a ilusão de realizar, o mais fielmente possível, uma transcrição daquelas falas. Saliento, no entanto, que as pausas não estão milimetricamente cronometradas, e é apenas o meu gesto de escuta – atrelado, sim, ao correr do tempo que vejo sendo marcado pelo *player* – que marca a extensão desses espaços em que se “diz”, ou, mais especificamente, em que se produzem sentidos com o silêncio<sup>7</sup>.

Mas, por que justamente e especialmente a pausa encanta meu olhar e me faz procurar outro modo de notação em uma tentativa de “burlar o *tudo não se diz*”?

Considero que as pausas, essa modalidade de hesitação que rompe a sintaxe, realizadas pelas mulheres são os espaços em que o silêncio significa e por meio das quais a expressão dos sentimentos fica representada e enunciada<sup>8</sup>. Acredito que as pausas não sejam somente uma questão de respiração, mas de reorganização; a pausa me parece um espaço possível de repensar o que contar a mim, de fazer círculos em redor de alguma ferida, de dizer o indizível que emerge em uma fala que, inicialmente, é bastante corriqueira, de uma palavra que se toma após uma pergunta simples como esta com a qual iniciei as conversas: “Conta pra mim um pouquinho de por que a senhora procurou esta Casa (o Núcleo)”. Diante dessa pergunta, a narrativa seguia simples, mas paradoxalmente complexa. E, assim, um espaço da vida daquela mulher ia se delineando entre o contado e o silenciado diante do meu olhar e do meu ouvir, que ela – dava-me a impressão – enxergava como parte daquela engrenagem de combate à violência, como parte de alguma ajuda para o rompimento daquele círculo. E aquela voz permeada de

---

<sup>7</sup> Além dessa modificação, considerei importante indicar também as exclamações percebidas nos relatos, que não são marcadas segundo as notações do NURC. Em minhas transcrições, marquei-as com o próprio ponto de exclamação. As notações utilizadas para a transcrição se encontram em anexo.

<sup>8</sup> Pensar as pausas e o silêncio enquanto marcas de um processo de significação e de subjetivação do feminino também constitui uma parte do meu empenho nesta tese, e tratarei dessa questão mais adiante, no terceiro capítulo, especificamente quando abordar a enunciação do sentimento de humilhação no discurso.

trajetórias e memórias, de silêncios e de palavras, de sentidos e de sentimentos é como que emprestada às outras mulheres para que (também?) elas saiam daquela condição que as oprime.

## 1.2 Os relatos e suas sobredeterminações históricas

Para interpretar a constituição discursiva do sujeito mulher na condição de violência na conjugalidade e também interpretar como os sentimentos são enunciados nessa posição é necessário considerar que o sentido é sempre produzido em um processo de sobredeterminação histórica em que o real da língua se encontra com o real da história. Isso porque a língua, enquanto sistema formal, nos seus significantes, fornece algumas indicações e é a base para que observemos os processos de significação, mas o sentido tem caráter material, produzido na determinação histórica e ideológica. Como lembra Orlandi (2002, p. 68), “se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável. Ao real da língua corresponde o real da história”.

Para interpretar uma frase é preciso relacioná-la, então, à sua historicidade, o que nos remete ao conceito de condições de produção. Essa noção-conceito nos possibilita pensar o sentido como processo histórico, sobredeterminado pelas formas de produção histórica. A respeito das condições de produção, Lagazzi (2015, p. 88) salienta que tal conceito é um ponto fundamental trazido por Michel Pêcheux para a prática discursiva materialista, pois perguntar pelas condições de produção dos sentidos e pela forma como essa produção se materializa implica “fechar o cerco contra o conteudismo e contra o retorno ‘triumfal’ do sujeito”. A noção de condições de produção é, assim, uma maneira que possibilita pensar o sentido como processo histórico, sobredeterminado pelas formas de produção histórica.

Em 1971, Haroche, Pêcheux e Henry explicavam que o “laço que une as ‘significações’ de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações”. E, mesmo no texto de 1969, Pêcheux já salientava que a “frase deve ser referida ao mecanismo discursivo específico que a tornou possível e necessária” e não considerada “apenas por sua referência a uma norma universal inscrita na língua” (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 72).

Ficava, assim, enunciada a relação de determinação do linguístico em face de seu exterior discursivo, de seu processo de produção.

Dessa forma, para além dos contextos linguísticos, a frase se torna possível em determinados contextos históricos e seu sentido é, portanto, produzido materialmente: é histórico-ideológico (tem uma base histórica) e também significativa na língua (vez que é produzido sobre uma base linguística). Voltando o olhar para os relatos, um enunciado como: *agora eu tenho coragem de matá-lo*, presente na sequência discursiva abaixo, talvez não fosse possível em outros espaços que não em um espaço que assegura voz e proteção à mulher, e nem em outras condições de produção:

(...) eu queria matá-lo mas não tinha coragem... ... (...) agora eu tenho coragem de matá-lo... mas eu não vou matar você porque quem sou eu pra tirar a sua vida? (Bárbara, 47).

Longe de serem “filtros ou freios” que cerceiam o livre funcionamento da linguagem, as condições de produção devem ser tomadas “enquanto determinação histórica e ideológica que aponta para o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito” (PÊCHEUX; FUCHS, 2010 [1975], p. 169). Tais relações de lugar são consideradas enquanto posições constitutivamente contraditórias em uma formação social e se configuram no resultado da projeção imaginária de um objeto em uma “materialidade significativa” (LAGAZZI, 2011)<sup>9</sup>. As condições de produção de um discurso consistem, portanto, nas determinações históricas que caracterizam um processo discursivo; elas são o próprio exterior da língua, definido ideologicamente, que afeta e constitui a materialidade linguística e as significações produzidas para ela.

Considerando esse exterior, o discurso sobre a mulher em condição de violência conjugal e sobre os sentimentos, que me proponho a analisar, é constituído tanto pela afetividade transpassada, permeada e constituída pela violência, quanto pela própria instituição de defesa da mulher que, por seus funcionamentos, se apresenta enquanto um espaço que permite às mulheres outras possibilidades de significação de si mesmas e da condição de violência. É em virtude dessas condições de produção, e da constituição do *corpus* pela materialidade do oral que

---

<sup>9</sup> A autora postula que a materialidade significativa “propicia a ancoragem simbólica dos sujeitos em seus processos de identificação” e busca, “com essa formulação, reafirmar ao mesmo tempo a perspectiva materialista e o trabalho simbólico sobre o significante” (LAGAZZI, 2011, p. 401).

pode emergir um discurso sobre os sentimentos na condição de violência na conjugalidade.

### *1.2.1 A violência doméstica e familiar contra a mulher na conjugalidade*

As determinações históricas que sustentam os processos de significação da mulher em condição de violência podem ser buscadas já nas décadas de 1970 e 1980, quando os movimentos feministas ganhavam força e procuravam conscientizar as mulheres acerca de seus direitos. Naquele momento histórico, procurou-se também assegurar maior visibilidade à questão da violência contra a mulher e hoje tal questão é amplamente discutida e discursivizada nos mais diversos espaços – institucionais ou não – e é tratada como um problema público.

Apenas no Brasil, estima-se que, a cada ano, cerca de dois milhões de mulheres – de todas as camadas sociais, regiões, níveis de escolaridade e distintas profissões – sofrem violência doméstica e familiar. Essa violência vai muito além das agressões físicas, abrangendo o abuso psicológico, sexual, moral e patrimonial. Empurrar, espancar, humilhar, insultar, ameaçar, obrigar a fazer sexo, impedir que se use determinada roupa ou que exerça alguma atividade de lazer ou de trabalho, maltratar os filhos, vasculhar celulares e redes sociais sem permissão, furtar objetos de valor afetivo ou econômico, esconder documentos etc. são práticas que não se inscrevem apenas no corpo ou na saúde psíquica da mulher, mas que ferem sua liberdade e sua dignidade.

Tal é o estatuto de legitimidade de toda a discussão sobre violência contra a mulher, que, no Brasil, ela é alvo, inclusive, de uma legislação própria (a Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha), destinada especificamente às mulheres. Atualmente, na sociedade brasileira, tem sido bastante comum que as mulheres denunciem mais a violência e que procurem meios de superar esse problema, levando à esfera institucional especialmente aquela violência sofrida no espaço doméstico e familiar. Segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, somente no primeiro semestre de 2015, a Central de Atendimento à Mulher – o ligue 180 – recebeu, por hora, em média, 84 ligações de mulheres que reclamavam de algum tipo de violência ou pediam ajuda. Nesse período, foram mais de 360 mil ligações (364.627), computando uma média de mais de 60 mil (60.771) telefonemas por mês (CAPUCCI, 2015).

Se pensarmos discursivamente, a própria prática de não silenciar sobre a violência, denunciando-a (nas mídias, nas redes sociais, nas delegacias de polícia) e buscando auxílio institucional, são também ideologicamente determinadas. Como afirma Pêcheux (2009 [1975], p. 135): “só há prática através de e sob uma ideologia”, cujo trabalho é produzir, para os sujeitos, as evidências de que “as coisas só poderiam ser assim”. E é porque os processos de significação estão sujeitos às determinações históricas que se pode dizer, com o autor, que “a ‘necessidade cega’ (Engels) se torna necessidade pensada e modelada como necessidade” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 122).

Nessa necessidade, observam-se, em larga escala, tentativas de alcançar não apenas as mulheres, mas também os homens para uma conscientização sobre a não violência às mulheres. As próprias redes sociais têm se mostrado como espaços muito frutuosos para essa discussão. As salas de aula são igualmente tomadas como espaços privilegiados para a formação de crianças e adolescentes com atenção às perspectivas de não discriminação e de igualdade entre homens e mulheres (mas também entre crianças e idosos, raças, etnias, orientação sexual, enfim, igualdade entre os seres humanos). Essa postura é ainda incipiente, mas a cada dia ganha maior adesão em decorrência de um movimento de identificação às novas formas de educação que, tímida e paralelamente, passam a compor nosso quadro social, na busca de se criar uma mentalidade que caminha (devagar) para uma perspectiva de respeito e igualdade.

Para falar da violência contra a mulher é relevante também problematizarmos, em termos de condições de produção, a própria utilização do termo “mulheres *em situação* de violência”, amplamente utilizado pela mídia e pela legislação referente às mulheres<sup>10</sup>. Nessa formulação, a violência é significada como um fato pontual, localizado no espaço e no tempo; uma “situação”, portanto. Em

---

<sup>10</sup> É válido notar ainda que, quando se fala e se faz pesquisa sobre normas legislativas relacionadas à mulher, uma expressão bastante comum no meio jurídico é esta: “Direitos Humanos das Mulheres”. Em termos de teorias materialistas de linguagem, como a Análise de Discurso, tal expressão constitui-se em um lugar no qual “a língua falha” (PÊCHEUX, 2009 [1975]), na medida em que falar sobre Direitos Humanos “das Mulheres” produz uma diferença entre os sujeitos referidos como “humanos”, sinalizando para a inequivalência histórica entre homens e mulheres. Tal determinação semântica sinaliza que o conjunto dos humanos não é uma categoria lógica universal. Se a categoria “humanos” é significada nos fundamentos jurídicos como universal em seus direitos (por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948), é, contraditoriamente, também significada por uma divisão material (histórico-política) que faz com que haja, dentre os humanos, aqueles (as mulheres, neste caso) a quem não estão garantidos os direitos universais. É preciso, então, haver leis particulares (específicas) para garantir juridicamente essa universalidade.

outras palavras, a violência contra a mulher passa a ser classificada, categorizada em oposição a gestos (também pontuais) de não violência. A expressão *em situação de não* especifica qualquer duração, mas deixa implícita a existência de uma duração. Fica em suspenso um jogo entre a pontualidade da situação e um processo histórico que coloca a mulher em uma condição de subordinação para com o homem em uma sociedade de modelos patriarcais; um processo histórico que a coloca como *objeto de grandes discriminações* – expressão que figura na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (ONU, 1979) e que também remete a outras condições igualmente geradoras de discriminações, como o pertencimento à raça, à condição social, à religiosidade etc.

Assim, em face de toda a condição histórica de discriminação da mulher, parece-me mais pertinente falar de mulheres em *condição de* violência, pois, no processo discursivo que sustenta o pensamento sobre a mulher em nossa sociedade, figura “um sistema de dominação [que] passa a considerar natural uma desigualdade socialmente construída, campo fértil para atos de discriminação e violência que se ‘naturalizam’ e se incorporam ao cotidiano de milhares de mulheres” (BRASIL, 2004, n. 16). Em um breve exercício parafrástico, o enunciado *práticas incorporadas socialmente* não parece poder ser parafraseado por *situações*. Algo que está incorporado, ou seja, *in corpus*, passa a fazer parte desse corpo, deixando de ser circunstancial para adquirir um caráter constitutivo, duradouro. Há os elementos da duração, da não pontualidade e da historicidade em jogo.

Outra formulação importante que atrela mulheres e violência é o enunciado “violência *contra* a mulher”. Considero-o importante visto que ele já apresenta uma interpretação sobre a mulher. Nesse enunciado, o nome *mulher* aparece articulado à *violência* pela preposição *contra*. Desse modo, a palavra *mulher* já aparece determinada por *violência*, e esta fica enunciada como exercida *contra* a mulher. Assim, tal dizer aponta para um sujeito particularmente submetido à violência e colocado, institucionalmente e juridicamente, como aquele que “precisa ser protegido”, pois é *contra* ele que se estabelece uma violência. Desse modo, são produzidos, para o nome *mulher*, sentidos cuja exterioridade se apoia em discursos que falam sobre a mulher a partir de uma ótica que se coloca em defesa de um sujeito submetido à violência, como algo evidente e inquestionável, como se fosse natural admitir que a mulher seja frágil e, portanto, “é claro que” a mulher, esse ser “naturalmente (psicologicamente, fisicamente, economicamente, socialmente...)”

frágil”, é alguém submetido à violência. Esse pensamento naturalizado implica uma espécie de confirmação do sujeito mulher como a parte frágil de uma estrutura social patriarcal que oprime as mulheres pelo próprio fato de elas serem mulheres, ou seja, pelas relações de gênero historicamente construídas nessa sociedade e dela constitutivas. E isso dá lugar aos diversos tipos de violência contra a mulher.

No caso de meu recorte analítico, a violência *contra* a mulher ainda tem outras determinações: é violência *doméstica* e *familiar* contra a mulher *na conjugalidade*. Não é, portanto, qualquer forma de violência a que foi considerada para esta pesquisa, mas aquela ocorrida, seja por meio de ações ou omissões, no âmbito familiar-afetivo, e perpetrada à mulher pelo parceiro em uma relação de conjugalidade, compreendida aqui como “qualquer relação íntima de afeto” (Lei 11.340/06, art. 5º), independentemente de os envolvidos morarem juntos ou não, e em qualquer que seja a espécie de formalização de seu vínculo de relacionamento íntimo-afetivo. Dessa forma, compartilho do pensamento de Saffioti (2001), segundo a qual o espaço da violência conjugal deve ser considerado em sua dimensão territorial e simbólica.

Nesse sentido, vale ressaltar a definição de violência doméstica e familiar contra a mulher apresentada pela Lei Maria da Penha:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero<sup>11</sup> que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

---

<sup>11</sup> Acredito ser relevante salientar que, embora o termo *gênero* seja utilizado na Lei Maria da Penha como elemento normativo, ele não é um termo jurídico, mas um termo das Ciências Sociais. *Gênero* se refere às construções sociais e aos comportamentos historicamente construídos e tomados como “naturais” de cada sexo, o que leva à produção de desigualdades entre homens e mulheres (cf. SAFIOTTI, 1996; 2001; SANTOS e IZUMINO, 2005; IZUMINO, 2003). Em sua acepção geral, a expressão *violência de gênero* é comumente usada para se referir à violência dos homens contra as mulheres, pois “a lógica da hierarquia de poder em nossa sociedade não privilegia as mulheres”, como é salientado no próprio projeto da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2004, n. 6). Esse pensamento justificaria, socialmente, o uso da expressão *violência de gênero* como um sinônimo de *violência contra a mulher*. Tal utilização, embora seja muito comum, é, no entanto, questionada. Para Izumino (2003), o discurso militante apropriou-se da categoria de gênero, e esta passou a ser utilizada como sinônimo de violência contra a mulher, enfatizando a especificidade da violência praticada contra a mulher simplesmente por ela ser mulher e não por estar submetida a poderes que se materializam em violência. A autora adverte que somente com essa redução de uma categoria a outra, o “gênero acaba esvaziado daquele aspecto que permitiria um avanço na politização do discurso e da construção da cidadania para as mulheres, qual seja, o entendimento de que as relações sociais de gênero são relações de poder” (IZUMINO, 2004, p. 6). Poder que é compreendido não de forma estática e absoluta, exercido sempre pelo homem, mas de modo dinâmico e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual.

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Essa Lei, tão relevante no cenário social brasileiro em termos de engajamento à luta pela não violência às mulheres, ao explicitar o que é a violência doméstica e familiar contra a mulher, paradoxalmente delimita e expande os sentidos dessa prática. Delimita ao listar os âmbitos da unidade doméstica, da família, de qualquer relação íntima de afeto, independentemente da orientação sexual. Expande ao apresentar definições bastante gerais para cada um desses “âmbitos”. Esse ponto é o lugar em que os sentidos podem ser abertos. Afinal, o que vem a ser *qualquer* ação ou omissão enunciada nesse artigo 5º da Lei Maria da Penha? Para onde se abrem os sentidos que o pronome indefinido *qualquer* instaura nessa materialidade? A indefinição pronominal marcada pelo *qualquer* sinaliza aqui o alhures constitutivo da/na definição das formas de violência. *Qualquer* é o tudo, mas também pode ser o nada; *qualquer* é um vestígio que aponta para o exterior, é marca da incompletude tocando a contradição, “o um que sempre se divide em dois” (PÊCHEUX, 2008 [1983]), essa “impossibilidade de síntese” (LAGAZZI, 2009).

Dessa forma, o gesto de definir a violência doméstica e familiar contra a mulher, seja nesta minha pesquisa, como também na Lei, é constituído pela falha e pela polissemia. Como lembra Pêcheux (2008 [1983], p. 53), “toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua” e esta, enquanto materialidade significante, sempre aponta para a deriva, para outros sentidos possíveis, mas realizados alhures. O real da língua é, assim, a impossibilidade de que tudo seja dito: “o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma finita do ‘não-tudo’” (GADET; PÊCHEUX, 2010 [1981], p. 58).

### *1.2.2 A instituição de apoio para mulheres em condição de violência*

Por desenhar-se como problema público, não apenas o estado, mas também a sociedade civil, por meio das organizações não governamentais (ONGs) – todas elas muito diferentes entre si –, mobiliza-se para dar sua contribuição à busca de resolução para o problema da violência perpetrada às mulheres em nossa sociedade, como é o caso da instituição na qual os relatos foram recolhidos.

De acordo com Machado (2012), dada a vasta heterogeneidade existente entre as organizações que se reconhecem como ONGs no Brasil e no mundo, torna-se difícil estabelecer um conceito amplo o suficiente que abarque essas diversas organizações, não havendo consenso acerca de uma definição. Segundo a autora, entretanto, no tocante ao aspecto jurídico, as organizações não governamentais são identificadas como associações ou fundações e são regidas por estatutos registrados em cartório de registro civil de pessoa jurídica. Outros pontos comuns que caracterizam uma ONG são, ainda, o caráter não lucrativo e compromisso social das organizações, destacados pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, no art. 2º de seu estatuto social:

São consideradas Organizações Não Governamentais-ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos (ABONG, 2013).

Intitulada como “Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher”, esse Núcleo é uma organização não governamental que atua em rede com diversas organizações da sociedade civil e com organismos públicos como o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Guarda Civil Metropolitana e a Polícia Militar, em uma das periferias da cidade de São Paulo, e fica em uma região na qual predominam famílias de baixa renda. Parte de uma associação civil maior, o Núcleo se constitui em um espaço no qual as mulheres que vivencia(ra)m violências domésticas são ouvidas, respeitadas, e recebem um acolhimento para partilharem suas histórias, pessoalmente ou no anonimato (via contato telefônico), além de serem orientadas para os diversos serviços disponíveis no próprio Núcleo e na comunidade. O objetivo

dessa instituição, conforme consta em seu fluxograma de atividades, é trabalhar no resgate da autoestima das mulheres em situação de violência doméstica para que elas possam romper com o ciclo da violência. Além disso, também é seu objetivo realizar ações preventivas a fim de reduzir os casos de violência doméstica. As ações desenvolvidas pela instituição atestam, dessa forma, seu compromisso com uma sociedade democrática e participativa.

Ao considerar as diversidades que caracterizam uma ONG, Gohn (2000) identifica a existência de quatro tipos de organizações atuantes no Brasil: caritativas, desenvolvimentistas, ambientalistas e cidadãs. Para a autora, as chamadas “ONGs cidadãs” são voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania, atuando no espaço urbano, construindo redes de solidariedade, por meio da promoção e da participação em programas e serviços sociais básicos e emergenciais e também desenvolvendo trabalhos junto a minorias discriminadas. Com relação a essas “minorias discriminadas”, as quais, segundo a autora, tratam-se de “grandes conjuntos humanos ou categorias que em alguns locais representam a maioria da população, como as mulheres” (GONH, 2000, p. 14). Tais organizações cidadãs têm, em geral,

grande atuação junto aos canais de comunicação e em nível de políticas públicas, fornecendo subsídios para sua elaboração, fiscalizando-as ou fazendo denúncias quando ocorrem violações e omissões (...). A grande arma das ONGs cidadãs são as campanhas educativas e denunciadoras da violação dos direitos sociais (GONH, 2000, p. 14).

Essas características, apontadas por Gohn, levam-me a considerar a instituição em que coletei os relatos como uma ONG cidadã, vez que, dadas as suas condições de produção, ela se volta para a promoção dos direitos das mulheres em condição de violência doméstica, bem como para a conscientização dessas mulheres a respeito de seus direitos. Nessa instituição, a mulher em situação de violência recebe um atendimento muito “humanizado”. Também eu, mesmo enquanto pesquisadora, recebi tal acolhimento. Funcionando enquanto um espaço de acolhimento, o que se tem ali é uma escuta ativa, sensível e responsável, que procura oferecer à mulher apoio e orientação necessários para que ela possa romper com o ciclo da violência. Para tanto, o Núcleo oferece gratuitamente apoio psicológico e social, oficina de trabalhos de geração de empregos e renda, além de

palestras, cursos e encaminhamentos, tendo como proposta contida em seu projeto, (re)estabelecer, nas mulheres em situação de violência doméstica, a autoestima e a cidadania, além de promover-lhes a conscientização sobre seus direitos.

Nesse sentido, até o próprio momento da escuta dos relatos se mostrou bastante significativo, produzindo sentidos nas mulheres e em mim, dado que, também esse gesto de falar e de ouvir discursivamente pareceu-me ter sido considerado, pelas mulheres participantes, como um “espaço de cidadania”, em que elas se sentiam muito à vontade para narrar suas histórias e exercer seus direitos de cidadãs e, assim, poder conscientizar outras mulheres, motivando-as a libertar-se do ciclo de violência. Como me dizia uma das participantes, que afirmava sentir, outrora, medo de romper o ciclo:

(...) o que EU como mulher... quero passar pra TODas as mulheres é que não tenham esse medo (Bárbara, 47).

Mas o gesto da escuta e da tomada da palavra que ocorreu durante os relatos pode ser visto para além de um momento/espaço de cidadania, uma vez que não se trata de uma simples “entrevista” para obter dados, mas de um gesto de co-construção discursiva (GUILHAMOU, 2007), em que vai sendo tecida uma relação de “coatoria” entre mim, pesquisadora, e cada mulher que narra aquilo que é possível sobre sua história.

Quando as mulheres procuram o Núcleo, elas o fazem como uma tentativa de resolver uma situação de violência com a qual não conseguem mais lidar sozinhas. Quando começam a contar os motivos de terem procurado o atendimento, elas, geralmente, informam que o fizeram “para ver o que poderia ser feito” naquela situação:

(...) a delegada da delegacia da mulher que me indicou aqui... porque:: toda vez que eu ia depor:: não conseguia falar... tava muito deprimida né... então... ... (Beatriz, 25).

bom eu comecei a vim aqui na Casa (...) quando eu me se/eu tava me separando do meu esposo né:: que:: eu tava sem saber o que fazer né e::... procurando pra saber COmo fazer pra eu me separar e:: assim não ser mais prejudicada do que eu já tava sendo né... então aí eu vim aqui na base [policial] e quando eu cheguei na base então me mostraram essa Casa (Inês, 38).

(...) ahn:: Tem DOis anos... (...) eu vim pra cá por causa de violência do meu maRido:: eu já tinha sofrido VÁrias violências mas... NÃO como::... ao ponto que chegou... porque ele machucou:: a minha mão... aí eu fiz: corpo de delito... (...)

fiz corpo de delito e e::... foram eles que mandou eu vim pra cá... pra Casa [xx] né que era uma casa de aPOio né: às mulheres que sofrem violência (Cecília, 55).

Algumas chegam à instituição depois de terem passado pela Delegacia ou pela base policial; outras, em virtude do contato com mulheres que já estiveram ali e/ou espontaneamente, por saberem da existência do Núcleo. Os conflitos que as levam ao Núcleo são distintos em termos de ações/omissões, mas paradoxalmente os mesmos: não aguentar mais as violências, não poderem e não quererem ser *mais* prejudicadas do que já vinham sendo. Ao procurarem apoio, institucional ou não, geralmente as mulheres o fazem para tentar lidar melhor com uma situação que chegou ao limite do suportável – limite que é bem diferente de uma mulher para outra, já que envolve inúmeros motivos, todos muito complexos. São laços e dependências que motivam a mulher a “esperar mais um pouco” para denunciar e tentar sair do ciclo: pode ser o medo de sofrer violência maior, a falta de condições econômicas para sustentar, sozinha, a si e aos filhos, ou mesmo a esperança de que ainda seja possível viver feliz junto daquele homem. Romper os silêncios e trazer à esfera pública algo até então restrito ao ambiente doméstico implica “abrir as portas da intimidade e oficializar a dor”, como afirmam Stecanela e Ferreira (2009, p. 193). Mas esse

é um processo que depende das temporalidades de cada mulher (seus tempos internos e sociais) e das redes sociais que fazem parte da sua trajetória, incluindo-se também o histórico das políticas públicas de prevenção e combate à violência de gênero no município, bem como os percursos de suas respostas em relação ao tema (STECANELA; FERREIRA, 2009, p. 193).

O critério para que possa ser atendida pela Casa é que a mulher se encontre em situação/condição de violência doméstica, independentemente de essa violência ser ou não ocasionada por seu par afetivo (contudo, a quase totalidade das atendidas apresenta problemas de violência relacionados ao parceiro na vivência conjugal).

Mais do que uma organização ou um lugar procurado para a resolução de conflitos, um espaço organizado enquanto um Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher é um contexto institucional específico, construído historicamente. Na tentativa de compreender a instituição, sob uma perspectiva discursiva, baseio-me no entendimento de Mariani (1999). Para a autora,

as instituições, na maneira como as estamos concebendo, constituem parte do processo ideológico geral de edificação de práticas discursivas e não-discursivas, processo esse que apaga para o sujeito seu assujeitamento às formações discursivas, produzindo o efeito de literalidade, de objetividade do real, etc. O que chamamos de instituição é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentido e formas de agir no todo social (MARIANI, 1999, p. 51).

Esse conceito formalizado por Mariani enlaça o caráter discursivo, social e histórico que constitui a instituição. Como sublinha a autora, as instituições se firmam como tais na medida em que, historicamente, se discursivizam. Assim, é possível dizer que, criado no cruzamento de diversos discursos (econômico, jurídico, humanitário, ativista e, até mesmo, assistencialista), o próprio Núcleo constitui-se enquanto parte desse processo ideológico que, em nossa sociedade, se edifica em defesa de um grupo tratado como “minoría”, um grupo que precisa ser defendido de estruturas sociais fundadas sob uma cultura de dominação masculina, apesar de a constituição afirmar uma igualdade entre todos. Esse processo histórico que cria a instituição reafirma-a no lugar de defesa da mulher (afinal, é essa a sua razão de ser) e, desse modo, reafirma também a necessidade de que esse sujeito mulher tem de ser defendido, ou seja: ainda que busque melhorias para a condição da mulher, a existência de instituições de defesa da mulher confirma esse sujeito como a parte frágil de uma estrutura social, produzindo um efeito de naturalização sobre essa “provável” fragilidade da mulher. É esta a direção de sentidos para a qual um Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher aponta: há muito que se fazer por essa parcela da sociedade que ainda sofre e ainda se encontra em condições de violência.

Outro aspecto abordado por Mariani (1999) para a constituição e atualização cotidiana de uma instituição é o que se refere às práticas discursivas que a instituição realiza e que se realizam sobre ela. De acordo com a autora, “as práticas discursivas são delimitadas por rituais enunciativos, i.e., por práticas de natureza subjetiva, organizadas na linguagem e atravessadas por mecanismos ideológicos que se apagam para o sujeito” (MARIANI, 1999, p. 48). Desse modo, o surgimento e a atualização da própria instituição estão também eles determinados por um processo histórico e por já-ditos constituídos social e juridicamente no campo

das exigências sociais elencadas para o discurso de defesa da mulher. Assim, o Núcleo se constitui e se discursiviza a partir desse já-dito, que, aqui, especificamente, é retomado em relação às exigências das pautas feministas e dos discursos de defesa da mulher. Ou seja, “um discurso institucional não existe sem uma historicidade que o constitui” (MARIANI, 1999, p. 50).

No caso da instituição em que os relatos foram coletados, ela começou a surgir como um movimento comunitário, em 1999, depois que voluntárias das creches locais, notando a ausência por dias consecutivos de algumas crianças, passaram a conversar com as mães e constataram que muitas dessas mulheres estavam sendo atingidas pela violência em suas casas, submetidas a maus-tratos por parte de seus parceiros. Passaram, então, a ocorrer diversas mobilizações e debates a respeito da violência na região. Dessa mobilização, formou-se um grupo de voluntárias que começaram a ouvir aquelas mulheres e a discutir modos de lidar com o problema. Esse trabalho foi sendo ampliado e ocasionou a constituição formal do Núcleo que, em 2001, firmou um convênio com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da cidade de São Paulo, deixando de ser apenas um trabalho voluntário para legitimar-se enquanto centro de referência para as mulheres em condições de violência doméstica, sobretudo naquela região. Dessa forma, foi possível formar uma equipe técnica de profissionais multidisciplinares e estabelecer um projeto de intervenção relativamente àquela realidade de violência.

Em nossa sociedade, os organismos não governamentais, como o que possibilitou a coleta dos relatos que compõem esta pesquisa, representam uma grande expressão da sociedade civil para o apoio à rede de atendimento à mulher. Constituindo-se no lugar em que o Estado “falha”, dando visibilidade a essa “falha” e tentando supri-la, socialmente, tais organismos atuam no campo da mobilização, reivindicação, informação e educação referentes aos direitos humanos e, neste caso, aos direitos das mulheres que sofrem com a violência doméstica e familiar, considerada como questão de direitos humanos e como um problema de saúde pública.

### *1.2.3 Mulher e instituição: um modo de resistir à condição de violência*

Também em termos de sobredeterminação histórica, outro aspecto que merece ser destacado é o movimento de identificação das mulheres atendidas ao

discurso da instituição. Esse movimento pelo qual o sujeito se reconhece em uma determinada “cadeia de sentidos” (cf. LAGAZZI, 2013) se dá em um processo de suposta transparência, decorrente da injunção do sujeito à significação, pois “não há corpo que não esteja investido de sentidos e que não seja o corpo de um sujeito que se constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais” (ORLANDI, 2008, p. 10).

Ao refletir a respeito da atividade de interpretação do sujeito, Orlandi (2006) salienta que, quando fala, o sujeito está em plena atividade de interpretação e esta lhe aparece como algo transparente, de modo que, pelo trabalho da ideologia, ocorre o esquecimento de que as palavras não possuem sentidos prévios, mas que esses sentidos decorrem de condições de produção específicas e historicamente situadas. Nessa direção, torna-se possível olhar para os relatos das mulheres que frequentam o Núcleo como dizeres produzidos na identificação delas, enquanto posição-sujeito, com os discursos da instituição de defesa da mulher.

Para observarmos essa identificação, cabe salientar que a maioria das participantes passa ou já passou por atendimento psicológico individual e/ou em grupo no Núcleo. Constantemente, deslizam falas das psicólogas nas falas das mulheres:

(...) eu falo que aqui na Casa [xx] a gente:... vai você chega aqui com uma ferida e eles vão lá e mexem mais na sua ferida... aquela ferida ali parece que... já TÁ doendo e aí eles vão lá e REMEXEM ela... pra ver se chegam ali AONde que tá ali a causa dessa... de onde partiu tudo isso... (Clara, 38).

(...) já tem mais de um ano (...) que eu estou aqui... as meninas falou pra mim que eu tinha que tá voltando a:: a participar sozinha né com a psicóloga mas sozinha né:: pra eu me encontrAR e não ficar rodando rodando rodando e só chorando só chorando:: assustada:: mal humorada né:: sempre com MEdo... (Bárbara, 47).

“Tocar na ferida”, encontrar a causa do sofrimento em virtude da violência, “encontrar-se” são alguns dos espaços em que a linguagem sinaliza para uma retomada do discurso institucional (perpassado também pelo discurso da Psicologia), que, em sua constituição, almeja levar as mulheres a romperem com o círculo da violência. E, a partir dessa visão, o primeiro passo para romper esse círculo estaria no autoconhecimento: encontrar a causa da ferida, encontrar a si própria para, então, ter a possibilidade de superar o medo e a condição de violência. E isso faz muito sentido para as mulheres, ao ponto de elas o aceitarem como um

efeito evidente, um “é claro que eu preciso me encontrar para poder sair dessa situação”. Em uma paráfrase, poderíamos ver esse enunciado “eu preciso me encontrar”, deslizando para outros como: eu estou perdida; a violência me deixa perdida; se eu me encontrar, não ficarei mais perdida; se eu não estiver perdida, superarei essa violência.

Nesse sentido, podemos ver o processo de identificação das mulheres ao discurso institucional de defesa da mulher quando notamos, por exemplo, em seus relatos, traços desse discurso da superação da violência: (...) *é difícil... mas eu to saindo...* (Cecília, 53) ou (...) *hoje eu me sinto (...) muito mais aBERta eu vou/ eu vou chegar LÁ ainda...* (Bárbara, 47), que retomam ideias estabilizadas socialmente a respeito da força da mulher, de sua capacidade de superar até mesmo as situações mais difíceis, mesmo que esteja sozinha:

(...) sempre me encontrei sozinha MUlto sozinha::... e essas palavras ((as do parceiro)) me fez:: recuAR... me fez::... ficar ali no cantinho::... esperando:: que... não sei se um aMOR:: ou um... um SONho sabe que o príncipe vem salvar sua prinCEsa... né... do castelo:: ali PREsa entendeu bem?... eu sempre esperando que alguém viesse... me salvar entendeu bem?... por isso que eu [xx] ((cita o próprio nome completo)) digo pras mulheres “não esperem que um príncipe venha te salvar... talvez ele:: não esteja lá pra te salvar... é você MESma que tem que encontrar a sua própria coRAgem e:: você própria tem que se salvar... (Bárbara, 47).

ANA PAULA: e a senhora tem PLANos? SONhos?

CECÍLIA: sim COM certeza aGOra muito MAIS... aGOra sim... ((risos))

ANA PAULA: o que que a senhora coloca nesse “agora” Dona Cecília?

CECÍLIA: agora? agora é uma nova vida... terminando a minha CAsa eu to mudando se Deus quiser... aí vou começar OUtra vida (Cecília, 53).

A questão da superação é muito recorrente nos relatos e pode nos remeter ao que aponta Orlandi (2012) sobre o sujeito colocado como responsável produzido pela forma-sujeito capitalista: eu quero, eu posso, eu consigo. Produzir um efeito de evidência acerca da superação individual é um funcionamento da interpelação própria dos discursos que se inscrevem nessa forma capitalista da responsabilização do sujeito pelas tomadas de posicionamento em sua realidade. E não seria diferente para esse sujeito que se identifica ao discurso de uma instituição de defesa da mulher que, por sua vez, também se encontra ideologicamente determinada por esse discurso da autossuperação, da força feminina. E aqui a questão se abre para outra série de determinações – e mesmo de dúvidas: se a mulher precisará sair sozinha da situação de violência, se o Estado não dará a ela

condições de sustentar os seus filhos sem a presença (boa ou má) de um parceiro, como ela poderá romper com esse círculo de violência? Ideologicamente, a mulher é levada a acreditar que isso é possível quando, por suas próprias forças e esforços – individuais, diga-se – ela “se encontra”, encontra a sua “força de mulher”.

Socialmente, uma organização não governamental não parece poder, por suas práticas, modificar as estruturas sociais que são pouco ou nada condizentes com o rompimento da condição de violência. Em muitos casos, as mulheres permanecem com os companheiros violentos por falta de condições para criar os filhos, por exemplo:

(...) foi uma luta muito grande:: né::... não sei se eu tivesse:: acordado ANtes se teria sido mais fácil... que agora... elas eram pequenas... hoje já são maiores... eu não sei se teria sido mais fácil eu não::... (Bárbara, 47).

Diante de questionamentos assim, cabe considerar que falar em resistência não implica falar em atingir-se frontalmente uma estrutura. Não é falar da resistência de um sujeito, mas de um processo que acontece em uma posição, a partir de condições de produção determinadas, e em pequenas fissuras. Como explica Orlandi (2012, p. 231), a resistência é a “condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, ‘fazendo sentido no interior do não-sentido”.

Nas condições de produção em que estão imersas e discursivizadas, o que uma instituição de defesa da mulher pode fazer, por meio do trabalho com esse sujeito discursivo, nessa posição discursiva que ela assume, é auxiliar no processo de resignificação da mulher, possibilitando a emergência de discursos que são contra a exploração do feminino e produzindo um rearranjo das filiações, uma desestabilização, uma rearticulação das relações das formações discursivas no interdiscurso<sup>12</sup>. Esse rearranjo das filiações já abre a possibilidade dos novos sentidos e, com ela, também a possibilidade da prática de resistência. Assim, dizer que a filiação das mulheres ao discurso institucional funciona como uma prática de resistência faz menção à mudança para as significações de mulher que essa prática pode produzir: na instituição de defesa da mulher, vão sendo resignificados alguns sentidos para o que é ser mulher, ressaltando-se o cuidado para consigo, a

---

<sup>12</sup> O interdiscurso é sistematizado por Pêcheux (2010 [1975]) como a exterioridade constitutiva do discurso, o “já-dito” que torna possível todo dizer e que não é acessível ao sujeito. É aquilo que fala antes, em outro lugar e independentemente e cujo funcionamento está nos efeitos de pré-construído e de sustentação, dos quais falarei com mais ênfase oportunamente.

autossuperação, a capacidade de realizar coisas, elementos e atitudes não compatíveis com a condição de violência, como sinalizam estes recortes<sup>13</sup>:

ANA PAULA: Dona Bárbara a senhora disse que antes a senhora era uma “mulherzinha” conta pra mim mais disso... que que a senhora considerava como:... ser uma mulherzinha...

BÁRBARA: ... uma mulher que serve só pra::: ficar no TANque... pra cuidar dos filhos... lavar passar cozinhar... e se deitar... sem sentir prazer... sem saber o que significa um orgasmo... eu fiquei com ele muitos anos... e eu não sabia o que significava um orgasmo... eu vim a saber depois... BEM depois... (...) NÃO... não foi com ele que eu conheci o orgasmo não foi ele que me ensinou o significado de um orgasmo... eu engravidei... tive filhos... ele só dizia: “Vira aí... DÉlta”... (...) então isso pra mim é ser mulherZinha... uma mulher vulGAR sem resPElto sem moral sem (ser) DOna de si sem GOzo sem praZER... sem NEM saber o que que significava um orgasmo... eu não tinha prazer nenhum... agora eu sei o que significa praZER... ... (Bárbara, 47).

(...) tive a minha vida de quando eu mudei de [xx] pra São Paulo que em [xx] tava muito difícil e eu vim pra São Paulo... então eu tive uma vida... minha segunda vida foi quando eu casei com meu marido... achava que IA ter um marido que IA ter uma Vlda uma casa uma família achava que ia ter TUdo isso... uma NOva vida uma CAsa um maRldo uma família que eu ia ver meu sonho realiZAdo... acabou também... não foi um sonho foi um pesaDElo... agora vem a minha terCElra Vlda... agora sim... vai ser sorrisos vai ter dificuldade mas não vai ter lágrimas... eu não vou ter lágrimas... eu vou ter dificuldade... mas lágrimas de tristeza não... vou poder fazer aquilo que eu SEMpre fiz e adoro fazer.... trabalhar... curtir a minha Vlda e viajar com a minha Filha... isso que eu SEMpre fiz... mas dessa vez SEM lágrimas..... (...) NUNca é tarde pra tentar e quando você tenta você tenta e conSEgue é BOM DE-mais é BOM demais... (Cecília, 53).

Nesses fragmentos, é possível descrever uma comparação feita pelas mulheres entre um antes e um depois: o *antes*, caracterizado por elas como o tempo em que sofriam a violência e não conseguiam sair – ou mesmo se mover – daquela situação, subjugando-se aos “caprichos” e atitudes coercitivas e machistas do parceiro; e o *depois*, mostrado como um tempo em que elas têm autoconhecimento e força para superar a situação de violência, mesmo que continuem vivendo nas mesmas casas que esses homens, pois elas têm uma certeza: devem sair de lá e sairão, posto que já estão tomando providências para tanto. E se não saírem, elas sabem que precisam modificar-se, mudar sua forma de lidar consigo mesmas e com o parceiro. Em termos discursivos, a caracterização que elas fazem de si também se

<sup>13</sup> A noção de *recorte* foi estabelecida por Orlandi (1984) e considerada enquanto uma “unidade discursiva”, um fragmento de uma situação discursiva. De acordo com a autora, “o recorte é naco, pedaço, fragmento. Não é segmento mensurável em sua linearidade” (ORLANDI, 1984, p. 16). Como explica Lagazzi (2011, p. 401), tal noção de recorte implica um gesto analítico que “visa ao funcionamento discursivo na incompletude do texto”.

modifica: passam de mulheres aprisionadas pela violência a mulheres “donas de si”, que podem fazer o que gostam, que têm liberdade para gostarem mais delas mesmas, que se colocam em primeiro plano. Mulheres que deixam de se enxergar como “mulherzinhas”, como alguém que vive um “pesadelo” e se ressignificam a partir um agora: *agora eu sei o que é prazer; agora sim vai ser sorrisos (...) eu não vou ter lágrimas.*

Esses momentos marcados pelos elementos temporais *antes* e *depois* são proporcionados também pelo fato de publicizar a violência em uma instituição. Conforme Stecanela e Ferreira (2009, p. 198), denunciar e publicizar a violência são processos que “oficializam a dor e abrem as portas da intimidade, possibilitando projetar outra imagem frente ao espelho e enxergar seus reflexos nos indícios de reconstrução da própria vida”. Se analisarmos em termos de interpelação ideológica, é possível remeter esse funcionamento a uma nova identificação: se antes elas se identificavam com um discurso que as colocava como devendo ser submissas, devendo atender às vontades do parceiro, devendo cuidar de uma casa de modo exemplar, agora elas passam a se identificar a outro discurso, oriundo de outra posição: elas devem gostar de si e cuidar de si para poderem romper com o círculo de violência. Uma passagem daquilo que se deve ser para o outro àquilo que se pode ser para si<sup>14</sup>. Nesse sentido, seria possível dizer que, a partir do discurso institucional de defesa da mulher, produz-se um efeito de resistência à primeira posição (aquilo que eu devo ser) e uma nova identificação com essa outra posição (aquilo que eu posso ser). Vale notar, contudo, que não há como sair do assujeitamento, não há como estar fora da Ideologia. Esse fato de não haver espaço para ser sujeito fora da Ideologia não significa que o sujeito esteja fadado sempre às mesmas práticas e às mesmas determinações, pois o indivíduo se constitui em sujeito de uma prática (a prática feminista, por exemplo), pelo processo de identificação com a forma sujeito dessa prática; no caso da prática feminista, uma forma-sujeito que olha igualmente para gênero masculino e feminino, sem que um seja submisso ao outro.

O trabalho da instituição de defesa da mulher, nessa perspectiva, funciona no sentido de tirar da evidência o pensamento de que a mulher seja inferior

---

<sup>14</sup> A passagem do “dever ser” ao “ser” muitas vezes fica no campo do silenciado, daquilo que não é possível ser dito, e, assim, discursiviza a humilhação pelo silêncio, como será observado no terceiro capítulo.

ao homem, quer em termos biológicos e/ou intelectuais, de que a mulher deva servir ao marido, de que seu espaço seja o espaço doméstico. Ao romper com esses discursos, a instituição produz um movimento de construção de um novo espaço de significações para a mulher, no qual ela possa se enxergar como sujeito que pode romper com aquelas antigas práticas provenientes de posições patriarcais e conservadoras e começar a olhar para si e a significar-se a partir de outro discurso: o da igualdade de gênero, também ele pautado na ideia pré-construída da mulher forte. Inserir-se em uma instituição possibilita, portanto, que ocorra um rearranjo nas filiações de sentido em relação a diferentes posições-sujeito na memória discursiva o que sinaliza para a resistência do sujeito mulher diante da condição de violência que lhe é perpetrada. Como ressalta Orlandi (2012, p. 231), “não é, pois, pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar”, o que possibilita ao sujeito “irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história”, pelas rupturas desse ritual com falhas que é a Ideologia.

Na instituição, o dizer das mulheres se reveste de credibilidade e legitimidade e, assim, a instituição pode ser compreendida como um espaço de enunciação que também estabelece uma relação constitutiva com os processos de resistência para o sujeito mulher. Por isso, o fato de (d)enunciar a violência nessa instituição que se coloca em defesa da mulher, discursivamente pode ser significado como uma prática de resistência do sujeito que possibilita a irrupção de (outros) sentidos, produzindo (re)significações e deslocamentos no modo de pensar-se mulher e de enfrentar a violência,

O discurso da superação da violência é bastante presente na fala das mulheres, enquanto filiação ao discurso institucional, embora ele apareça, muitas vezes, na retomada de uma fala comum aos discursos filiados à superação como algo pessoal (“eu quero, eu posso, eu consigo”), cujo empenho poderia trazer resultados também para o coletivo, para esse “nós” que somos todas; ou seja, uma identificação ao discurso oriundo da Psicologia, altamente presente em uma instituição de apoio, referente ao respeitar-se para ser respeitada:

(...) e também a questão da violência nós mulheres precisamos mudar MUITO... a nossa cabeça... ... pra que os homens possam nos respeitar nós precisamos também nos respeitar... (Rita, 44).

Da mesma forma, contudo, também os discursos que sinalizam para uma outra possibilidade de enxergar-se mulher que ultrapasse a forma de se ver a partir daquilo que foi convencionalmente estabelecido pela ordem patriarcal, são trazidos à tona e incentivados, sinalizando para o aparecimento de uma pequena fissura. É comum encontrarmos, nas falas das mulheres, fragmentos que remetem a uma nova significação de si, como este, que apresentei há pouco, em que Bárbara relata sua passagem de *mulherzinha* a *mulher*, depois do longo tempo de idas e vindas pelo Núcleo.

Quando as mulheres procuram essa instituição, passam a falar também a partir dela, identificando-se com aquele discurso institucional, reconhecendo-se naquela rede de sentidos. Entretanto, não se trata de uma passagem consciente, e sim de um processo de interpelação. Identificar-se aos discursos de uma instituição que também se discursiviza sob as formas da defesa da mulher é, de modo semelhante, resistir a uma realidade: a dura realidade da violência que (ainda) afeta indistintamente as mulheres das mais diversas realidades. E ainda que tal resistência aconteça de modo limitado, pois sempre se esbarram em estruturas sociais e econômicas que não cooperam com uma superação da violência contra a mulher, ela é processo e é germe de mudança. Relatos como os de Bárbara me incitam a pensar em uma identificação ao discurso institucional como espaço de resistência e que conclama as mulheres a colocar-se em outro espaço de significações para enfrentar a violência:

(...) o que EU como muLHER quero passar pra TOdas as mulheres é que não tenham esse medo:: porque foi ES-SE MEdo que me fez::... me plan-tar... em um CANto como se fosse uma PEdra uma ROcha e não sair de lá pra NAda... não ir nem pra um lugar nem pro outro (Bárbara, 47).

Dessa forma, o fato de que a instituição se configure enquanto um espaço de produção de ressignificações para a mulher em condição de violência é um aspecto relevante das condições de produção do discurso que se materializa no *corpus* desta pesquisa. Tal fato, relacionado à forma de organização institucional em defesa da mulher e ao estatuto que as discussões sobre a violência contra a mulher possuem atualmente em nossa sociedade, compõem, em termos sociais, as condições que possibilitam a legitimação de um lugar para a discussão desse problema da prática de violência. Em termos discursivos, por sua vez, é também essa conjuntura, historicamente determinada, que permite a enunciação sobre o

sentimento de humilhação enquanto discurso e parte constitutiva da mulher em condição de violência na conjugalidade.

### 1.3 Os relatos e sua enunciação: narrar a violência

Quando as mulheres em condição de violência doméstica e familiar buscam esse apoio em um Núcleo de Convivência e Defesa da Mulher – que, socialmente, funciona como um espaço de acolhimento – é possível narrar seus conflitos e experiências com a esperança de receber orientações diante daquela situação na qual se encontram submersas. “Submersas”, embora me pareça um termo forte, soa-me como bastante alusivo ao que as mulheres relatam quando chegam ao Núcleo. Seus relatos indicam que há uma situação concreta de violência que as envolve e é preciso sair desse invólucro que as prende:

ANA PAULA: mas por que você ia na Delegacia?

BEATRIZ: ((choro)) porque o pai do meu filho me agredia entendeu... .. e assim foi muito forte pra mim porque:: eu tive que:: aceitar a traição dele com a minha irmã... eu tava grávida... ele não me ajudava em NAda... .. ((choro)) quando eu ia procurar as coisas pro meu filho ele:: me agreDIA... (Beatriz, 25).

(...) eu comecei a frequentar a Casa (...) eu tava num momento muito:... delicado mesmo... sofrendo:... tanto a violência psicológica quanto:... tava *basTANte* machucada... (...) fisicamente... fisicamente eu tava bastante machucada... e:: psicologicamente também... porque eu acho que a agressão psicológica é pior do que a física... porque:: quando ele me pegou não foi uma agressão assim de uma pessoa que:: perdeu a cabeça... .. ele planejou... .. então eu fiquei sem ter como sair... ( ) eles tentaram me matar... (Rita, 44).

Para muitas mulheres, o combate à violência doméstica e familiar começa com o rompimento do silêncio. E não é nada simples denunciar uma violência sofrida, colocar-se ao olhar do outro quando se está *basTANte machucada*, fisicamente e/ou psicologicamente. Essa tentativa de sair do ciclo de violência tem um início institucionalizado quando elas procuram seja a delegacia (da mulher), a base policial<sup>15</sup> ou um núcleo de defesa à mulher e, em um primeiro atendimento, relatam o que está acontecendo.

<sup>15</sup> Naquela região, é bastante comum que as pessoas procurem atendimento nos postos policiais. Relativamente próximo ao Núcleo, há um desses postos e, em diversos relatos, as mulheres contam que foram à “base” e os policiais pediram que elas procurassem o Núcleo.

Os relatos consistem em “um espaço de enunciação aberto, espaço de irrupção dos jogos de filiação a uma rede de memória, uma relação aberta com os sentidos” (BARBAI, 2008, p. 110). E relatar é falar – seja pela oralidade, pela escrita, pelo gesto (sinal). Entretanto, do ponto de vista discursivo, falar não é simplesmente agrupar signos, mas sim produzir sentidos a partir de um espaço de interpelação – uma posição, portanto. Ou seja: discursivamente, a fala não é individual – como sugere uma perspectiva saussureana –, mas remete a uma posição-sujeito e às possibilidades de dizer naquela posição, dado que o funcionamento da língua, como um sistema de autonomia relativa, não é puramente semiológico ou linguístico, mas está relacionado às condições de produção e à formação social em que esse sistema está situado.

No caso dos relatos que compõem esta pesquisa, a fala se dá pela voz, essa “materialização do som formado pelo ritmo do dizer” (SCHERER, 2006, p. 13), que vai, constituída de palavras e de silêncios, tecendo sentidos sobre sujeitos, violências, laços, sentimentos; sentidos que deslizam e se multiplicam para muito além do que é dito naquele mo(vi)mento de materialização do som, a partir de um pedido meu, naquela circunstância da participação em uma pesquisa.

Sob essa perspectiva, o gesto de relatar é sempre um processo enunciativo, que pressupõe, portanto, um sujeito produzindo o dizer a partir da sua inscrição em uma posição-sujeito no interdiscurso, e é composto de palavras e de silêncios necessariamente materializados em virtude das condições de produção que, em relação àqueles relatos, constituem o entorno da violência. De acordo com Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p. 175),

os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (...), e o que é rejeitado.

Assim, para a Análise de Discurso, enunciar é um processo de atualizar um enunciado, reformulando-o e colocando-o em funcionamento na língua, estabelecendo fronteiras entre o que é selecionado e o que é excluído pelo sujeito enunciativo. Os processos de enunciação estão, portanto, ligados aos esquecimentos de que: (1) o sujeito não é a fonte do que diz, mas é constituído em

sujeito pela Ideologia – o esquecimento ideológico, inconsciente, da ordem da constituição do sujeito e do sentido (*esquecimento nº 1*) –, e (2) de que o dito sempre poderia ser formulado de outra maneira – o esquecimento enunciativo, da ordem da formulação, que se caracteriza por um tipo de pré-consciente/consciente e permite ao sujeito produzir reformulações, corrigindo-se, inclusive, para explicitar o que disse (*esquecimento nº 2*) (PÊCHEUX, 2010 [1975]).

Dessa forma, por estarem relacionados aos esquecimentos ideológico e enunciativo, os processos de enunciação se ligam aos processos de interpelação-assujeitamento do sujeito, os quais fornecem “evidências” de que o sujeito é a origem do dizer e de que os enunciados só poderiam ser aqueles. Portanto, os processos de enunciação não podem ser confundidos com as situações concretas da fala e nem com atos individuais de produção de enunciados. Além disso, como explica Leandro Ferreira (2001), eles consistem em uma série de determinações sucessivas, pelas quais o enunciado se constitui por meio de processos de paráfrase e de polissemia, de modo que um enunciado – unidade constitutiva do discurso – nunca se repete da mesma maneira, em virtude das condições de produção que direcionam o seu aparecimento. Dessa forma, é possível dizer que, ao narrar suas histórias, as mulheres produzem um gesto enunciativo pleno de palavras e de silêncios, que representa seus movimentos de identificação em relação à memória discursiva.

Ao estudar o discurso jornalístico e pensando discursivamente o processo de narrar, Mariani (1996) compreende a narratividade como um processo em que se mesclam passado, presente e futuro. Para a autora, trabalhar a narrativa, considerando-lhe a dimensão simbólica, “é, em primeira instância, pensá-la não como algo fechado em si mesmo, com fronteiras definidas, mas sim como uma prática multiforme, em contínuo processo de desenvolvimento, cujas fronteiras podem ser constantemente rearticuladas” (MARIANI, 1996, p. 109), uma vez que uma narrativa sempre se constitui na relação com outras não narradas, mas também possíveis. Nesse sentido, a autora salienta que a prática da narrativa, na qual as próprias narrativas e os narradores se encontram assujeitados a processos históricos, sempre tem um caráter de incompletude, sendo atravessada pela memória discursiva, que faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos e possibilita que quem enuncia atualize os dizeres no momento da enunciação.

Com base nas observações de De Certeau, Mariani (1996) postula que as narrativas são mais do que um relato de eventos reais ou ficcionais relativos ao passado: elas podem, também, no presente, construir um real com aparências. Ou seja, a prática social da narrativa, que se discursiviza em torno de uma troca de experiências sociais, podendo estar ligada ao relato de um evento, não apenas torna conhecido algo passado, mas também constrói realidades.

Além disso, para Mariani (1996), o narrar produz uma “verdade local”, porque se constitui como um discurso sobre algo. Nesse ponto, para pensarmos a respeito do processo de enunciar a violência, por meio dos relatos, creio que seja produtivo um diálogo com as observações de Payer (2006) acerca do gesto de (d)enunciar a verdade. Para esta autora, a denúncia (tomada no sentido discursivo e não processual ou jurídico), é uma prática de linguagem que produz um efeito de certeza sobre uma verdade desconhecida pelo outro, pois o sujeito que enuncia se coloca em uma posição imaginária de enunciar o “verdadeiro”, procurando sustentar e defender aquilo que diz como um dizer verdadeiro. É isso que fazem as mulheres que me contam suas histórias: elas (d)enunciam práticas de violência, produzindo efeitos de certeza; elas (d)enunciam verdades protagonizadas por elas. (D)enunciar uma situação é produzir sobre ela um efeito de visibilidade. É essa visibilidade, considerada enquanto cisão na ordem, que possibilita que a violência seja reconhecida e significada (ROURE, 2001).

Quando relatam, as mulheres expressam o desejo de que suas falas deem visibilidade à violência, de que outras mulheres sejam beneficiadas por suas experiências. Esse sentimento de coletividade que pode ser observado em um Núcleo de Defesa da Mulher remete ao que os estudos de gênero denominam “sororidade”, ou seja, a ideia de que, juntas, as mulheres são mais fortes. Tal conceito se refere a uma espécie de identificação, de solidariedade entre as mulheres que possuem experiências (de opressão) em comum, ocasionando empatia entre as mulheres que teriam vivenciado situações semelhantes. De acordo com Costa (2009, p. 13),

a metáfora da sororidade (...) codifica, simbolicamente, discursos e práticas, e expressa um “natural” sentimento de solidariedade entre mulheres (...), associando e mobilizando mulheres muito diferentes entre si em lutas por direitos reprodutivos e por defesa de mulheres contra a violência doméstica.

Nesse sentido, Rosa, por exemplo, me conta, em prantos, que tinha passado o final de semana lembrando sua história para poder contá-la a mim; uma história triste de quem teve muitos problemas também físicos em virtude das práticas de violência e de quem, de mulher que “trabalhava de salto alto”, passara mesmo a usar fraldas geriátricas em um determinado período da vida:

(...) não é porque eu passei que as outras têm que passar... eu quero que elas tenham o melhor que sejam melhor que eu... cada uma delas aqui... (...) hoje... fazia muito tempo que eu não lembrava... aí HOje... ... foi o dia que eu lembrei... ... muitas coisas de sábado pra cá muitas coisas que eu to lembrando... mas... ... tá sendo bom... e melhor ainda que é pra outras possam ter... experiência... e saber:.... (Rosa, 51).

Dessa forma, a prática de relatar, (d)enunciando trajetórias vividas pelas mulheres com vistas a uma visibilidade que se torne útil para as demais mulheres, se aproxima de uma prática de testemunhar, uma vez que os relatos demonstram uma forte presença de um “eu” que vivenciou aquela experiência e, por isso, pode contá-la de modo a produzir efeitos de verdade que se estendem a uma coletividade e constroem história. Assim, os relatos funcionam como testemunhos que (d)enunciam práticas de violência e produzem efeitos de verdade: quando a narrativa é trazida para o campo do eu, a questão da subjetividade fica posta em formulações que apagam e/ou dão ênfase a determinados aspectos e não a outros, fruto dos esquecimentos ideológico e enunciativo na materialidade do discurso.

Assim, a formulação daqueles relatos enquanto materialidade que (d)enuncia a condição de violência conjugal coloca em jogo, no funcionamento próprio da enunciação, os ditos e os não-ditos que significam a mulher nessa condição de violência. Todo o movimento de olhar para os relatos – em seu processo de “transcrição”, em suas condições de produção e em seu processo de enunciação – indica que a composição do *corpus*, a partir de relatos orais, proporciona uma instigante forma de pensar os sentimentos enunciados na linguagem. Esse movimento de escutar mulheres que trouxeram ao campo do dizível – atravessado também pelo silêncio que nele significa – as experiências de quem sentiu e sente os efeitos da prática de violência em um relacionamento conjugal é, ainda, uma maneira que possibilita que os sentimentos, na condição de violência, sejam pensados para além de aspectos puramente individuais. É a respeito dessa questão, materializada toda em torno da configuração de uma posição-sujeito, que passo agora a explicitar alguns gestos de leitura.

## II

## OS SUJEITOS NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA: COMPREENDENDO DISCURSIVAMENTE AS MULHERES E OS (SEUS) SENTIMENTOS

Minha mãe achava estudo  
a coisa mais fina do mundo.  
Não é.  
A coisa mais fina do mundo é o sentimento.

*Adélia Prado*

### 2.1 A posição-sujeito e os espaços de estabilização de sentidos

Os relatos das mulheres, os quais compõem, em tom testemunhal, narrativas que (d)enunciam histórias de vidas constituídas (também) pela violência, são formulados a partir de processos enunciativos nos quais são produzidos efeitos de sentido sobre o “ser mulher”. Tais efeitos se formam a partir de algumas formações imaginárias que, estabilizadas pelo interdiscurso e recortadas por uma posição, emergem para esse sujeito que vai se constituindo diante das violências e dos sentimentos que, no processo discursivo de relatar, são enunciados e, assim, discursivizados.

Pensar os sentimentos enquanto discurso implica, primeiramente, pensar as formas de interpelação ideológica do sujeito, que é considerado enquanto uma posição em uma formação social, determinado ideologicamente, e não enquanto sujeito empírico, “senhor e centro” de seus atos, uma vez que ele está sujeito à língua, na história, para significar, e suas palavras produzem (efeitos de) sentido conforme as posições que o sujeito assume ao se identificar com uma determinada formação discursiva. Como explica Leandro Ferreira (2003, p. 43),

na teoria do discurso, abandona-se a categoria do sujeito empírico, do indivíduo, e trabalha-se com um sujeito dividido, com uma categoria teórica construída para dar conta de um lugar a ser preenchido por diferentes posições-sujeito em determinadas condições circunscritas pelas formações discursivas.

A teoria discursiva proposta por Michel Pêcheux propunha pensar um sujeito fora da universalidade que a Psicologia Social – meio legitimado de ciência na época – tinha como certa, deslocando esse sujeito do biológico para o histórico, fruto de contradições no/do sistema de produção. Assim, Pêcheux tira o foco da subjetividade enquanto ocorrência biológica e a coloca enquanto processo histórico, no qual há regularidades, visto que a História não é fruto de puros acontecimentos singulares, mas se dá por meio de um processo relativamente regular que a impulsiona. Nesse processo histórico, intervêm a contradição e as condições de produção como constitutivas.

De acordo com Orlandi (2002, p. 65), o sujeito é “posição entre outras, subjetivando-se à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva)”. Dessa forma, na perspectiva da Análise de Discurso, a subjetividade é, pois, deslocada do campo biológico e trazida para o campo do histórico, de modo que o indivíduo não é considerado origem, mas, ao contrário, para tornar-se sujeito, ele ocupa uma posição e é o suporte das significações dessa posição; assujeita-se, portanto.

É necessário frisar que assujeitar-se é condição indispensável para ser sujeito sob o prisma dessa vertente teórica. “Ser assujeitado significa, antes de tudo, ser alçado à condição de sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 43). Nesse ponto, vale lembrar, ainda, as considerações de Orlandi (2006, p. 18), nas quais a autora reafirma que “o assujeitamento é a própria possibilidade de se ser sujeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz)”. Bastante significativa é também a explicação que Orlandi tece a respeito de uma qualificação do assujeitamento. Retomando o fato discursivo de que a “ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história”, a autora afirma que

a subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento. Quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito ou pouco, ou mais ou menos. O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico pela ideologia: se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história. Não se pode dizer

senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isso não tem como se subjetivar. O outro modo de dizer isso, e que decorre do vínculo radical do sujeito ao simbólico, é dizer que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia (ORLANDI, 2006, p. 19).

A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia é decorrência da inscrição do sujeito em uma posição. Ao inscrever-se em uma posição, o sujeito é tomado por uma relação de identificação/desconhecimento (PÊCHEUX, 2009 [1975]) que, na interpelação ideológica, faz com que esse sujeito se identifique com as formações imaginárias fornecidas pela posição, desconhecendo que a forma como tais imagens estão recortadas e estabilizadas poderiam ser diferentes, produzindo outros modos de significar, a partir de outros recortes históricos.

Nesse ponto, é conveniente retomar as considerações sobre as formações imaginárias, pois é a partir delas, constitutivas de uma posição e estabilizadas a partir de alguns espaços da memória discursiva, que os sentimentos podem ser enunciados em uma posição, constituindo, também eles, essa posição.

As formações imaginárias foram pensadas, por Michel Pêcheux, em 1969, como parte das condições de produção do discurso, e se referem a um jogo de imagens que os sujeitos atribuem a si, ao outro e ao referente em um processo discursivo. De acordo com o autor, todo processo discursivo supõe a existência dessas formações que intervêm na constituição dos discursos de modo a sinalizar efeitos de antecipação acerca do que pode e deve ser dito em determinada instância discursiva.

As representações imaginárias aparecem em relação ao exterior linguístico e são historicamente determinadas nos processos discursivos. Ao propor o jogo de imagens como fator estruturante dos discursos, Pêcheux (2010 [1969]) já reconhecia que as diversas formações imaginárias resultantes desse processo de antecipação das representações discursivas são sempre atravessadas pelo já-dito, ou seja, são construções sócio-históricas situadas nas redes de memória. Tais formações resultam, pois,

de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a 'tomadas de posição' implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 85).

Esse jogo das imagens auxilia e, de certa forma, estabelece o que pode/deve ser dito ou não a partir do lugar que cada sujeito ocupa e das representações que faz de si, do outro e do referente ao enunciar. Entretanto, tal jogo não é preestabelecido, mas vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Na AAD 69, lemos que uma posição é uma representação de uma situação objetivamente definível (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 82). Dessa forma, mesmo que os dizeres sejam determinados pelos lugares que os sujeitos ocupam e aos quais se submetem, as imagens construídas ao enunciar apenas se formam no próprio processo discursivo que, por sua vez, também vai se delineando a partir das imagens construídas sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o que se diz. É necessário salientar que, nesse processo de antecipações, o que é levado em conta são as projeções desses lugares no discurso, ou seja, as posições, que permitem ver a relação entre esses lugares simbolizados na linguagem e o imaginário, uma vez que as posições sempre resultam de uma projeção imaginária em uma materialidade significativa e são representadas, nos processos discursivos nos quais são colocadas em jogo, como formações imaginárias. Assim, o jogo de imagens estabelecido por Michel Pêcheux como condições de produção do discurso apontam para o fato de que “os lugares se encontram presentes, mas transformados por regras de projeção que permitem passar de situações objetivas para posições representadas” (ZOPPI FONTANA, 1999, p. 17).

No caso dos relatos, é importante olhar para o jogo de imagens que compõem a posição-sujeito, pois tais imagens implicam a produção de sentidos sobre as mulheres e os sentimentos a partir de recortes interdiscursivos específicos que emergem naquela materialidade significativa. Como declara Pêcheux (2009 [1975], p. 146), o sentido de uma palavra não existe “em sua relação transparente com a literalidade do significante”, mas é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são (re)produzidas.

Nessa perspectiva, o sentido é efeito entre interlocutores que estão inevitavelmente inseridos em posições, em práticas determinadas pelas condições de produção. Pensar o sentido dessa maneira implica admitir que ele nunca é direto (eu falo determinada coisa e isso tem o sentido tal, independentemente). O efeito de sentido não é uma negociação feita na interação, mas é algo constituído pelas determinações sociais e ideológicas e isso faz com que a mesma frase signifique diferentemente em relação às determinações que estão postas para seu

aparecimento. Como dizem Pêcheux e Fuchs (2010 [1975], p.167): “o ‘sentido’ de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)”.

Sob esse olhar, o que confere sentido às palavras de um enunciador não é o contexto imediato ao qual se ligariam certos elementos da língua, mas sim as posições ideológicas a que o sujeito está submetido e as relações entre o que ele diz e o que já foi dito a partir daquela mesma posição. E isso porque a produção de efeitos de sentido no discurso é considerada sempre em referência aos processos históricos: mesmo que os processos linguísticos sejam a base dos processos de significação, a análise se volta para o processo discursivo, para o “fora” da língua, para as determinações históricas. É certo que o sentido se produz sobre a língua, mas sempre a partir dos processos históricos.

Desse modo, para observar os efeitos do interdiscurso, não fazemos uma análise interna da língua, mas relacionamos a língua à materialidade histórica, vez que o sentido é sempre produzido em um processo de sobredeterminação histórica no qual o real da língua se encontra com o real da história. Sendo assim, nenhum processo discursivo constrói significações individuais (ainda que essas ocorram com um indivíduo), pois tal processo sempre abrange um conjunto de relações significativas inseridas em um processo histórico, de modo que as significações são produzidas sempre a partir das posições que os sujeitos assumem e/ou com as quais se identificam para enunciar: as posições-sujeito são lugares de interpelação ideológica a partir dos quais o indivíduo se constitui em sujeito e nas quais esse sujeito se inscreve para significar (PÊCHEUX, 2009 [1975]). O sujeito de discurso está, assim, configurado por determinações que produzem identificação à determinada posição, de modo que o sujeito torna-se determinado pelos efeitos de sentido que aquela posição apresenta como se fossem evidentes.

Como explica Lagazzi (2013), o gesto de identificar-se é, pois, o gesto de reconhecer-se na cadeia dos sentidos. E, prossegue a autora, conceber o sujeito como posição implica considerar a identificação, que consiste no processo de reconhecimento no desconhecimento ideológico, ou seja: “desconhecimento imaginário que habita o “eu” em seu efeito de unidade, em suas certezas e na evidência dos sentidos. Desconhecimento da alteridade constitutiva do sujeito e dos sentidos” (LAGAZZI, 2013, p. 317).

Dessa forma, o desconhecimento de que não há unidade/univocidade, de que as palavras passam a ter sentido somente a partir de uma identificação com uma posição, e o conseqüente reconhecimento/desconhecimento de que os sentidos só podem ser assim, confere um efeito de unidade ao sujeito. Efeito que se manifesta até mesmo nos sentimentos que perpassam e constituem esse sujeito em uma posição.

## **2.2 Os sentimentos no discurso e sua relação constitutiva com uma posição-sujeito**

A partir da escuta de tantas palavras e silêncios trazidos à visibilidade nos relatos, quero agora deter-me sobre os sentimentos que são enunciados daquela posição. Quero, assim, olhar para o sentimento enunciado nos relatos enquanto um elemento que também é constitutivo de uma posição-sujeito, e, que, por seu funcionamento, produz um processo de subjetivação para a constituição da mulher: a subjetivação pela enunciação e conseqüente discursivização dos sentimentos. Ou seja, coloco-me agora sob o empenho de pensar o sentimento como um construto sócio-histórico que não é aleatoriamente produzido, mas é traço constitutivo de uma posição-sujeito e que pode ser, portanto, discursivamente interpretado em uma relação enunciativa específica com as condições de produção e com as projeções imaginárias dessa posição-sujeito.

O trabalho analítico a respeito dos elementos afetivos (emoções, paixões, sentimentos, afetos) não é novo: a afetividade é objeto de estudos também de outras ciências, cujos enfoques apresentam também denominações diversas para se referirem ao campo afetivo.

De acordo com Barbosa (2010), nos domínios da Filosofia e da Psicologia, dada a abundância de discussão sobre a relevância ou não da categorização das emoções, resulta uma “terminologia confusa” para definir emoções, paixões, sentimentos e afetos. A partir de um levantamento minucioso sobre os estudos que se ocupam da afetividade, a autora conclui que, em geral, o termo “emoções” é mais amplo, pois engloba direta ou indiretamente, as paixões e os sentimentos.

No campo da História, a afetividade é trabalhada em termos de sentimentos. É o caso de historiadores como Pierre Ansart (2005), Claudine Haroche (2005; 2008) e, no Brasil, de Izabel Marson e Márcia Naxara (2005), para citar apenas alguns nomes. De acordo com Haroche e Seixas (2004), esse domínio científico considera os sentimentos a partir do lugar que eles ocupam na História e a relevância deles para a compreensão e a gestão do político. Sob esse viés, os sentimentos são vistos como objetos que permitem compreender os acontecimentos da História, bem como as estruturas de dominação e emergência de conflitos que atingem as configurações sociais e a integridade da pessoa.

Nos próprios estudos da linguagem, há outras vertentes de estudos discursivos que também tomam a afetividade como objeto de estudos. São as linhas teóricas que, com uma filiação à Retórica, abordam essa afetividade enquanto emoções e consideram-na enquanto manifestações do *ethos* ou do *pathos* discursivos, relacionados às imagens de si na interação comunicacional e aos conjuntos de crenças de uma coletividade, inscritas em uma problemática de representações psicossociais, e que se manifestam textualmente por meio de traços semiológicos. É o caso, por exemplo, dos estudos desenvolvidos por Charaudeau (2010; 2011), Amossy (2005), Maingueneau (2006), Plantin (2010) e também pelo Núcleo de Análise do Discurso da Universidade Federal de Minas Gerais, que trabalham sob o viés da emergência das emoções na linguagem, especialmente em termos de efeitos de patemização e de *ethos* discursivo. Desse ponto de vista, as emoções são tratadas, em geral, como “efeitos possíveis que um determinado ato de linguagem pode produzir em uma dada situação” (CHARAUDEAU, 2011, p. 111, tradução livre minha).

Apesar de a palavra correntemente utilizada pelos estudos discursivos para colocar em jogo a problemática da afetividade ser “emoções”, na presente pesquisa, a opção teórica e metodológica é a de olhar para a discursividade constituída pelos afetos em termos de **sentimentos** e não de emoções, de modo que se torne possível marcar, pela própria referência a “sentimentos”, um diálogo – sempre frutuoso – da Análise de Discurso de vertente materialista com a História.

Para empreender esse gesto de analisar a enunciação dos sentimentos no discurso, olho para tais sentimentos enquanto efeitos, mecanismos historicamente determinados, também constitutivos de determinada posição-sujeito, propondo, assim, uma leitura que me permita analisá-los enquanto práticas

ideológico-discursivas (ORLANDI, 2012) e, conseqüentemente, como parte do processo de produção de sentidos sobre o sujeito mulher em condição de violência.

Os modos como a mulher é discursivizada e ganha sentidos e visibilidade estão atrelados à interpelação ideológica que inscreve os sujeitos nas formações discursivas. Para articular os sentimentos a essa discursivização do feminino, estou considerando, com base nos estudos de Orlandi (2012, p. 219), que os sentimentos “são sentidos produzidos por uma prática ideológica, ou melhor, por uma ideologia que é uma prática”. Segundo a autora, o sentimento “é um discurso, portanto é uma prática em que se confrontam o simbólico com o político”.

Partindo dessa perspectiva, os sentimentos não estão, assim, relacionados a vontades ou a inclinações pessoais para alguns comportamentos recorrentes e nem mesmo a representações sociais – elementos que constituem a base dos estudos da Psicologia das Emoções e da Sociologia das Emoções, respectivamente (cf. CHARAUDEAU, 2011)<sup>16</sup> –, mas, compartilhando do posicionamento de Orlandi (2012), os sentimentos podem ser vistos enquanto processos de significação que, em condições de produção determinadas, significam pelo simbólico e pelo equívoco na linguagem e na história. Eles são, portanto, discurso.

Todo discurso é tomado como prática e, se é uma prática, não se trata de nenhuma reação comportamental, mas sim de uma relação simbólica estabelecida pela língua, na história: é nas práticas discursivas que os processos de interpelação ideológica se manifestam em uma conjuntura histórica. A respeito das práticas discursivas, Pêcheux (2009 [1975], p. 197) declara: “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas”.

Nessa perspectiva, não existe prática discursiva sem sujeito, dado que ser sujeito de uma prática é ser constituído em sujeito pela interpelação ideológica. Entretanto, o autor adverte que:

não se trata de dizer, porém, que uma prática (discursiva ou não) seja a prática de sujeitos (no sentido dos atos, ações e atividades de um sujeito (...), mas sim de constatar que todo sujeito é

---

<sup>16</sup> Segundo o autor, no campo das Ciências Sociais, as emoções se encontram “na origem de um “comportamento”, na medida em que se manifestam mediante as disposições de um sujeito, mas ao mesmo tempo estão controladas (sancionadas, inclusive) pelas normas sociais provenientes de suas crenças” (CHARAUDEAU, 2011, p. 108, tradução livre minha).

constitutivamente *colocado como* o autor de e responsável por seus atos (por suas “condutas” e por suas “palavras”) em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em “sujeito-responsável” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 198, grifos do autor).

Assim, ao inscrever-se em uma prática discursiva, sempre articulada a uma posição, o sujeito se constitui como tal, e seus dizeres – bem como os “seus” sentimentos – são necessariamente afetados por essa constituição. Nesse sentido, os sentimentos são da ordem da constituição do sujeito em determinada posição, em determinado lugar de interpelação ideológica, e se configuram, assim, enquanto objetos de efeitos paradoxais, em que simbólico e político se confrontam para produzir sentidos.

Na constituição dos sentidos e dos sujeitos há, pois, sempre, uma determinação ideológica que se dá pela via do simbólico. E é a partir dessas determinações, recortadas pelas regiões do interdiscurso e manifestadas nas posições-sujeito, que se torna possível produzir um sentido e não outro; enunciar um sentimento e não outro; falar *de* um sentimento e não de outro; falar *sobre* um sentimento e não sobre outro.

Já em um texto de 1990, intitulado “Palavra de amor”, Orlandi realiza uma leitura do sentimento enquanto discurso. Nesse texto, a autora analisa a fala amorosa nas suas descontinuidades e cuja natureza se constitui no que é indistinto, indiferente, absoluto e fugaz, propondo-se a falar “do discurso de amor, ou do amor enquanto discurso” (ORLANDI, 1990, p. 76).

Ao falar do amor como discurso, a autora explicita diferentes formas de abordar essa problemática. A primeira está ligada a “estar *no* discurso de amor”, no qual se experimenta a desnecessidade de dizer: seria o campo das sensações e do silêncio. A segunda e a terceira formas estão ligadas ao falar *de amor* e *sobre o discurso de amor*: falar *de* amor “é trabalhar os limites do representável”, “fazer significar com palavras”; falar *sobre* o discurso de amor, por sua vez, é “colocar-se na possibilidade de um olhar de outro lugar, o da explicitação de um processo de significação” (ORLANDI, 1990, p. 75). Em seu texto, Orlandi analisa o discurso *de* amor, pois trabalha os limites do representável a partir da fala amorosa.

O que busco aqui não é trabalhar limites do representável em relação aos sentimentos, ou seja, não é falar *dos* sentimentos, mas sim explicitar gestos *sobre*

os sentimentos, pois o que a materialidade dos relatos me permite é sempre um gesto de interpretação *sobre* os sentimentos e os sentidos presentes em uma posição-sujeito, que aqui vou nomear de “mulher em condição de violência conjugal”.

Para explicar o que seria falar *sobre* o amor, Orlandi (1990, p. 77) menciona a poesia lírica, afirmando que essa poesia “se apresenta, para nós, como um discurso sobre o amor e não como um discurso de amor”, uma vez que as poesias líricas relatam o amor. E quando se produz um relato, se está falando *sobre* algo, pois se fala para fazer significar algo.

Compartilhando desse posicionamento, posso dizer que, ao falar sobre suas vidas permeadas de violências, as mulheres falam também sobre os sentimentos que experimentam nessa condição. Ao relatarem, é sobre violência e é sobre sentimentos que elas falam, para fazê-los e fazer-se significar. Vale ressaltar que, discursivamente, significar não é ter sentido, mas produzir sentido, uma vez que essa produção envolve, necessariamente, as posições-sujeito inscritas historicamente e a língua em funcionamento por sua relação com as práticas ideológicas e os movimentos de interpelação na história.

É certo que muitos são os sentimentos enunciados pelas mulheres em seus relatos sobre a violência nessa posição: medo, raiva, culpa, humilhação, amor, coragem, carinho, insegurança, opressão, vergonha, ansiedade, dúvida, arrependimento, entre outros<sup>17</sup>. Entretanto, não se trata, nesta pesquisa, de descrever e nem de analisar todos os sentimentos que as mulheres enunciam; no

---

<sup>17</sup> Nesse sentido, quero fazer menção a um texto que me foi bastante elucidativo para que eu pudesse pensar a enunciação dos sentimentos nos relatos das “minhas mulheres”. Sob uma perspectiva sociológica, e em uma leitura bastante delicada acerca dos “processos de emancipação feminina” e de “ruptura com a cadeia de subordinação e violência”, Stecanela e Ferreira (2009) trabalham com narrativas de mulheres expostas à violência de gênero, com o intuito de “categorizar eventos” que possam representar os “mapas de trânsito” para a superação e a saída das mulheres do ciclo de violência. Ao abordarem o que eles chamam de “território íntimo da violência de gênero”, os autores também apontam sentimentos que emergem daquelas falas quando a mulher quebra o silêncio, e indicam a recorrência, nessas narrativas, de sentimentos como: ausência de autonomia, dor, humilhação, sentimento de impunidade, medos, aprisionamento, insegurança, vergonha, culpa, raiva, opressão, ódio, sufocamento, ausência de paz, desprezo, constrangimento, fragmentação da autoestima, ansiedade, pavor; mas também, ao sinalizarem para uma possível superação, os autores elencam sentimentos como coragem, atitude, força, decisão, protagonismo, fortaleza. Ressalto que, em muitos momentos, nas transcrições que os autores fizeram das entrevistas de suas participantes, pude ver inúmeras semelhanças intradiscursivas (e, até mesmo, muitas expressões idênticas) com o que apareceu na materialidade linguística de meu *corpus* de pesquisa. No entanto, longe de ser um problema, tais semelhanças apenas corroboram o princípio discursivo de que ser sujeito é ocupar uma posição historicamente determinada em uma formação discursiva e que os efeitos de sentidos nunca são sentidos que acontecem no indivíduo e/ou em suas relações interpessoais, mas são sempre decorrência e consequência de sujeitar-se à língua na história e, desse modo, assumir, para o dizer, uma posição que significa.

recorte discursivo que estabeleço, escolhi trabalhar com a enunciação do sentimento da humilhação, em particular, e, em decorrência dessa humilhação, também com a enunciação de outros sentimentos que se produzem como seus efeitos, tais como o medo e a coragem.

A escolha por trabalhar com a humilhação ocorreu porque, ao longo dos relatos, fui percebendo a regularidade da enunciação desse sentimento na maioria das narrativas, o que me permitiu dizer que, na condição de violência, o sentimento de humilhação é um indício, um sintoma (aquilo que se mostra) da violência conjugal. Dessa forma, torna-se possível afirmar que tal sentimento é um elemento constitutivo da posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, na qual são historicamente determinadas algumas imagens que possibilitam um modo de discursivização para os sentimentos, especificamente para o sentimento de humilhação.

Para dar consequência a esse gesto, passo agora a analisar esses processos de identificação/desconhecimento que fazem com que o sujeito se reconheça na cadeia dos sentidos, a partir das imagens que constituem essa mulher em condição de violência, posição na qual a humilhação é constitutiva.

### **2.3 A posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal” e seus trajetos imaginários**

Fazer um percurso pelos trajetos imaginários que compõem a posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal” torna-se necessário à medida que é em relação a essas formações imaginárias que os sujeitos vão enunciar os sentimentos, tratados aqui enquanto discurso, e não enquanto algo da ordem puramente individual. É em diálogo com as representações imaginárias da mulher mãe, trabalhadora, esposa e amante (do outro e de si mesma), estabilizadas por essa posição-sujeito, que o sentimento de humilhação se discursiviza na condição de violência.

Além disso, as formações imaginárias mobilizam os pré-construídos que estão na memória discursiva e que possibilitarão a constituição dos sentidos para a mulher e para os sentimentos nessa posição, pois, discursivamente, as imagens fazem emergir as regularidades que permitem descrever o sentimento como

constitutivo da posição-sujeito, seja no aspecto do que é dito, seja nas pausas e nos silêncios.

Já mencionei anteriormente que é pela identificação a uma posição que o sujeito toma os sentidos como se fossem universais: ele desconhece que não é a fonte do dizer e que os sentidos poderiam ser sempre outros, desconhecimento que se lhe apresenta como algo natural. Como salienta Orlandi (2006, p. 25),

quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas. Mas ele o faz como se o sentido estivesse nas palavras – e não na inscrição das palavras em formações discursivas – apagando-se assim suas condições de produção, desaparecendo o modo pelo qual a exterioridade o constitui. Em suma, a interpretação aparece para o sujeito como transparência, como o sentido lá.

E isso tudo se materializa na linguagem: a interpelação é o lugar onde se produzem identificações às posições-sujeito pela linguagem. Esse fato de que os sentidos apareçam ao sujeito como transparentes está relacionado aos modos de funcionamento do interdiscurso, em seus efeitos de pré-construído (que assegura um “sentido já-lá” da interpretação) e de sustentação ou articulação (que produz a relação de implicação, de ligação entre dois predicados), fornecidos pelos trajetos imaginários.

De acordo com Pêcheux (2009 [1975], p. 89), o termo “pré-construído” foi proposto por Paul Henry “para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. Esse efeito produz uma referencialidade supostamente transparente, uma doação dos objetos de saber como se eles fossem realidade e não construção, significação historicamente produzida daquela forma. Desse modo, o pré-construído é um efeito do interdiscurso que funciona sob a modalidade da exterioridade, da pré-existência, figurando como o “‘sempre já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (Pêcheux, 2009 [1975], p. 151). É um objeto “pensado antes, em outro lugar ou independentemente” do enunciado no qual aparece atualmente, daquilo que está contido na afirmação global da frase (Pêcheux, 2009 [1975], p. 89). É, ainda, como explicita Robin (1973, p. 119), aquilo que passa “sem discussão como uma base sobre a qual repousa o consenso”. Assim, o pré-construído é o espaço da identificação, da equivalência, (A=B), pois é a partir dele que se produzem as evidências para uma posição-sujeito

no âmbito de uma formação discursiva. Em relação às mulheres, um pré-construído que funciona com muita eficácia é o da força da mulher. Ele está, por exemplo, na base da constituição da imagem da mulher mãe e da mulher trabalhadora.

De maneira oposta ao funcionamento do pré-construído, o funcionamento do efeito da articulação de asserções, que se apoia sobre o que Pêcheux (2009 [1975]) chama de “processo de sustentação”, trata-se de uma espécie de retorno de saber no pensamento, ou seja, um conhecimento dado como certo para uma determinada formação discursiva e que retorna (é retomado) na constituição das proposições e, conseqüentemente, sustenta a produção dos sentidos. Tal processo introduz, no fio do discurso, “os pensamentos laterais que suportam a articulação entre os enunciados” e, desse modo, possibilita a “passagem à discursividade, ao engendramento do texto” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 113). Desse modo, explica o autor, a articulação ou processo de sustentação “está em relação direta” com o que é caracterizado como discurso transverso, pois a articulação, que corresponde a um efeito explicativo, provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso transverso no eixo do intradiscurso. Esse efeito não produz, pois, equivalência entre proposições, mas uma implicação, um encadeamento (se A, então B). Uma implicação recorrente – que dialoga, aliás, com o pré-construído da força feminina – é aquela estabelecida entre o ser mãe e o ser forte, por exemplo: se é mãe, então é forte. Esse laço entre mulher e força que se apresenta como um elemento “já-lá” pelo pré-construído é, intradiscursivamente marcado pela implicação que se constrói entre mulher e força, ficando, assim, sustentado pelo discurso transverso.

Pelo fato de produzirem uma suposta transparência na produção de sentidos, o efeito de pré-construído e o processo de sustentação ou articulação são efeitos da relação entre língua e discurso (COURTINE, 2009, p. 74) e permitem ao analista observar o funcionamento da língua na interpelação ideológica, pois constituem maneiras pelas quais o interdiscurso se apresenta no intradiscurso. A esse respeito, Malidier (2003), salienta que o pré-construído e a articulação dos enunciados são noções-chave que permitem a passagem do terreno lógico-linguístico para a teoria do discurso. Assim, embora tais efeitos se materializem na língua, não se deve confundi-los com a sintaxe: eles são efeitos que podem ser observados no fio do discurso, mas estão sempre em relação ao funcionamento da língua na interpelação ideológica, colocando-se para além do coesivamente organizado no intradiscurso, ou seja, remetem ao interdiscurso e às condições de

produção. Os efeitos de pré-construído e de sustentação não são, pois, decorrentes das formas linguísticas, embora possam ser percebidos também a partir delas. O que produz esses efeitos são as formas linguísticas significadas pela memória em suas relações não transparentes com os mecanismos ideológicos. Ou seja: a língua, enquanto sistema formal, nos seus significantes, fornece algumas pistas e é a base para que sejam observados os processos de significação, mas o sentido tem caráter material, produzido na determinação histórica e ideológica. Como lembra Orlandi (2002, p. 68), “se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável. Ao real da língua corresponde o real da história”.

Analisar um pouco desses espaços de suposta transparência formulados pelas imagens de mulher recortadas historicamente nessa posição-sujeito é agora o meu empenho e procurarei fazer esse percurso destacando a regularidade do laço que as mulheres estabelecem com os seus filhos e com seus parceiros. Para tanto, sem perder o foco de que todas essas imagens, juntas, são efeitos imaginários de uma única posição-sujeito – “mulher em condição de violência conjugal” –, com seus processos próprios de interpelação ideológica, abordarei primeiramente a imagem da mulher enquanto mãe, pois essa é a imagem que, em geral, fica colocada com muita ênfase na maioria dos relatos. Em seguida, procurarei articular essa relação com os filhos e o parceiro ao âmbito profissional das mulheres. Em um terceiro momento, meu olhar se voltará para as imagens da esposa e da amante na relação conjugal. Por fim, analisarei uma outra imagem que, em princípio, transborda dessas anteriores para constituir um olhar da mulher sobre si própria antes de olhar para os outros com os quais ela estabelece laços. Todas essas imagens dialogam entre si e aparecem simultaneamente e, com isso, constituem um efeito imaginário de unidade. Mas essa unidade é também um efeito de um sujeito disperso, esfacelado pela condição de violência que lhe constitui.

### *2.3.1 Mulher e mãe: sob um efeito (equívoco) de univocidade*

Nos relatos das mulheres, na maioria das vezes, quando elas falam da violência, os filhos são mencionados (mas me pergunto: haveria um “quando se fala da violência”? Ou todo seu relato seria estruturado em torno da violência? Haveria algum momento em que ela não me fala de violência?). A propósito, nesta minha

pesquisa, das mulheres que dividiram comigo um pouco de suas histórias, apenas uma delas não tivera filhos do homem e/ou dos homens que povoa(va)m e marca(va)m suas memórias e seu corpo<sup>18</sup>.

Assim, considerando a exterioridade que constitui sujeitos e sentidos, a questão da maternidade se mostra, pois, no trajeto dos relatos, com muita recorrência e fica sinalizada quase como um efeito de univocidade e naturalização sustentado, nessa posição-sujeito, por um pré-construído de que “é claro que” a mulher, em uma relação permeada de conjugalidade, é mãe.

Nessa historicidade que interpela as mulheres em sujeitos que se identificam (também) à imagem de mãe recortada pela referida posição-sujeito, uma regularidade relevante para a construção dos laços entre mães e filhos está manifestada pelo funcionamento pronominal, que coloca os filhos como se fossem (apenas) parte da mulher, excluindo o homem dessa relação.

No fio da sintaxe, as marcas pronominais, especialmente no que tange aos pronomes pessoais e possessivos, funcionam de modo a demarcar a identificação e a anáfora referencial, bem como o pertencimento. Observando essas marcas do ponto de vista discursivo, ressalto o funcionamento delas no que concerne à constituição da mulher relativamente à maternidade, uma vez que tais elementos sintáticos contribuem para ressaltar a ligação entre mulheres e filhos e, por sua vez, sinalizam para um distanciamento entre esse conjunto e os homens.

Inicialmente, enfatizo a recorrência da construção “meu filho”, com suas flexões e derivações gramaticais:

(...) meu filho já teve convulsão umas três vezes... porque era só eu brigar:... com o pai dele... passar nervoso... o meu filho passava mal... às vezes ele não precisava nem VER eu brigando com o pai dele... ele passava MAL... às vezes eu pensava que meu filho tava MORto... e isso me desesperava sabe... tinha dias que eu passava a NOlte no hospital... ((choro)) (Beatriz, 25).

(...) aí... o pai do meu filho... ele queria que:/: numa das viagens que eu fui visitar lá... não fui nem eu... ele foi procurar e minha irmã passou o telefone... eu não queria nem mesmo que ele visitasse o meu filho (Rita, 44).

(...) meu marido ele começou trabalhar na [xx] [nome do estado] e se envolveu com uma mulher lá... e ele vinha: a São Paulo periodicamente... (...) [ficávamos] eu e minha filha aqui e ele LÁ... só que ele voltava esTÚpido agresSlvo e falava que a culpa era Minha que eu tava brigando que eu tava prejudicando a Minha

<sup>18</sup> Saliento que tal regularidade se apresentava também na pesquisa que desenvolvi no mestrado (PERON, 2007), em relação às mulheres que procuravam a Delegacia da Mulher para registrar uma ocorrência.

filha eh:: então assim ainda joga as CULpas que vão surgindo (...) e a... minha filhinha ficou super jogada no passado... praticamente ela fo/ ela se torNOU uma ÓRfã de pai e mãe vivos... um pai que tava LOUco aPAixonado na [xx] só me machUCAva... e eu... totalmente... sem rumo desnorteada... (Lívia, 38).

Destaquei aqui apenas três sequências discursivas nas quais a expressão “meu filho” aparece, mas ressalto que essa construção é constante, figurando na maioria dos relatos, como poderemos observar ao longo das análises. Em cada uma dessas sequências, é válido notar como, diante da violência, nos relatos, a maternidade fica toda colocada enquanto parte específica da mulher – *a Minha filha, a minha filhinha, o meu filho* –, apesar de os filhos mencionados serem de ambos. No caso das protagonistas desses relatos, Beatriz havia se separado do companheiro quando descobrira que ele mantinha um relacionamento com a irmã dela; Rita ficara grávida daquele homem (já casado e bem mais velho) aos onze anos de idade e, tempos depois, ele estaria separado e desejoso de retomar o relacionamento com ela; Clara, por sua vez, ainda gostava do marido, mas estava em processo de separação devido à violência psicológica e à traição sofridas, conforme me relatava.

Não costumam aparecer marcas pronominais de um “nós” para fazer referência aos filhos do casal, uma vez que esse “nós”, esse casal, diante da condição de violência contra a mulher, não existe na prática; nessa condição ele se perde, se desfaz. A violência não permite mais os laços manifestos pronominalmente em “nós” – muito embora, paradoxalmente, a violência crie “nós” bastante substantivos nas vidas por ela perpassadas. Excluir o outro (o pai, no caso), na gramática e no discurso, rememora um pensamento cultivado socialmente de que as mulheres, como são mães, é que devem ser as maiores responsáveis pelos filhos. Pensamento expresso, por exemplo, em um provérbio bastante popular: “Quem pariu Mateus, que o embale”. Assim, a maternidade fica postulada como marca da mulher: ela carregou antes, ela pariu, o filho é dela e ela se constitui como mulher e mãe nessa relação com o filho.

Se observarmos a ligação que se produz entre mãe e filhos, vale destacar que a mulher-mãe, cujos sentidos estão estabilizados para essa posição-sujeito, pensa primeiro nos filhos, colocando-os como prioridade:

(...) porque mãe é assim né... em primeiro lugar os Filhos depois... maRldo em último lugar né... quer dizer:: o:: primeiro os filhos (...) EU... nem SEI em segundo

terceiro e o maRlido em último dos últimos ((risos)) eu sempre FIZ assim... né... então agora não agora eu já to fazendo diferente... eu já to colocando agora primeiramente né DEus... EU... e depois meus filhos... né... porque também eu TENho que gostar de mim eu TENho que olhar pra mim... né... porque como que eu vou dar estrutura:: vou:: sei lá... tratá-los bem se primeiramente eu não estou bem também... né... eu penso assim::... HOje em dia... (Helena, 46).

Tomando como base o recorte anterior, gostaria de pensar sobre essa prática de colocar os filhos em primeiro lugar. Para tanto, destaco o enunciado ali presente *porque mãe é assim né*. Esse aposto resumidor “assim” contém, na sequência, sua enumeração ordenada de prioridades para a mulher-mãe: *primeiro os filhos (...) EU... nem SEI em segundo terceiro e o maRlido em último dos últimos ((risos))*. Em um processo de paráfrase do enunciado *mãe é assim*, a partir dos elementos dessa materialidade linguística, chegaríamos ao enunciado “uma mulher-mãe pensa, primeiro, nos filhos” (e depois em todas as outras pessoas e coisas, inclusive em si própria) ou, ainda, à proposição articulada “se é mãe, pensa primeiro nos filhos”. Colocar os filhos em primeiro lugar sinaliza para a imbricação dos sentidos de mulher aos sentidos de maternidade e, sob um efeito de articulação, constitui-se em um conhecimento “evidente” para essa posição-sujeito, sendo retomado para sustentar, nesse caso, a produção dos sentidos para a maternidade: ser mãe é priorizar os filhos.

Nesse processo discursivo de colocar os filhos em primeiro lugar, e, na condição de violência, atingir os filhos – física, psicológica, econômica e/ou afetivamente – é atingir a mulher, é colocá-la em condição de violência, uma vez que, no discurso, sinaliza-se para os filhos como parte da mulher. A parte mais sensível, a propósito<sup>19</sup>:

(...) quando eu ganhei minha filha/tive minha Filha:: ele já beBIA... né ele não tinha muita paciência ele NÃO TINha paciência na verDAde né:: quando eu::/ né porque ela era bebezinha e ela trocava ela dormia:: o dia ((percebe-se o sorriso na fala)) e à noite ela ficava acorDAda... então muitas vezes eu/ah ia com ela pra SAla assim tinha que ficar com ela o tempo TDo... e eu eh:: sendo mãe né:: então era MÃE mesmo né... porque ele não/eh:: ele não aguentava nem ouvir o CHOrO da menina (Helena, 46).

<sup>19</sup> Na referida pesquisa anterior (PERON, 2007), essa conclusão também já aparecia. Esse fato ficava intradiscursivamente marcado quando as mulheres salientavam que haviam procurado a Delegacia da Mulher quando os filhos eram ameaçados. Na presente análise, acrescento que, ao serem atingidos os filhos, muitas vezes o medo se muda em coragem e existe uma tentativa mais efetiva de romper com o ciclo de violência. Medo e coragem são, pois, efeitos do sentimento da humilhação sofrida pela mulher que se identifica aos sentidos da e sobre a maternidade estabilizados por essa posição-sujeito.

O “ser mãe” é um aspecto que exalta a vulnerabilidade das mulheres em seus relatos. Assim, não ter paciência com os filhos, com o choro ou com as necessidades deles, desprezar os filhos, não estar presente nem provê-los no aspecto financeiro, agredir os filhos: tudo isso é visto como violência também contra a mulher e até mesmo como negação da própria mulher, na medida em que ser mulher é discursivamente projetado como ser mãe. Negligenciar os filhos equivale, portanto, a negligenciar a própria mulher, produzindo um efeito metonímico, vez que a maternidade parece ser tomada como completude do feminino e, neste imaginário social, recortado também por essa posição-sujeito, parece estar cristalizada a imagem de que uma mulher apenas se realize totalmente ao tornar-se mãe.

Além disso, fica gramaticalmente marcada uma oposição pronominal eu-ele, no que se refere à relação da mãe e do pai com os filhos. Se retomarmos a forma como Benveniste (2005) apresenta a instauração da subjetividade na linguagem, será possível descrever o pronome “ele” como o referente daquela tomada de palavra. Se pensarmos essa descrição sob uma perspectiva discursiva, essa oposição eu-ele também instaura um processo de aproximação/distanciamento entre mãe/pai, respectivamente, e filhos, como resultado de um processo discursivo que traz à tona uma memória sobre a ligação íntima entre as mães e os filhos.

Nesse sentido, quero destacar um enunciado presente no recorte do relato de Helena, anteriormente citado: *eu eh:: sendo mãe né:: então era MÃE mesmo né... porque ele não/eh:: ele não aguentava nem ouvir o CHORO da menina (...)*. Ao passo que ela se coloca como *MÃE mesmo né*, a referência que ela faz ao pai da criança é a de alguém que não se porta como pai, porque *ele não aguentava nem ouvir o CHORO da menina*. Esse elemento determinante “mesmo” utilizado após o substantivo “mãe” produz, em termos de sentido, uma ênfase qualitativa ao nome que determina, ou seja, ser *MÃE mesmo* é ser mãe na totalidade, ser mãe a partir dos sentidos possíveis naquela posição-sujeito (e não em outras) – até mesmo aguentar o choro e ficar acordada junto da criança que trocou, em termos biológicos, o dia pela noite. O determinante “mesmo” indica a reduplicação da identificação aos sentidos de mãe recortados pela posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, porque se produz uma reafirmação desse lugar que constitui o sujeito. Além disso, existe, nessa sequência, o marcador discursivo “né”, pelo qual se reafirma a ênfase dada intradiscursivamente ao que é ser *MÃE* (nome marcado, a propósito, com ênfase prosódica). Dessa forma, mais do que um elemento da ordem

falada da linguagem, o marcador “né” aponta para o discurso transversal de que ser mãe é estar pronta para enfrentar partes agradáveis e não tão agradáveis do envolvimento com os filhos e, mais do que isso, parece-me que esse mesmo marcador, discursivamente, aponta para a criação de uma cumplicidade – uma “co-construção discursiva”, para retomar a noção de Guilhamou (2007) – entre as mulheres envolvidas naquele diálogo: aquela que me relata essas experiências e eu, pesquisadora. Da posição de mulheres, a partícula “né” indica que nós compartilhamos os sentidos daquele determinante “mesmo”, não havendo necessidade de outras explicações, pois tais sentidos se firmariam sob o pré-construído de que toda mulher sabe o que é ser mãe, já que, sob esse olhar, cria-se a imbricação dos sentidos da mulher aos da maternidade nessa posição: mulher é mãe. E, porque é mãe, enuncia o sentimento de humilhação quando a violência conjugal estilhaça e espalha seus efeitos sobre os filhos.

Embora pareçam transparentes, os sentidos construídos, nessa posição-sujeito, para a mulher e para a maternidade, ou para o amálgama mulher e mãe, são considerados enquanto construções simbólicas (desautomatizadas, portanto), e se situam para além dos aspectos meramente formais e categorizadores que uma visão estruturalista, mais redutora em sua origem, poderia atribuir à linguagem; sob a ótica discursiva, a linguagem é constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, porque o sujeito é sujeito de linguagem, constituído pelo simbólico e significando por meio do simbólico (LEANDRO FERREIRA, 2003). Assim, quando analiso cada relato e observo suas regularidades, a identificação da mulher à posição-sujeito que recorta dessa forma a maternidade se coloca como sendo uma marca do feminino para aquela posição. Contudo, como bem lembra Orlandi (2002, p. 70),

o que aparece ao sujeito como sua definição mais interna e mais essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais ideologicamente determinado, mais cegamente preso a sua ilusão de autonomia. Quanto mais certezas, menos possibilidade de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona.

As análises sinalizam para a maternidade como a definição talvez a mais estabilizada, a *mais interna e a mais essencial* da mulher nessa posição-sujeito, apresentando-se como uma evidência de sentido firmada sob o pré-construído de que, historicamente, em uma relação de conjugalidade, “é claro que” a mulher é

mãe. Contudo, essa forma de significação está toda ela relacionada ao equívoco da língua que, conforme Pêcheux (2008 [1983]), é um “fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”, de modo que o próprio da língua apareça

atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significantes estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2008 [1983], p. 51).

Essa divisão discursiva entre os espaços estabilizados e os que escapam à estabilização, no tocante à constituição da mulher pela identificação à maternidade, fica sinalizada, nos relatos, quando observamos que, embora essa “definição mais essencial” (ORLANDI, 2002) seja colocada como evidente e apresentada de modo positivo, ela é equívoca e contraditória, constituindo-se nos embates que a condição de violência produz. Nesse sentido, vale olhar para o recorte a seguir:

ANA PAULA: e a senhora tem alguma lembrança boa desse seu relacionamento com o seu parceiro o pai das três meninas?  
 BÁRBARA: ... .. eu tenho de lá::... as três meninas... são meninas lindas são meninas maravilhosas... através delas eu tenho dois netos lindos... são pérolas preciosas é isso que eu tenho de lá (Bárbara, 47).

Questionada sobre as lembranças boas que restaram de um relacionamento conjugal falido<sup>20</sup>, a resposta de Bárbara, depois de uma pequena pausa, é certa: *as três meninas*, que lhe deram *dois netos lindos*. A família constituída a partir das filhas e dos netos é a *pérola preciosa* de Bárbara. A lembrança boa fica colocada, então, no afeto dessas pessoas, e tudo o mais – a violência, as injúrias, o marido louco por sexo que tantas vezes a tratara como uma prostituta – é legado ao silêncio, ou melhor, a uma prática de silenciamento (ORLANDI, 1992) necessária para que a vida prossiga.

<sup>20</sup> Bárbara continuava morando na mesma casa que o parceiro, por não conseguir ainda, conforme me dizia, pagar o aluguel sozinha; mas me deixava bem claro que eles não tinham mais a conjugalidade em comum e que, inclusive, o parceiro tinha uma namorada, a qual levava para “dentro de casa”. A casa também é um indício recorrente do sujeito mulher que precisa se ancorar em algum lugar para se reconstruir daquilo que a violência lhe causa. A “casa” parece constituir um espaço não apenas físico, mas também simbólico, ao qual o sujeito se apegava para construir unidade diante do esfacelamento produzido pela condição de violência conjugal.

Em relação aos laços afetivos estabelecidos com os filhos, o valor positivo da maternidade para essa posição-sujeito é imensurável, ou, no dizer de Beatriz, *mais nada vale... desse mundo sabe*. A filha que não dorme esperando a chegada da mãe, o filho que pergunta sobre a mãe antes de adormecer, a necessidade que as crianças demonstram para com a mãe, os elogios... tudo isso *não tem preço*, (...) *é tudo... é um cuidado né... ..* e supera aquele(s) relacionamento(s) perpassado(s) por traições, gritos e desprezos. Ser mãe é motivo de orgulho, de felicidade que embarga a voz e, assim, mostra-se também nesse modo de empregar a voz (o que se torna perceptível apenas pela materialidade oral que constitui esse *corpus*). A humilhação sofrida na condição de violência é silenciada para que seja dito que ser mãe *é muito bom... .. é a parte boa... ..* de qualquer relacionamento, por pior que ele seja ou tenha sido:

(...) aí eu aprendi... (...) a criar a minha filha... hoje ela me chama/ ela me fala que:: eu sou a melhor mãe do MUNdo pra ela... ((voz embargada)) isso pra mim... não/não tem preço sabe... .. (...) e às vezes a minha colega fala pra mim “o [xx] pediu pra dormir mas a primeira coisa que perguntou é se você já tava chegando”... .. ((voz embargada)) isso pra mim não tem preço... e às vezes quando minha menina nem dorme esperando eu chegar... .. (...) às vezes quando eu vou sair assim que deixo eles – quando eu vou sair pra uma festa alguma coisa assim – ela fala “mãe... promete que não vai demorar?”... isso pra mim é tudo... é um cuidado né... .. (...) isso tudo é gostoso... assim... eu vou pra CAsa... e assim... mais um dia... graças a Deus... .. é muito bom... .. é a parte boa... .. assim se eu te disser que a minha felicidade é eles você pode até dizer “ah... tá mentindo”... mas é... porque::... pra mim mais nada vale... desse mundo sabe... (Beatriz, 25).

Essa *parte boa* é, no entanto, constituída pelas partes menos agradáveis, pois ser mãe, na estabilização de sentidos dessa posição-sujeito, implica renúncias, ternura e dedicação, manifestas em materialidades significantes como esta:

(...) às vezes eu passo até FOme mas eu dou pra eles... ((choro)) porque eu nunca tive assim::... uma boneca um::... um brinquedo... (Beatriz, 25).

O que significam no discurso são sempre as posições assumidas para dizer. Toda a discussão acerca da noção de sujeito, na teoria do discurso, vai considerar o sócio-histórico e o ideológico como elementos constitutivos, ou seja: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Assim, o sujeito é, desde sempre, afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia. Duplamente determinado (pelo inconsciente e pela ideologia), o sujeito discursivo se constitui

pela linguagem e nela se materializa<sup>21</sup>, filiando-se a uma posição para dizer e, conseqüentemente, significar. Identificando-se aos sentidos dessa imagem de mulher-mãe, em uma posição-sujeito como esta, cujas matrizes de sentido apontam para discursos patriarcais, parece evidente que a principal significação de mulher esteja mesmo atrelada à maternidade. Esse efeito de pré-construído parece funcionar até mesmo como uma condição para “ser mulher” no relacionamento conjugal. Assim, por identificar-se a essa imagem de mãe, e por causa dos filhos, muitas vezes a mulher suporta a situação violenta de um relacionamento ruim:

(...) e a gente foi indo foi indo até que eu:: um dia... eu disse “eu vou me separar”... .. na verDAde quando eu falei “vou me separar” porque a vida não dava mais foi há dez anos atrás... foi a primeira vez que eu tomei a decisão... “vou me separar”... .. mas como eu vou fazer pra me separar dele? Porque eu já fiz... eu já tenho essas crianças todas... cinco filhos... como é que eu vou me separar agora?... mas eu TEnho que me separar... .. aí eu comecei a pedir assim “Meu Deus... faça com que a minha filha complete PElo menos dez anos... que eu POssa aguentar ainda... isso tudo”... (Inês, 38).

Diante da maternidade e da vivência conjugal espedaçada pela violência, Inês pensa primeiro nos filhos e se apega à fé para que *POssa aguentar ainda... isso tudo* até que a filha mais nova *complete PElo menos 10 anos*. Questões de ordem econômica, muito embora não apareçam ditas nesse enunciado, estão aí significando e são constantemente relacionadas à decisão de não sair de um relacionamento conturbado (cf. PERON, 2007). Se há filhos envolvidos, essas questões tomam amplitude maior e pesam, sobretudo, na escolha (ou na necessidade) de permanecer em uma relação na qual “a vida não dá mais”. E o laço da mulher com os filhos, enunciado nesse recorte, a faz permanecer junto daquele homem.

Esse mesmo laço amarra contradições constitutivas do sujeito que se sabe mãe, mas se sabe também mulher para além da maternidade:

(...) tem uma hora que você dá uma fraquejada... você perde as forças... é muita coisa você tem tanta decepção... como ser humano você perde as forças... você não é perfeita... eu TENto SER perFEIta... pelo menos pra minha Filha... porque ser mãe especial é:: olha::... às vezes você QUER chorar sabe... quer... você NÃO pode chorar... ((quase sussurrando)) você tem que se segurar porque ela já sofrendo com a situação... te ver chorar ela vai sofrer muito mais... então você

<sup>21</sup> A esse respeito, afirma Paul Henry (1992, p. 188): “O sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação”.

tem que ser firme... ((muito baixo e muito rápido)) e às vezes não é sempre que você aguenta... (Cecília, 50).

Na sequência anterior, o sujeito enuncia o ser mulher e o ser mãe em um embate que fica sinalizado pelo funcionamento verbal: *eu TENTO SER perFEIta... (...) você QUER chorar (...) você NÃO pode chorar... (...) você tem que se segurar (...) você tem que ser firme... (...) não é sempre que você aguenta...* É a condição de violência que coloca a mulher nessa luta entre um “dever ser” para a mulher que ocupa a posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal” e que se significa enquanto mãe a partir do que essa posição recorta como sentido possível<sup>22</sup>. Fica enunciada aqui a dor de um “fraquejar” relacionado ao não conseguir ser sempre firme diante da filha. Enquanto mãe, ela tenta ser perfeita para a filha, mas ela se vê também enquanto mulher com desejos, necessidades, fraquezas, vontade de chorar. E então começa a desenhar-se a contradição constitutiva de ser mulher e de ser mãe. Se esses sentidos de mulher e de mãe aparecem amalgamados em sua proporção mais evidente, eles também se dissociam. A materialidade do relato de Cecília, por exemplo, sinaliza para a necessidade de ser forte – característica da mãe – e a pressão de não suportar as decepções – característica que pode ser da mulher, mas que seria, desse ponto de vista, incompatível com a figura materna.

E também essa ausência de síntese, expressão da contradição, é constitutiva dos sujeitos e dos sentidos. Tanto a mulher quanto a maternidade não são objetos prontos, “resultado das interações” (PÊCHEUX, 2008 [1983]), mas sim construções discursivas, pois, como explica Leandro Ferreira (2003), a língua com que trabalha o analista de discurso não é a língua estrutural de algumas vertentes da linguística, o sistema abstrato, mas a “língua no mundo”, a língua “fazendo sentido”, significando na história; “é a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência” (LEANDRO FERREIRA, 2003, p. 42). Assim, embora a identificação imaginária da mulher a esse sentido de maternidade apareça discursivizada como transparente – a mãe é sempre forte, sempre tenta ser perfeita

---

<sup>22</sup> Além dessas marcas linguísticas que aparecem no campo do dito, o embate entre o *tentar ser*, o *dever ser* e o *não poder ser* é enunciado por silêncios materializados nos modos como se emprega a voz: ora por um sussurro, ora tão rapidamente e quase sem som. Esses espaços em que se significa com silêncios é também um dos locais, na materialidade significante, em que se enunciam os sentimentos. No capítulo três, abordarei mais enfaticamente esse ponto.

para os filhos –, tal processo de sentidos não constitui o real, porque essa identificação é, reafirmo, equívoca e pautada na contradição: mulher pode ser mãe dessa maneira, mas não necessariamente “deve” ser mãe assim; ela, aliás, não precisaria ser mãe, mas esse não parece ser o sentido recortado pelos já-ditos que constituem essa posição-sujeito.

### *2.3.2 Mulher e trabalhadora: sentidos que confluem*

Nos relatos das mulheres nos quais a maternidade positivamente afirmada é um dos traços que compõem a posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, aparece, inúmeras vezes, a menção ao trabalho enquanto elemento que caracteriza a força desta mulher que, mesmo estando em condição de violência, é mãe e trabalha para conseguir o sustento para si e para seus filhos. O trabalho da mulher fica, assim, relacionado ao pré-construído de que a mulher é forte. E, sendo forte, consegue ser mãe e ser trabalhadora. O laço afetivo com os filhos e, veremos mais adiante, com ela mesma, produz outra representação imaginária que a enlaça ao trabalho como mecanismo de reafirmação da força da mulher. Nesse processo discursivo, a enunciação do trabalho aparece como uma marca da mulher, sinalizando, para outro efeito de pré-construído legitimado naquela posição, segundo o qual a mulher, que é forte, é trabalhadora.

Para abordar esse funcionamento discursivo, inicio a partir do enunciado “eu sempre trabalhei” com os desdobramentos dessa materialidade significativa, uma vez que, durante os relatos, até mesmo sem que eu lhes perguntasse nada sobre trabalho, as mulheres constantemente mencionaram sua condição de trabalhadoras:

(...) SEMpre... trabalhei em banco:: no [xx] eu trabalhei dezesSEte anos (Clara, 38).

(...) e eu sempre trabalhei tive minhas coisas sabe... (...) minha avó sempre mandava a gente fazer as coisas desde criança... vivia assim:... na ROça... trabalhava pra gente comer... só... só sabia o que era trabalho... até hoje... só sei trabalhar... ... tudo que você me ensinar hoje eu aprendo.... (Beatriz, 25).

(...) como eu SEMpre trabalhei então já conhecia as pessoas ali tudo... ... (Rita, 44).

Voltando o olhar para o enunciado “eu sempre trabalhei”, vale notar que o mesmo se refere a atividades exercidas pelas mulheres fora do ambiente doméstico.

Assim, esse enunciado produz sentidos nos quais ficam silenciados os afazeres domésticos enquanto modalidade de trabalho. O que é feito no lar são as *coisas*:

(...) eu SEMpre trabalhei... eu tinha uma:: uma CREche... eu era microempresária eu tinha uma creche... e::... daí eu tinha que fazer as coisas à noite porque eu não tinha empregada em casa né... (Isabel, 47).

Em oposição ao significante *coisas*, usado para referir as inúmeras atividades existentes dentro de uma casa relativas à manutenção do local e ao cuidado e bem-estar de seus habitantes, o significante *trabalho* aponta, pois, para além do espaço privado e, ao contrário do efeito de legitimação que a atividade realizada na esfera pública encontra, as “coisas de casa” são postas como alguma espécie de evidência de determinada “função feminina” na conjugalidade. Tanto o é que, no intradiscurso, essas tarefas são apresentadas em separado:

(...) aí montamos uma oficina e eu era ajudante dele na oficina... aí eu trabalhava com ele na oficina das sete da manhã até cinco hora da tarde... quando dava cinco hora da tarde eu deixava ele... arrumava a casa... fazia o que tinha que fazer em casa pegava a sacola e ia vender... sacoleira... pelas casas... ... aí depois quando a oficina já tava bem encaminhada aí eu disse a ele “agora você arruma um ajudante pra você” (Rita, 44).

Nesse fragmento, Rita me conta que trabalhava com o companheiro na oficina durante todo o dia, depois ia para casa, *fazia o que tinha que fazer em casa*, e pegava sua sacola para realizar vendas. Vale notar que é essa última atividade, a de *sacoleira*, que Rita considera como seu trabalho, pois era dessa atividade que ela podia tirar seu sustento e comprar coisas para ela própria e para o filho, pois, embora ela trabalhasse na oficina, *o dinheiro era só pra ele era só ele que via*:

(...) eu mesmo eu trabalhando com ele na oficina com ele mas assim... quer dizer... se fosse pra comprar uma roupa pra mim... ... sabe... foi até por isso que eu comecei vender sabe... pra ter as minhas coisas... porque assim... dinheiro pra poder comprar... se eu quisesse um creme de cabelo não tinha não tinha um perfume... SAbe... não comprava roupa pro meu filho... eu trabalhava mas o dinheiro era só pra ele era só ele que via... ... aí eu comecei... economizando das coisas que eu vendia:: eu comprava as coisas pra mim e pro meu Filho... e:: comecei economizando aí até que comprei uma casinha... ... (Rita, 44).

Essa imagem de trabalhadora, da mulher que luta e consegue realizar o que deseja, desta que, pelo trabalho, aprendeu a *conquistar as coisas assim que eu podia ter* (Beatriz, 25), e começou *economizando aí até que comprei uma casinha...*

(Rita, 44), com o dinheiro proveniente de seus esforços, é tão fortemente delineada nos relatos que, no caso de a mulher encontrar-se em algum momento no qual ela não esteja realizando alguma atividade remunerada, fica explicitada certa justificativa nos relatos. Ao me contar, por exemplo, que está estudando e não está exercendo atividades profissionais fora de casa, Antônia faz uma ressalva:

(...) mas eu SEMpre trabalhei... trabalhei com vendas... com escritório... não Tinha uma profissão... por isso que eu resolvi estudar:: eu falei “não... agora eu vou estudar... eu vou ter uma profissão”... quero trabalhar na área... por isso hoje eu não to preocupada em procurar um serviço... eu estudo... faço estágio (...) estudo num horário que não atrapalha... eu estudo de madrugada... das cinco e quarenta e cinco às oito e meia... nove... nove e meia mais tardar eu to em casa... dou café pras crianças... faço almoço... janta... arrumo a casa... (...) então:: quer dizer... é um horário que não me atrapalha... dá pra eu estudar durante o dia... se eu precisar sair durante o dia também... tá tudo tranquilo... então ele PAga... meus estudos... né... não reclama de nada... até mesmo quando ele falou que ele ia embora eu podia ficar despreocupada que ele ia continuar pagando o meu estudo... ... (Antônia, 40).

A ressalva de Antônia fica linguisticamente marcada pela conjunção adversativa “mas”, cuja função sintática principal é a de inserir oposições e redirecionar o enunciado para uma conclusão diferente daquela que seria, em princípio, a esperada. Notemos que não ficam considerados enquanto trabalho todas as atividades que ela realiza em casa: *dou café pras crianças... faço almoço... janta... arrumo a casa...* E mesmo os estudos de Antônia são realizados em um horário alternativo que, segundo ela, *não atrapalha* a rotina de alguém responsável pela casa, marido e filhos.

Outro aspecto que merece ser ressaltado nessa sequência discursiva é o fato de a mulher desejar ter uma profissão específica, diferente daquelas que ela já havia realizado (a de vendedora e de secretária), mas para as quais ela não tinha uma formação. Ela deseja ter uma formação profissional<sup>23</sup> (*agora eu vou estudar... eu vou ter uma profissão*). Nesse sentido, é possível observar, ainda, que a dificuldade de encontrar um emprego é colocada como uma consequência da falta de uma atividade profissional específica, como figura (também) no relato de Isabel que, ao entregar currículos, depara-se com falares do tipo “mas você não tem profissão”, o que a deixa ferida, humilhada em sua condição de mulher que afirma

<sup>23</sup> Antônia cursava Serviço Social, e sua decisão de procurar o Núcleo deveu-se a um momento em que ela estava estudando sobre o ciclo da violência e reconheceu-se naquela condição.

não estar trabalhando, ainda que faça trabalhos autônomos – os *biquinhos*, como ela denomina suas atividades remuneradas:

(...) não eu não to trabalhando... na verdade... eu trabalhava numa escola de contrato mas agora acabou o contrato e até agora não apareceu nada eu não consegui eu faço um biquinho aqui um biquinho ali... entendeu... faço bordado em casa mas não é uma coisa que rende muito (...) quando eu levo currículo ( ) aí quando eu chego eles falam “mas é assim: do QUE que você trabalha?”... aí praticamente eu falo “não TENho profissão” (...) não... eu aceito qualquer coisa aTÉ faxineira... “Ah: mas pra você ser faxiNElra seu currículo é bom” eu falo “ah mas então me dá uma coisa melhor” eles falam “ah mas não tem experiência... profissão” sabe (Isabel, 47).

Paradoxalmente, porém, tanto o fato de não ter uma profissão quanto o fato de ter uma profissão podem ocasionar circunstâncias dolorosas para a mulher na condição de violência. Se, em relatos como o de Isabel, não ter profissão era motivo de constrangimento, em relatos como o de Clara, o constrangimento surge em decorrência de a mulher ter uma profissão e um trabalho economicamente mais rentável que o do marido; ela passa a enxergar-se enquanto uma *concorrente* para o companheiro e se diz  *muito feLIZ* quando ele, enfim, arruma um emprego em que ganharia mais do que ela:

(...) ele NUNca teve um emprego legal... aí SEMpre EU paguei tudo: aquela época com dezesseis anos eu entrei no [xx] ((nome do banco em que trabalhou)) um pouco antes de conhecer Ele (...) ::... sempre quem teve o poDER financeiro da relação fui eu... tanto é que eu fiquei muito feLIZ quando ele arrumou esse emprego... porque se::... que PRA ELE acho que era::... uma humilhaÇÃO vamos dizer assim eu TER o poder financeiro... mas que nunca:: quis me vaLER disso em momento algum mas hoje eu vejo que ele::/ que essa concorrência:: era na cabeça dele (Clara, 38).

Esse gesto enunciativo de Clara como alguém que se projeta(va) enquanto *concorrente* do próprio marido por sempre ter tido *o poDER financeiro da relação*, a despeito de soar estranha em uma sociedade na qual homens e mulheres deve(ria)m ocupar simultaneamente espaços públicos e privados, ainda encontra respaldo em ranços de memórias patriarcais que associam a mulher ao ambiente doméstico e à pouca ou ausente remuneração, e o homem aos espaços públicos e ao exercício de atividades remuneradas. E, novamente, a contradição: ao mesmo tempo em que o discurso social capitalista e o discurso de liberação das mulheres constroem um sujeito mulher que se divide entre “as coisas de casa” e o seu “trabalho”, e ainda que as mulheres dividam e/ou assumam as despesas na

conjugalidade, nessa matriz de sentidos de caráter patriarcal, o “ser mulher” não se relaciona ao “ser provedora”, mas ao “ser provida”, naturalizando, para o feminino, um lugar dentro do ambiente doméstico, cuidando para que tudo corra bem e em harmonia na casa.

Esse cuidado engloba, sobremaneira, os filhos. Dessa forma, muitas vezes, se produz um amálgama entre as significações de mulher-mãe e de mulher-trabalhadora, sinalizando para uma imbricação tal de sentidos que poderíamos descrever com o seguinte enunciado de efeito transversal: se mãe, então trabalhadora. Com ou sem a ajuda material do outro, a mulher-mãe-trabalhadora sempre encontra uma forma de sustentar os filhos a partir de seu trabalho:

(...) eu sempre trabalhei em casa de família... e assim eu fui criando... os outros filhos... ... e isso eu criei cinco meninas... cinco... ... (Bárbara, 47).

(...) eu tenho que trabalhar... eu tenho dois Filhos... né... (Helena, 46).

(...) eu sempre fui faxineira... sempre fui faxineira... e depois que a gente se separou eu fiquei trabalhando numa casa durante sete anos... empregada doméstica né... muito muito tempo mesmo... e:: eu dei conta dos meus filhos... direitinho... direitinho... eu sustentei eles... ele nunca me ajudou em nada... (Dulce, 37).

O enunciado “se mãe, então trabalhadora” sustenta a produção de sentidos sobre a mulher a partir dos eixos maternidade e trabalho. Traçando um processo parafrástico, teríamos, estabilizados para essa posição-sujeito, enunciados como: “a mulher é mãe” e “a mulher é trabalhadora”. Mas esses enunciados se encontram e se fundem para constituir essa mulher, podendo derivar para proposições articuladas: “se mulher, então mãe; se mãe, então trabalhadora”.

Mas não apenas a imagem da mulher mãe e trabalhadora, constituídas nesse reconhecimento/desconhecimento (PÊCHEUX, 2009 [1975]) são possíveis para o sujeito mulher nessa posição. Também existe um processo de identificação que considera uma mulher esposa, bem como uma mulher desejante na relação conjugal, cujos sentidos se encontram, nessa posição, postos em relação com a maternidade e o trabalho.

### 2.3.3 Mulher, esposa e amante: sentidos em (des)encontro

A parceria material/financeira de que eu falava ao discutir sobre a mulher em relação ao trabalho e ao sustento dos filhos funciona ainda como um espaço de significações que produz sentidos também sobre o casamento e que dialoga com os pré-construídos sobre o que significa a conjugalidade para essa posição-sujeito.

Uma dessas significações de conjugalidade passa por aquilo que, a partir de uma perspectiva patriarcal, se estabeleceu como construção histórica estereotipada para os cônjuges no que diz respeito aos provimentos para a casa:

(...) aí eu conversei com ele e disse “eu quero me separar” e ele ficou meio irritado porque ele não queria... .. além de tudo ele:: não pagava o aluguel quem pagava era eu quem sustentava a casa era eu então eu falei “prefiro ficar só né”... (Rita, 44).

A violência é enunciada, nesse sentido, quando o homem não colabora com a questão financeira, o que pode ser, inclusive, apresentado como um motivo para finalizar a conjugalidade, pois, no imaginário recortado por essa posição-sujeito, há um sentido estabilizado de que o marido deve prover a casa, também, e especialmente, no aspecto financeiro (PERON, 2007). Essa visão se encontra de tal modo estabilizada nessa matriz de sentidos que a violência torna-se enunciada até mesmo quando é a mulher que assume o papel de provedora, como no caso de Clara, que eu descrevia um pouco antes, e que se via como uma *concorrente* do marido por ter *o poder financeiro da relação*.

Entretanto, como os sentidos nunca se fecham em fronteiras, sendo sempre, junto com os sujeitos, constituídos na contradição, ficam sinalizados, nos relatos, uma espécie de “desejo” da mulher de também poder ser “a parte frágil” de um relacionamento conjugal:

(...) não tinha espaço pra ser FRACa pra ser::... eu tinha que tá ali FORte que eu tinha:: eu sabia que a condição financeira da casa tinha que ser comigo porque ah:: cuidar da casa não só na parte financeira mas na parte do cuidar do zelar da casa era comigo:: (...) quantas vezes eu/chegava sábado ele ia jogar bola eu ficava em casa arrumando as coisas e ainda DAVA o dinheiro pra ele tomar cerveja com os amigos depois do jogo... .. (Clara, 38).

No discurso sustentado por esse recorte anterior, cruzam-se discursos da autonomia feminina com os discursos paternalistas: não há uma queixa explícita

pelo fato de a mulher ter que sustentar a casa, mas esse enunciado se inscreve em uma memória de que tal atribuição deveria ser do homem – *eu sabia que a condição financeira da casa tinha que ser comigo*. Qualquer mulher poderia ser fraca, mas uma mulher que mantém financeiramente uma casa precisa ser forte. A mulher é significada como fraca a partir dos discursos que estou chamando de paternalistas, mas – e aqui um ponto de deriva do sentido e da contradição – é significada também como alguém forte, a partir desse mesmo discurso: é forte na medida em que realiza algo que, daquela filiação ideológica, não seria “próprio” dela<sup>24</sup>.

Essa sequência discursiva parece dialogar também com as condições de produção atuais da mulher no mercado de trabalho. Nesse imaginário social, firmou-se para a mulher, o espaço privado. Há, nessa memória discursiva, um sentido cristalizado para o fato de que a mulher precisa ficar em casa e isso acaba apresentando-se como algo colocado no lugar da evidência. Mesmo com os avanços e conquistas feministas, ainda há discursos, legitimados nesse imaginário patriarcal, que não admitem que a mulher apenas trabalhe fora (sem ocupar-se dos trabalhos domésticos), que ela ocupe um “lugar público”, pois, desta posição, esse é o lugar reservado ao masculino. E quando uma mulher está em um lugar que, imaginariamente, “não é o dela”, ela pode se tornar alvo de violência e sofrer humilhações.

Todas essas considerações me possibilitam reafirmar, sem novidade alguma, que uma das noções de conjugalidade está, para essa posição, colocada no papel de provedor que o homem deveria assumir. Na contraparte, os trabalhos domésticos aparecem naturalizados para o lugar do feminino. Como salientam Stecanela e Ferreira (2009, p. 203),

a naturalização de papéis aparece estampada nos retratos extraídos de muitos depoimentos e expressam mecanismos que exerceram (e ainda exercem) influência nos modos como construíram seus processos de individuação e aprenderam a ser mulher.

Mas a questão aqui é pensar o modo como os sujeitos, nessa posição, “aprenderam a ser mulher” na conjugalidade significado em relação aos sentimentos que são enunciados quando os sujeitos se identificam a essa forma estereotipada ou

---

<sup>24</sup> Mas isso também me possibilita questionar se haveria mesmo algo ‘próprio’ de um ou outro sexo; pergunta que abre para um novo gesto de leitura e cujas respostas sempre estarão em dependência da interpelação ideológica que constitui o sujeito em determinada posição.

quando, em movimentos de resistência, assumem novas significações possíveis – sem sair, contudo, da interpelação ideológica. Vejamos, para tanto, o seguinte recorte:

(...) desde o pai da minha filha eu já decidi não amar mais ninguém... e isso eu carregava comigo pra sempre né... eu acho que eu carrego até hoje... (...) eu não consigo mais assim... servir um homem como ele quer... sempre eu penso assim... primeiro eu... segundo eu... e terceiro eu mesma né... porque::... antes eu::... TUdo eu fazia assim pro pai do meu filho... tentava agradar ele ao máximo... (...) eu falei... vai ser só um namoro e não vai passar disso... e disso ele:: quis morar comigo... se apegou MUlto a mim... porque eu trabaLHAva... chegava em CAsa... fazia do bom e do melhor... comida boa... dava na mão... tanto pra ele como pra minha filha... sempre agradava os DOis... ... e:: daí ele foi se apegando a mim... aí depois eu vi que ele tava já:: me traINdo... tava desconfiando... ... quando eu comecei a desconfiar... eu já tava grávida... ... (...) e eu falava: “[xx]... você vai dormir agora? vai jantar?”... né... eu fazia meu papel de mulher... (...) quando ele começou assim [com a traição] eu parei de fazer coMlda... parei de dar as coisas na mão dele... parei de fazer tudo que eu faZla... ... aí ele me cobrava isso também... “NOSsa... hoje você não vai fazer tal coisa?”... “NÃO... come na casa do seu pai... ou então come lá na minha mãe que ela é sua sogra mesmo”... (Beatriz, 25).

Quero destacar, dessa sequência discursiva, o seguinte enunciado: *eu fazia meu papel de mulher*. Essa formulação sinaliza para um certo pré-construído do que seria uma boa esposa: aquela que faz de tudo, dentro e fora de casa, para os filhos e o marido. O *papel de mulher* aparece, assim, como um sentido evidente, que não seria preciso explicar ou definir. O sujeito, nessa posição, é tomado por essa evidência e por um desconhecimento de outra possibilidade de sentidos. Assim, essa mulher sente humilhação na medida em que ela fazia *o papel de mulher* e, o parceiro, por sua vez, apesar de todas essas “ações esperadas de sua boa esposa”, começa a trair aquela mulher – que *fazia do bom e do melhor... comida boa... dava na mão... tanto pra ele como pra minha filha... sempre agradava os DOis...* – com a própria irmã dela. Quando a mulher desconfia da traição, já se encontra grávida e começa, então, uma luta para romper aquele ciclo de violência. Essa luta também se materializa em ações, mas agora contrárias ao que se esperaria da “boa esposa”: *eu parei de fazer coMlda... parei de dar as coisas na mão dele... parei de fazer tudo que eu faZla... ...*

Em sentir-se humilhada, a mulher para *de fazer* coisas que pudessem agradar aquele homem. Nesse movimento insipiente de resistência, o sujeito não sai das categorias que lhe foram fixadas pelo outro: ele nega aquilo tudo, mas essas práticas continuam ressoando em sentidos de tal modo que a forma encontrada para

chegar a alguma solução é parar de fazer o que o outro espera. O que ocorre nesse processo de identificar-se a uma determinada imagem de esposa é uma espécie de luta, por um lado com a “força da tradição (...) o modo como aprendeu a ser mulher” e, por outro, com a “tentativa de imprimir uma prática social transformadora em seus percursos” (STECANELA; FERREIRA, 2009, p. 197). Mas essa prática de *parar de fazer coisas* não muda os sentidos de ser esposa nessa conjugalidade perpassada pela traição que humilha; ao contrário, ela reafirma esses sentidos. Essa reafirmação é, no entanto, silenciada sob um aparente dizer de um sujeito que continua se significando a partir daquelas categorias e a interpelação ideológica continua constituindo esse sujeito sob a mesma matriz de sentidos.

Em se tratando da conjugalidade, os (des)afetos que constituem os sujeitos se formulam também na relação desejante. Ter anseios, ter vida sexual, ter vida social também são enunciados, nos relatos, como condições do ser mulher. Nesse sentido, ao relatarem suas histórias, as mulheres falam também da violência sexual e das humilhações no tocante à sexualidade, ao mesmo tempo em que produzem uma afirmação de si enquanto sujeito que tem desejos e os assume. Conseqüentemente, quando tais desejos não são assumidos igualmente pelo parceiro, na conjugalidade, enuncia-se a humilhação. A violência que perpassa essa posição-sujeito acaba com os anseios, desejos, prazeres e relacionamentos que significam a mulher enquanto sujeito desejante, o que se materializa no fio do dizer:

(...) eu não tinha:: anseios nenhum:: já num... pra mim a vida sexual já não existia::... a vida social::... também não tinha... (Clara, 38).

Nesse espaço de sentidos, é também formulada uma imagem do que seria o parceiro da relação conjugal e também do que seria a própria conjugalidade, em termos daquilo que se espera do outro nessa região de sentidos. Em virtude dessa imagem de quem deveria ser o parceiro no relacionamento é possível enunciar a humilhação, uma vez que os sentimentos só acontecem determinados sócio-historicamente: quando seu companheiro não pode ser por ela significado a partir dos já-ditos que sustentam essa posição-sujeito, são produzidos efeitos de humilhação sobre a mulher:

(...) eu... não tenho ninguém... ... nunca tive assim... um companheiro que me disse assim::... assim::... não que eu queira um homem que me dê:: tudo de dentro de casa porque eu gosto de trabalhar... ... mas uma pessoa assim que me

escuta... me ouça... me fala assim... o que você precisar... vamos fazer juntos... sei lá... construíR alguma coisa... um SONHO né... sei lá... ... (Beatriz, 25).

ANA PAULA: e o que significa pra senhora se sentir muLHER?

BÁRBARA: é me sentir libERta é liberDAde... saber que não é ISso.. o casaMENTo saber que não é isso o caSAL... saber que ter relação transar não é isso né de “deita lá que eu vou usar você”... .. é fazer amor é curtir a vida é ter outra... é ter um namorado... é sair andar de mão dada por aí é um respeitar o outro... é ter um carinho... entendeu bem... é um dormir do lado do outro – coisa que eu nunca tive com ele – ter um abraço... um preocupar com o outro... é flores... (Bárbara, 47).

O laço afetivo que a mulher estabelece com o parceiro fica enunciado, no relato de Beatriz, pelo *sonho* de um casamento em que o homem seja *companheiro* – não para *dar* coisas à mulher, mas para *construir* coisas com ela. Esses laços conjugais são também mostrados por Bárbara pela “liberdade” que se refletiria em “sentir-se mulher”, sabendo que *não é ISso.. o casaMENTo saber que não é isso o caSAL...* O pronome *isso* faz alusão, nesse caso, à violência que acaba com a conjugalidade, com o *casal*, com o respeito que se espera do outro em um relacionamento no qual *ter relação transar não é isso né de “deita lá que eu vou usar você”... .. é fazer amor.*

A conjugalidade fica enunciada em plural: “nós”, mas a violência desata esse laço e, nessa posição-sujeito, oprime e humilha a mulher desejante, transformando-a até mesmo em objeto, sob a retomada do discurso do outro que lhe diz “*deita lá que eu vou usar você*”. A violência humilha essa mulher amante também quando, na conjugalidade, não existe o outro, *um companheiro (...)* *uma pessoa assim que me escuta... me ouça... me fala assim... o que você precisar... vamos fazer juntos... sei lá... construíR alguma coisa... um SONHO né... sei lá... ..*

#### 2.3.4 Mulher e bem-estar: um olhar a si para além de “papéis” e títulos

No trajeto dos relatos, as imagens de mulher enquanto mãe, trabalhadora, esposa e amante se inscrevem de modo constante e regular (embora nada transparentes, como supostamente se apresentam): ao falarem de suas histórias, inegavelmente tais aspectos são mencionados e/ou sinalizados pelas mulheres e são remetidos às condições de violência que perpassam suas vidas. Há, portanto, uma identificação com os discursos da mulher independente e que se realiza na

profissão – *o profissional* – e também com os discursos da maternidade e da “boa esposa” e amante.

Entretanto, paralela a essas representações imaginárias, emerge outra imagem para a mulher, relacionada, agora, ao bem-estar pessoal e que parece colocar-se, em princípio, um tanto quanto dissociada daquelas anteriores. Seria o laço afetivo para consigo mesma; seria um efeito de sentido para a mulher que, com base em um enunciado presente em um dos relatos, estou chamando de “a mulher em si”, expressão que, devo ressaltar, considero enquanto mais um espaço de produção de sentidos e não como elemento que poderia sugerir qualquer “essencialização” ou categorização da mulher. Para discutir esse efeito, quero, primeiramente, destacar o referido enunciado no qual a expressão “mulher em si” aparece:

(...) só tinha O pro-fissional a mãe e a mulher [a esposa] na cabeça... não não tinha:: o EU... a:: a mulher em si NÃO... (Clara, 38).

Chama-me a atenção, inicialmente, na sintaxe desse enunciado, que o “eu mulher” apareça colocado como um predicativo separado dos anteriores, produzindo, assim, um efeito de sentido que transborda e vai além daqueles outros elementos que também sinalizam para a constituição do sujeito mulher (a mãe, a esposa, a profissional): *não tinha:: o EU... a:: a mulher em si NÃO...* E, diante disso, questiono-me sobre o modo como essa separação marcada no intradiscurso produz sentidos para o sujeito mulher em condição de violência conjugal.

Prossigo, então, olhando para o relato de Clara, que se descreve como alguém que sofre(ra) agressão psicológica por parte de seu ex-marido. Clara relata com detalhes as situações de violência psicológica que permeavam seu relacionamento: a rejeição do marido, a traição, o descaso dele para com ela, entre tantas outras coisas. Ela faz um relato emocionante e detalhado de suas vivências e, a certa altura, eu a questiono:

ANA PAULA: e se fosse assim pra você eh:: você conseguiria dar uma resPOSTa pra: pensar assim:: o que significa SER mulher vivendo tudo isso? né:: diante de todas as vivências que você tem:: das que você me conta das que NÃO dá pra conTAR:: né:: como que é? que que significa?

E eis um pouco da resposta que ela apresenta:

(...) ele conseguiu me tornar uma mulher que não pensava em mim eu via o outro o tempo todo... aquela coisa de oLHAR no espelho e ver o outro... eu não conseguia:: trabalhava em dois empregos e não conseguia:: ir no shopping e fazer uma compra legal pra mim:: eh:: me cuiDAR ir na manicure ir na cabelereira ir na:: SAbe... eu não conseguia fazer NAda disso... era uma:: só tinha O pro-fissional a mãe e a mulher na cabeça... não não tinha:: o EU... a:: a mulher em si NÃO... (Clara, 38).

Nesse recorte, o “ser mulher” remete-se, inicialmente, aos discursos do pensar em si, do cuidar de si, do sentir-se bela, da autoestima: ser mulher para ela mesma, independentemente do parceiro, dos filhos, ou mesmo de ter parceiro e filhos. É nesse momento que parece desenhar-se uma distinção entre diferentes aspectos que constituem a mulher – profissional, mãe, esposa, amante, por um lado, e um “eu, mulher”, por outro. Ousaria mesmo dizer que se inscreve aqui uma cisão entre a possibilidade de significar-se enquanto mulher em relação ao(s) outro(s) – parceiro, filhos, sociedade, trabalho – e significar-se mulher em relação a si mesma, ao amor próprio, e fazer coisas “exclusivamente” para si, como *ir no shopping e fazer uma compra legal pra mim:: eh:: me cuiDAR ir na manicure ir na cabelereira*, como relata Clara.

O discurso sobre a necessidade do cuidado para consigo, em termos de aparência e de saúde física e mental, fazem parte do que está posto enquanto noções elementares e constitutivas da mulher ocidental hoje, marcando, para essas práticas, a possibilidade mais certa (senão das poucas possibilidades) de se atingir a sensação de bem-estar e de elevada autoestima. Desse modo, se a mulher não consegue corresponder a isso que é esperado dela, enuncia-se, então, uma dor, um aspecto negativo que é produzido pela condição de violência, manifestado no não conseguir e/ou não ter vontade de cuidar de si do modo como se espera que ela se cuide:

(...) eu não consigo assim... ter vonTAd e eu não consigo ter FORça... pra... levantar e superar e falar “eu vou fazer”... às vezes eu tenho até vontade... eu faço até um propósito... eu faço o básico... pros meus filhos... mas assim::... pra mim como mulher... assim NAda... eu não tenho vontade assim de saIR... num tenho vontade de me arrumar::... num tenho::... nem tenho condições né... (Isabel, 47).

Os aspectos mencionados nesse recorte dialogam com o que é produzido como sentir-se mulher a partir desse ponto de vista da autonomia, da autoestima, do sentir-se bem consigo, dos discursos institucionais que se colocam ao lado da

mulher sob o prisma do bem-estar. Porém, a condição de violência não permite significar-se dessa forma, e então surgem as consequências para o ser mulher, que produzem um aspecto negativo e indesejável para esse sujeito, manifestado na contradição ao belo, ao doce esperados para a mulher: o tornar-se “feia”, “amarga”:

(...) e isso aí [a condição de violência] acabou me deixando TÃO FE-ia por fora quanto eu tava por dentro... me tornei uma pessoa AMARga... ... que não se cuidava uma pessoa sem:... FEia em TODos os sentidos... o vitiligo estourou como u/uma:: uma BOMba... ... e eu fui me sentindo cada vez mais:... EU me sentia muito FEia:: muiTO:: não que eu me sinta linda... o vitiligo ainda:: me me incomoda MUlto:... mas assim... pelo menos hoje eu tenTO:... me cuidar um pouquinho mais e... ... (Clara, 38).

Pensando nas condições de produção desse discurso, podemos remetê-lo a outros discursos que retornam como pré-construídos, como elementos evidentes na constituição de uma identidade feminina para essa posição: são discursos estabilizados a partir da visão de mulher como ser autônomo, como alguém que deve pensar em si própria. Discursos tomados na evidência de um: “é claro que uma mulher precisa cuidar de si para sentir-se mulher” ou ainda: “mulher que é mulher, cuida de si, pensa em si”, ou mesmo: “mulher não é uma pessoa amarga”. Os próprios elementos verbais sinalizam a produção de efeitos de sentidos que não existiam antes da violência: *e isso aí [a condição de violência] acabou me deixando TÃO FE-ia por fora quanto eu tava por dentro... me tornei uma pessoa AMARga*. Também os adjetivos utilizados para falar de si também sinalizam para concepções negativas em nossa sociedade, pois os nomes “feio” e “amargo” não vêm, em geral, acompanhados de valores desejáveis quando são usados para referir-se a uma pessoa. Além disso, a marca sintática do grau comparativo, juntamente com o advérbio intensificador, aponta para o impacto que a condição de violência cria na vida da mulher: ficar *tão feia* por fora *quanto* estava por dentro. Exercitando a paráfrase, chegaríamos a um enunciado como: “a violência torna feia a mulher”. Tal enunciado dialoga negativamente com a memória discursiva de um ser feminino, que, no imaginário social, deve ser belo. Esse diálogo feio-belo possibilita que continuemos derivando esse enunciado, chegando a algo do tipo “a violência é feia” e, se é feia, rememora tudo que há de ruim, pois “o feio é ruim”. E se o feio é ruim, a mulher não pode ser feia, porque a ideia pré-construída que sustenta a imagem de mulher é que a mulher é bonita por dentro e por fora.

Entretanto, a condição de violência retira da mulher aquilo que é colocado como algo muito próprio dela: o laço afetivo para consigo, *o EU... a:: a mulher em si*. E, diante da violência, ela não se sente mulher, porque essa violência psicológica não permite que ela pense ou faça outras coisas que não sejam ser (executar papéis de?) profissional, esposa e mãe. Então, por essa via, podemos pensar que ser mulher é significado para além desses elementos conforme representados no imaginário dessa posição-sujeito, pois não basta ser mãe, profissional e esposa para ser mulher naquela posição. E então é necessário buscar um (novo?) espaço para significar-se enquanto “eu, mulher”, possível apenas fora da condição de violência, em que possa haver *NOvos olhares* para si, com os quais voltamos àquela questão primeira do sentir-se bem de acordo com o que é socialmente posto como conduta desejável para a mulher:

(...) eu to assim com NOvos olhares... vejo uma roupinha se eu posso eu compro... antigamente eu ficava muito assim com muita vontade de comprar e não comprava né só pensando nos Filhos... mas hj em dia eu falo “não... eu gostei porque que eu não vou comprar? Porque que eu não vou andar bonita também?” eu também mereço né... mas também:: faz BEM pro nosso ego também ((risos)) também né... (...) então assim enquanto eu tava aqui te aguardando tem a academia aqui nessa [xx] e eu tava pensando em ir lá dar uma olhada porque a gente precisa né... penso em fazer natação assim alguma coisa assim porque a gente tem que se cuidar também... ... (Helena, 46).

Os *NOvos olhares* englobam, pois, um olhar para si mesma, um arrumar-se, um cuidar-se, um comprar coisas e mostrar-se bonita, o que *faz BEM pro nosso ego também*, mas não era possível antes de iniciado esse processo de superação. Essa imagem do “eu, mulher” parece, dessa forma, funcionar como indício de um movimento de resistência de um sujeito “individuado pelo Estado, ou seja, pelas instituições e pelos discursos” (ORLANDI, 2012, p. 233).

Esses *NOvos olhares* contemplam, ainda, o espaço público que excede o espaço do trabalho e fica marcado na sintaxe pelos elementos temporais *antes*, quando ela só trabalhava e vivia para os filhos, fazendo o trajeto *serviço casa serviço casa*, e *agora*, quando ela se permite sair e cuidar da aparência, ou seja, sentir-se bem consigo mesma:

(...) antes assim... eu só trabalhava... praticamente... e vivia só pros filhos... vinha diREto saía do serviço pra casa né:: não pensava em mim não pensava em me arruMAR – assim é lógico né penteava o cabelo o básico do básico... colocava uma roupinha não me preocuPAva assim em relação à roupa e:: do

jeito que tava tava bom... (...) por exemplo... agora eu estou aqui vou chegar em casa vou tomar banho vou me arrumar e vou trabalhar... se alguém me chamar “ah vamos num shopping” não sei onde agora eu já to indo... antes não eu falava assim “ah eu tenho que ir pra casa” eu não pensava em sair sabe aquela coisa muito liGAda muito sabe... serviço casa serviço casa (Helena, 46).

Contudo, se, em princípio, eu levantara a hipótese de esse “eu, mulher” sinalizar para a possibilidade de ser mulher significando-se de outro modo que não diante de alguém e/ou de algo, parece-me que agora fico diante de outro ponto paradoxal, porque esse movimento de pensar sobre o “eu, mulher” me permite visualizar, nessa posição-sujeito, mais uma representação imaginária colocada no espaço daquilo que, socialmente, para essa posição, se espera do que seja uma mulher: além de ser boa mãe, boa esposa, amante, trabalhadora, uma mulher deve ser boa para consigo, em termos de atitudes e de posturas que a levem a sentir-se bem dentro do que foi estabelecido como normalização para um determinado modo de “ser mulher”. Nessa normalização, não convém apenas fazer por si *o básico do básico*, como afirmara Helena no recorte anterior, mas é preciso *mostrar-se para o mundo*:

(...) se a gente também quer né:: conquistar alguém também mostrar pro mundo que a gente:: quer mostrar pro mundo que a gente tá aqui viva também ((risos)) “ó eu estou aqui ó”... ((risos)) e é legal... (Helena, 46).

Esse processo de significação do *EU... a:: a mulher em si* (Clara, 38), que sinaliza para a produção de sentidos sobre o amor próprio, constitui-se, pois, em uma contradição: ser mulher fica assinalado, ao mesmo tempo, como mulher para si e mulher para algo ou alguém, de modo que aquilo que lhe é supostamente exterior está também dentro dela, constituindo-a na contradição; e isso sem que haja mundos paralelos, mas processos de identificação que comportam o múltiplo, a ausência da síntese, vez que a contradição é constitutiva dos sujeitos e dos sentidos e, além disso, como afirma Zoppi Fontana (2011), “a contradição organiza o discurso”<sup>25</sup>. Assim, ainda que esse processo discursivo do pensar em si não confirme totalmente aquela minha hipótese de uma possível significação de si que não esteja em relação a um outro, a um exterior, tal processo não deixa de ter um

---

<sup>25</sup> Essa afirmação é proveniente de aulas ministradas pela Professora Monica Graciela Zoppi Fontana na disciplina “Seminário Avançado em Análise de Discurso”, oferecida no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, no primeiro semestre de 2011.

caráter positivo, insurgindo-se, por exemplo, no comentário que Helena faz ao final dessa sequência – *e é legal* – e também no modo como ela encerra seu relato:

(...) mas hoje em dia acho que tudo tem o seu tempo como diz né tudo tem o seu tempo... acho que agora tá sendo o tempo né ((risos)) tá sendo muito bom... eu to gostando muito... ... (Helena, 46).

Feito esse percurso, gostaria de retomar a afirmativa de Orlandi (1984, p. 21): no sentido “não há centro, só há margens”. Dessa forma, olhar para todo o trajeto imaginário traçado aqui sinaliza para a dispersão do sujeito mulher nessa posição-sujeito atravessada e constituída pela violência na conjugalidade. Entretanto, essa própria dispersão funciona como uma regularidade dessa mulher despedaçada por tal condição. Assim, todas essas imagens de mulher – relacionadas à maternidade, ao casamento, ao desejo, ao trabalho e ao amor próprio e que, juntas, compõem essa posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal” –, constituem, em uma costura indissoluvelmente contraditória e equívoca, alguns dos sentidos para o ser mulher no processo de interpelação ideológica constitutivo da condição feminina na violência conjugal. Além disso, esse trajeto imaginário sinaliza para um modo discursivo de enunciar e de produzir sentimentos, especialmente o de humilhação, que, por determinações sócio-históricas, eclodem nessa posição. É sobre esse sentimento e suas formulações, na enunciação, que fixarei agora meu olhar.

## III

## A ENUNCIÇÃO DA HUMILHAÇÃO NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA: CAMINHANDO POR ENTRE DITOS E NÃO-DITOS

Minha vida começa num vergel colorido,  
por onde as noites eram só de luar e estrelas.  
Levai-me aonde quiserdes! – aprendi com as primaveras  
a deixar-me cortar e a voltar sempre inteira.

*Cecília Meireles*

### 3.1 A humilhação e seus efeitos: um elemento constitutivo da posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”

O caminho traçado até agora aponta para uma compreensão de que os sentimentos enunciados nos relatos são elementos constitutivos de uma posição-sujeito e que, enquanto tais, os sentimentos dialogam com as imagens já recortadas no interdiscurso e que compõem aquela posição. No caso deste material de análise, optei por colocar em destaque o sentimento de humilhação que é enunciado em diálogo com e a partir das imagens de mulher relacionadas à maternidade, ao casamento, ao desejo, à sexualidade, ao trabalho e ao amor próprio, presentes na posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”. Esse sentimento é, pois, constitutivo dessa posição-sujeito, isto é: ser mulher, nesta posição, é ser sujeito constituído pela humilhação, pois, na condição de violência, o parceiro humilha a mulher justamente nos lugares em que ela se projeta imaginariamente. Dessa forma, a humilhação funciona enquanto algo próprio de uma mulher que está, também ela, constituída pela violência na conjugalidade.

Ao refletir sobre a humilhação no campo da História, Ansart (2005) compreende que ela é “uma *situação* particular na qual se opõem, em uma relação desigual, um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência, e, do outro lado, um agente que sofre esta influência” e na qual não há reciprocidade entre quem “fere” ou “ultraja” e quem sofre essa situação humilhante: existe, pois, um exercício de domínio “em proveito do ator e em detrimento da vítima” (ANSART, 2005, p. 15, grifos do autor), o que sinaliza para o fato de que a humilhação é resultado de

relações de poder entre atores sociais. A compreensão do historiador sobre a humilhação é de que ela representa uma das experiências da impotência daquele que se encontra em situação humilhante. Segundo ele,

ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua auto-imagem, é não ser respeitado. O humilhado se vê e se sente diminuído, espoliado em sua autonomia, na impossibilidade de elaborar uma resposta, atingido em seu orgulho e identidade, dilacerado entre a imagem que faz de si e a imagem desvalorizada ou difamante que os outros lhe infligem (ANSART, 2005, p. 15).

Debruçando-me sobre meu *corpus* de pesquisa, observei que a condição de violência que marca a mulher na conjugalidade produz a humilhação, a qual se dá em termos de *práticas* por parte de quem inflige a humilhação ao outro e de *sentimentos* em quem se torna o alvo dessas práticas. Por exemplo, no relato de Bárbara, ela afirma que o companheiro leva a namorada para a casa de ambos; Cecília, por sua vez, me conta que o marido a traiu com a mãe de sua vizinha; Rita, que sofrera uma tentativa de homicídio por parte do cônjuge. Desse modo, a traição – seja dentro ou fora de casa – e a tentativa de homicídio figuram como práticas de humilhação realizadas pelos autores da violência e se traduzem em sentimentos de humilhação na mulher.

Com o material de que disponho, não é possível analisar a presença da prática (enquanto ação) de humilhar alguém e nem atestar ou fixar algum possível significado para o ser humilhada, o sentir-se humilhada e o sofrer a humilhação em um relacionamento afetivo. O que os relatos me oferecem ao gesto de interpretação é sempre o modo como tal prática e sentimento são enunciados e, portanto, discursivizados: o que interpreto é o processo de enunciação que produz a discursivização da humilhação como sentimento constitutivo de uma posição-sujeito; é o modo de enunciar essa humilhação a partir das determinações históricas que recortam o interdiscurso em uma posição-sujeito.

Em decorrência dessa humilhação na condição de violência, a mulher também enuncia, em seus relatos, outros sentimentos (que estou considerando aqui enquanto efeitos da humilhação), como os de medo, de coragem, de culpa, e até mesmo de amor, e produz práticas decorrentes também desses sentimentos, sejam práticas que a mantenham no ciclo de violência e/ou práticas que sinalizem para uma possível saída desse ciclo. Nesse sentido, cabe considerar a contradição

constitutiva desses objetos que são os sentimentos, ou seja: humilhação, medo e coragem (ou outros sentimentos) não são sentimentos e nem sentidos unívocos, com fronteiras exatamente demarcadas, mas trazem outros sentidos e sentimentos em sua constituição, pois produzem efeitos na posição-sujeito em análise. É a respeito de todo esse conjunto de efeito paradoxal que se dá em torno do sentimento de humilhação – constitutivo do sujeito mulher em condição de violência conjugal e enunciado, nos relatos, por palavras e por silêncios – que procurarei explicitar gestos de leitura em um movimento de pensar discursivamente a humilhação na linguagem.

Isso implica olhar para a enunciação desse sentimento nos relatos, ou seja, para o modo como o sujeito coloca em funcionamento um discurso sobre a humilhação, jogando com o que é dito e com o que é silenciado no processo discursivo da formulação das narrativas. Implica, pois, traçar um percurso de interpretação que é sempre recortado por palavras, esquecimentos e silenciamentos, materializados na formulação.

Para traçar esse percurso, faço um trajeto que dialoga com as imagens descritas anteriormente, as quais compõem a posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, uma vez que elas tornam possível a discursivização dos sentimentos em sua relação enunciativa com aquilo que é afirmado – o sintoma, o indício, o dito – e com aquilo que é silenciado. Busco, assim, percorrer a formulação das palavras e dos silêncios da humilhação (e de seus efeitos) nos relatos. Para tanto, é necessário pensar sobre o modo de enunciar os sentimentos na linguagem, questionando-me, em todo o tempo, sobre as formas materiais que me permitem dizer que está sendo enunciada a humilhação.

### **3.2 A discursivização da humilhação: enunciar com palavras e silêncios**

Todo discurso se materializa na língua por meio das formulações, as quais abarcam tanto aquilo que é dito quanto aquilo que é mostrado a respeito de um objeto discursivo.

Ao abordar a importância da formulação, Orlandi (2008, p. 9-10) ressalta que “é na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que o sujeito se mostra (e se esconde) (...). Formular é dar corpo aos sentidos”. E

complementa que esse gesto efetiva “o momento em que o sujeito diz o que diz”, assumindo-se como autor e representando-se na origem do dizer com sua responsabilidade, suas necessidades, seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua determinação. Na formulação, que torna viva a linguagem, é possível produzir significações com palavras, mas também com silêncios, pois, retomando Orlandi (2008), o sujeito se mostra e se esconde ao formular, uma vez que o processo de significação não estaciona em um enunciado que ouvimos e/ou vemos, mas oferece muito mais a compreender para além do que se pode ver ou ouvir, de passagem, em uma dada formulação. Assim, é possível dizer que a formulação permite a discursivização dos sentimentos, seja em termos de enunciação do que é dito – enunciação da/pela palavra –, seja em termos de enunciação do que é mostrado e, conseqüentemente, fica silenciado – enunciação do/pelo silêncio.

E os sentidos produzidos por esse gesto de “dar corpo aos sentidos” por palavras e silêncios, nos relatos, são distintos. Meu empenho analítico, daqui por diante, é, justamente, observar como esses gestos de dizer e de não dizer, na enunciação, produzem sentidos sobre o sentimento de humilhação enquanto elemento constitutivo da posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”.

Enunciar um sentimento é representá-lo pela linguagem, atualizando sentidos sobre ele, o que implica colocá-lo em funcionamento na língua, estabelecendo fronteiras entre ditos e não-ditos, palavras e silêncios, sempre levando em conta o processo de interpelação ideológica que constitui o sujeito em uma posição. Ou seja, enunciar os sentimentos é dizer sobre eles no entremeio de silêncios que (também) significam. Desse modo, a enunciação dos sentimentos é tomada como efeito de formulações produzidas por sujeitos constituídos por sua inscrição em uma posição-sujeito no interdiscurso.

Nas seções seguintes, proponho-me a empreender um gesto de escuta das palavras e dos silêncios pelos quais são enunciados os sentimentos nos relatos, pois “escutando a voz do outro, eu percebo que falar é uma atividade singular de linguagem, uma forma de existir” (SHERER, 2006, p. 20), que, colocada em uma rede de memória, produz efeitos de sentido.

### 3.2.1 Dizer a humilhação: a enunciação pela palavra

Discursivamente, todo dizer se constitui no ponto em que atravessa o interdiscurso. Desse modo, “os significantes não estão soltos, eles se realizam na historicidade e se espacializam na medida em que se coloca o discurso em texto” (ORLANDI, 2008, p. 94). Ao analisar uma formulação no campo do dizer é necessário, pois, pensar a língua em sua ordem significante e não em sua organização sintática, estrutural; é necessário pensar o funcionamento da língua em que estrutura relativamente autônoma e História se encontram para constituir os sentidos. Como ressalta Orlandi (1998), o importante para estudarmos a produção de sentidos, na língua, é o que a estrutura sintática pode nos fazer compreender a respeito dos mecanismos de produção que funcionam nessa estrutura enquanto ordem significante.

Pensar a enunciação da humilhação por meio da palavra implica, assim, olhar para aquilo que, no fio intradiscursivo, fica materializado sobre os sentimentos a partir da matriz de sentidos possibilitada pela posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”. Portanto, escutar, nas/pelas palavras, a enunciação da humilhação constitutiva dessa posição requer que voltemos aos trajetos imaginários a partir dos quais o sujeito desconhece a possibilidade de que os sentidos sejam outros. Para realizar essa leitura no campo do que é dito, proponho um trajeto que se dá em dois movimentos: o primeiro, em que olho para os gestos de nomear e de dizer a violência nas palavras do próprio sujeito que enuncia; o segundo, em que analiso a enunciação da humilhação pela retomada que o enunciador faz da palavra do outro a respeito dele.

#### a) A palavra na voz do próprio enunciador: nomear e dizer a humilhação

Ao me deixarem ouvir suas histórias sobre a violência, as mulheres enunciam, com palavras, a humilhação, dando nome a esse sentimento, de modo a identificá-lo (que é o gesto de nomear<sup>26</sup>), mas também enunciam a humilhação sem lhe dar um nome, apenas falando sobre essa condição, que é o gesto de dizer e que se refere sempre aos sentidos já dados, naquela posição-sujeito, sobre o que é a

---

<sup>26</sup> De acordo com Guimarães (2002, p. 9), nomear é um “funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, considerando que o nome não é uma palavra que classifica objetos, colocando-os em certos conjuntos, pois as significações são tomadas na história. Nomear é, portanto, um funcionamento histórico.

humilhação. Nesta leitura, estou considerando que há um *nomear* quando o radical da palavra humilhação é utilizado para enunciar e que há um *dizer* quando as palavras semanticamente e discursivamente relacionadas ao nome e ao verbo humilhar são colocadas na linearidade sintática.

Um funcionamento linguístico recorrente ao dizer e nomear a humilhação é enunciá-la com gradações e repetições. Ao se materializarem, no fio do dizer, esses mecanismos linguísticos exaltam e enfatizam uma característica ou uma ação, tornando discursivamente mais amplos os efeitos da humilhação na condição de violência. Uma tentativa de completude, talvez:

(...) ele já me humilhou tanto... e:: ontem mesmo ele disse assim “Cecília... se você for embora eu vou te buscar até no inferno... eu sei onde é tua casa (...) vou acabar com a tua casa e com a tua vida”... (...) “eu vou te buscar... se eu tiver a fim de trepar com você eu vou lá trepo com você e volto ( ) eu mato você” (...) ele... me maltraTOU... me zuOU... me humiLHOU... TUdo que uma mulher POde suportar e não suportar eu já passei... (...) então ele me machucava e queria que eu fosse... depois... que eu:: abrisse as pernas... de boa pra ele... eu disse: “NÃO... não vai não... não vai não”... então... assim nem que se eu fosse pra passar fome... eu disse: “eu passo... eu PASso... ... mas abrir as pernas pra você... eu não vou abrir”... (Cecília, 50).

No recorte anterior, a humilhação é, primeiramente, dita pelo verbo no passado e, em seguida, é novamente explicitada, pelo nomear e pelo dizer, em uma gradação intensificada pela ênfase prosódica que recai sobre a desinência número-pessoal de cada um dos verbos da gradação: *ele... me maltraTOU... me zuOU... me humiLHOU...* . Esse conjunto da gradação dita entre espaços de silêncio, marcados pelas pausas, é, em seguida, colocado em um aposto resumidor: *TUdo que uma mulher POde suportar e não suportar eu já passei...* Entretanto, não está enunciado nem pelo dizer nem pelo nomear o que seria esse *TUdo que uma mulher POde suportar e não suportar*, que produz sentidos no silêncio.

Sendo assim, devo salientar que, ao observar a enunciação da humilhação, é um pouco difícil separar o dito e o mostrado, pois eles acontecem simultaneamente nos enunciados, sempre repletos de palavras e povoados de silêncios. E a humilhação é enunciada também nesses espaços situados, como diz Orlandi (2007), entre o dito e o não-dito, no qual se materializa um irremediável espaço de interpretação que nunca se fecha e, assim, constitui um lugar de equívocos, de deslocamentos, de debates, de possíveis. Nesse espaço entre o dito e o não-dito são produzidos sentidos para esse “tudo” que a mulher “pode e não

pode suportar”. Assim, o “tudo” só pode ser interpretado na medida em que essa materialidade discursiva produz diálogos com o imaginário do que é ser mulher na posição ocupada por esses sujeitos na condição de violência: nos mecanismos imaginários relacionados à mulher amante no relacionamento conjugal, a partir dessa posição-sujeito, “machucar” a mulher – na multiplicidade de sentidos que irrompem no silêncio da ausência de complementos sintáticos para esse verbo –, e depois desejar a relação sexual com essa mulher “machucada”, significa enquanto humilhação.

A violência sexual que produz efeitos de humilhação para essa posição-sujeito também é trazida ao campo do dizer em relatos como este, de Clara, que enuncia a rejeição que sofria do marido, relativamente ao ato sexual, como uma condição de violência que *doía muito...* e era humilhante para ela:

(...) com:: três anos de caSAda ele começou a me rejeiTAR como muLHER:: se masturbava e limpava nas MELas e deixava a princípio eu NEM desconfiava o que que era... aí:: depois eu comecei a desconfiAR:... eu:: aí eh: nós começamos a brigar por causa disso porque POxa NÃO me QUER como muLHER: se lim/ se masTURba limpa na meia faz um bolinho e deixa num canto da:: da casa... isso doÍA muito... (Clara, 38).

Outro ponto que materializa a humilhação, no intradiscorso, pode ser visto se pensarmos naquela imagem de casamento formulada na posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”. Em relação ao imaginário de esposa que é possível nessa posição, a humilhação é nomeada como forma de acabar com os sonhos do que seria o casamento para a mulher, transformando-o na *pior coisa* da vida. Sintaticamente, o casamento teria ficado reduzido à violência, marcada, inclusive, pelo ritmo impresso à repetição *humilhação e pancada humilhação e pancada...* enunciada no recorte a seguir:

(...) o meu filho tinha oito anos... ... aí eu vim... e fui morar com ele... mas olha... vou te dizer uma coisa... foi a pior coisa da minha vida sabe... ... porque era só o que eu vivia era humilhação e pancada humilhação e pancada... (Rita, 44).

A humilhação nomeada e dita, sob a matriz de sentidos dessa posição, inclui não somente a violência em seu aspecto físico, mas também o desprezo pela condição materna da mulher, que afirma ter que humilhar-se por ser mãe de um filho daquele homem que a colocava na condição de violência: *tudo eu tive que me humilhar assim... às vezes... eu tinha tanta raiva dele... que eu tinha até que me*

*humilhar pra ele... porque como eu tinha um filho dele né... e então precisou “submeter-se” ao outro, mesmo quando ela não queria:*

(...) quando eu fui ter o meu filho eu falei que eu ia sozinha porque como eu era de maior eu assinava por mim mesma... ((risos)) mas não podia né... (...) aí tive que aceitar ele ir... comigo... porque minha mãe não foi... ... você vê como que é as coisas?... tudo eu tive que me humilhar assim... às vezes... eu tinha tanta raiva dele... que eu tinha até que me humilhar pra ele... porque como eu tinha um filho dele né... eu não podia contar com a minha mãe... ... aí... isso que me magoa às vezes... (...) Aí como eu precisava de alguém pra assinar os papel... tive que me submeter e deixar ele ir né... aí o pai dele foi me buscar no hospital... ... tudo isso eu tive que me humilhar pra ele depois de tanta coisa que eu passei... ... (Beatriz, 25).

Por ter sido assim humilhada – Beatriz fora traída pelo marido e pela própria irmã, que começaram a manter um relacionamento afetivo o qual ela descobrira após sua gravidez – Beatriz não queria que o pai de seu filho fosse assinar os documentos referentes ao seu internamento para ter o bebê. Em termos de efeitos de sentido, a humilhação fica enunciada aqui, dita e nomeada, pela submissão ao outro. Humilhação que a afeta e a constitui enquanto sujeito naquela posição de mulher em condição de violência conjugal.

Uma outra palavra da humilhação nessa condição se materializa em alguns nomes que as mulheres usam para referir-se a si próprias enquanto mulheres que sofrem violência na conjugalidade. Na sequência discursiva abaixo, diante de minha pergunta sobre o ser mulher, a resposta vem certa: *uma PORcaria*. Vejamos:

ANA PAULA: quando a senhora pensa... “quem é a Cecília?”... o que a senhora pensa?

CECÍLIA: uma PORcaria... ... olha se eu fosse... se eu fosse mais forte ele não teria (...) uma miGAalha da minha vida... ... eu vou conseguir... dar a volta... nunca é tarde pra conseguir... ... eu sofri muito aconteceu muita coisa na minha vida... então na verdade... olhando pra dentro de mim eu penso que sou uma porcaria... mas eu vou dar uma virada na minha vida... ... (Cecília, 50).

Ainda que o “eu sou” fique silenciado – falarei desse silenciamento na seção seguinte –, Cecília enuncia-se como *uma PORcaria*... ... (...) *eu penso que sou uma porcaria*... “Porcaria”, em termos lexicais, remete ao sujo, ao sem importância, ao sem qualidade, ao que não tem valor e pode até mesmo ser descartado. Enunciar-se como “porcaria” diz sobre a humilhação que afeta e constitui o sujeito na condição de violência conjugal e faz significar o sujeito como

uma coisa, dado que esse não é um adjetivo normalmente utilizado para se referir pessoas e, quando isso acontece, a pessoa fica colocada no lugar da coisa que não precisaria existir (já que é uma porcária). A violência humilha o sujeito ao ponto de afetar sua enunciação, produzindo, entre pausas e hesitações, uma coisificação do humano pela predicação que ele se atribui.

Tal predicação que aparece no dizer sobre a violência também se constitui a partir de nomes derivados de verbos e que sinalizam para o caráter negativo que a humilhação imprime à mulher, materializado em enunciados como os que encontramos em recortes como este:

(...) eu to tão desanimada que eu nem me importo mais com a vida (...) muito cansada... muito... sei lá... judiada da vida... ... (Inês, 38).

Nos dois casos anteriores (recortes dos relatos de Cecília e de Inês), em que frisei o aparecimento nominal enquanto marca enunciativa da humilhação no campo do dizer, fica estabelecida uma relação de negação relativamente ao pré-construído da força, que tantas vezes significa (com um aspecto positivo) essa mulher na posição-sujeito da condição de violência; “a mulher é forte”, “a mulher tem força”, mas, se a mulher é constituída pela humilhação, essa força, em muitos momentos, parece não se sustentar, pois a articulação que figura intradiscursivamente ali produz um efeito de sustentação distinto dos sentidos estabelecidos por aquele pré-construído da força feminina, materializando uma enunciação que poderia ser parafraseada por um discurso transversal de que: se é humilhada, não é forte. E, nessa relação discursivamente sustentada de não ser forte, o falar sobre si produz a humilhação de modo a colocar no silêncio a força, o “eu sou”.

Contudo, os sentidos e os sujeitos são constituídos pela contradição, e, desse modo, conseguem, pelas representações imaginárias que têm sobre si enquanto mulheres constituídas pela violência, encontrar novamente essa força, reafirmando aquele pré-construído da força feminina que não deixa de produzir seus efeitos nem mesmo diante da condição humilhante. Como diz Orlandi (1992), o que é silenciado produz efeitos que não se podem conter. E, dessa forma, ao enunciar, pela palavra e pelo silêncio, a humilhação, naquelas condições de produção, o sujeito pode também posicionar-se e enunciar sua força e sua coragem. É isso que podemos ver, por exemplo, quando a voz – humilhante – do outro é trazida para o

relato da mulher e ela toma essas designações humilhantes para reverter-lhes os efeitos e, assim, produzir efeitos de coragem, compatíveis com o pré-construído da força feminina, em sua enunciação.

b) A palavra do outro na enunciação da humilhação

Enunciar a fala do outro é representar, discursivamente, a divisão do sujeito, sinalizando para a sua alteridade constitutiva. Ao trazer para o relato a voz do outro, o sujeito enunciadador inscreve esse outro na sequência do discurso, produzindo casos de heterogeneidade mostrada (cf. AUTHIER-REVUZ, 1990), e que ficam situados no campo daquilo que é dito, vez que, nos relatos, essas vozes são reproduzidas, em geral, por discurso direto ou pelo discurso indireto livre e representam a enunciação do outro sobre a mulher. Esse mecanismo de inserir no discurso uma outra voz, marcada na materialidade linguística, e significar-se – seja para identificar-se ou não ao discurso trazido por aquela voz – a partir dessa voz é uma constante no *corpus* desta pesquisa.

Para refletir sobre essa voz do outro que fica explícita no intradiscurso, optei por trazer este longo trecho, sem cortes, de um dos relatos que mais me marcou em termos de retomadas de vozes e de designações enunciadas pelo parceiro para significar a mulher a partir da humilhação. É o relato da mulher que chamei de Bárbara (porque, se eu pudesse dar a ela um elemento qualificador, eu diria que ela é, realmente, bárbara):

(...) ele fala assim:... “eu QUERO me deitar com você” e eu falo assim: “NÃO comigo você não vai se deitar MAIS”... daí eu acho que:... ele se tornou um MONSTRO... dentro dele... um maníaco... toda vez:: que:... ele me olhava... ele dizia assim: “Você não quer transar comigo... porque você é uma mulherZinha porque você é vulgar... porque você é uma mulher de rua... você transa com um... com outro... você já transou com beltrano e com cicrano... mas não comigo”... eu falei assim: “NÃO... não vou transar com você”... eu acho que isso tornou ele doENTE... raivoso... ... né... tornou ele um cão raivoso uma pessoa doente:... né::

ANA PAULA: Mas por que que você decidiu assim não ter mais relacionamentos com ele?

BÁRBARA: porque:... ele chegou em mim e disse que eu e-ra:: mulher de rua..... que eu era vagabunda... e carne PODRE... ... e eu falei pra ele: “então:: se eu sou carne podre você não tem que se deitar com essa mulher que é carne podre... você tem direito a ter outra mulher melhor do que eu... você não precisa se deitar comigo... se eu sou carne PODRE... CO-MIGO você não deita mais você não vai COMER dessa carne PODRE... procura uma carne melHOR uma carne de primeira”... ... aí eu decidi que CO-migo ele não vai deitar mais.

ANA PAULA: E faz tempo isso?

BÁRBARA: Ah já tem um tempinho que ele repete essas palavras pra mim... essas frases... é repetitivo... tem uns dois anos... e nós somos separados de QUARto e essas frases ele sempre rePEte:... carne POdre vagaBUNda mulher de rua... mulher que deita com qualquer um... que vive com tudo quanto é::... tipo de gente... e eu falo pra ele: “se eu sou uma mulher TÃO... ordiNÁria assim o que que você quer comigo? porque você tem que se deitar comigo? Com tanta mulher que tem? Com tantas outras mulheres”... É sempre aquela agreSSÃO... se ele/ele sempre se aproxima de mim dirigindo a mim como mulher de RUa... como a piOR... mulher entendeu bem... aí eu disse pra mim: “eu posso ser a piOR mulher... mas comigo você não vai se deitar mais” entendeu bem... isso me machucou MULto... carne POdre... .. entendeu bem... .. ((voz embargada)) carne podre é uma palavra::... bem FORte... então se eu sou carne podre porque que você tem que se deitar? Mesmo que eu tivesse ganhando:: dinheiro... .. teve várias vezes que ele falou: “você quer TANTo?... .. Só você se deitar você ganha... .. eu cubro a CAsa eu compro o que quiSER eu organizo isso eu organizo a CAsa ponho TUdo que precisar pros filhos... é SÓ você se deitar”... .. aí ele tava me/se pondo a mim como prostituta:: como carne POdre... .. aí eu disse assim: “eu NÃO sou carne POdre eu NÃO vou me deitar com você”... há dois anos que eu sou separada de quarto com ele... – é lógico que eu me deitei com outras pessoas... eu sou ser humano – mas com ele eu disse: “eu NÃO vou mais me deitar com você”... eu tinha um namoradinho aqui... me deitei com outras pessoas sim... mas com ele eu disse pra mim: “NÃO... .. com Ele NÃO”... ele disse assim pra mim: “você é uma orguLHOsa”... eu não sou orgulhosa... mas a partir do momento que ele olhou pra mim e me disse “você é uma carne POdre” ( ) você não vai comer mais dessa carne POdre... Ele me humilhou de várias vezes... de vários JEltos... e não foi uma vez só era frequente... era frequente... hoje eu e minha filha sustentamos a casa... ele não coloca NAda dentro de casa...

ANA PAULA: mas ele está lá?

BÁRBARA: ele está lá... ele tem uma::... uma namoRAda... há cinco meses... ele está lá... .. e chega joga as coisas joga tudo que quer... ele se encontra lá... (Bárbara, 47).

Nesse relato de Bárbara, as designações “mulherzinha”, “mulher vulgar”, “mulher de rua”, “vagabunda”, “carne podre”, “mulher que deita com qualquer um”, “mulher que vive com tudo quanto é tipo de gente”, “a pior mulher” constituem marcas de um processo de produção de um referente discursivo (PÊCHEUX, 2010 [1969]). Não precisariam ser, necessariamente, essas as marcas; poderiam ser outras, pois tais formulações não são o referente discursivo, são designações desse referente. Quando o homem que vive com Bárbara utiliza todas essas designações para dirigir-se a ela, cria-se um efeito de sentido de que ela é uma mulher desprezível, que não presta. O referente é já esse sentido ao qual, pelas designações, se pode chegar. Sendo assim, o referente é sempre efeito de um processo discursivo e “se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 82, grifos do autor). Em matéria de linguagem, não temos “coisas”, temos o modo de produzir a

referência, que não coincide com as coisas como elas são, pois o real só existe discursivizado.

Esse processo discursivo humilha a mulher em virtude da posição na qual ela se inscreve para interpretar a enunciação do outro; ou seja, quando o sujeito se identifica com os sentidos de ser mulher e amante a partir dos trajetos imaginários possíveis pela posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, pode-se falar de humilhação; se as condições de produção e a matriz de sentidos fossem outras, talvez o efeito pudesse ser diferente.

Essa humilhação que se discursiviza por meio das designações do outro sobre o sujeito mulher, construindo um referente discursivo, está no campo do dizer. Esse processo é muito significativo na medida em que o sujeito que se torna o alvo dessas designações apropria-se do dizer do outro e inverte os valores dessa construção discursiva depreciativa para poder, pelo próprio dizer do outro, distanciar-se da humilhação. Cria-se, portanto, um movimento subjetivo de se apropriar do insulto para inverter os valores e, dessa forma, sinalizar para um movimento de resistência, “não na forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir” (ORLANDI, 2012, p. 234).

O discurso transversal que sustenta a humilhação ocasionada pela criação desse referente “desprezível”, por exemplo, a partir de todas aquelas designações, poderia ser dito da seguinte forma: “se você é carne podre, então vou te jogar fora”. Mas, na medida em que o sujeito se apropria da fala do outro e a desloca, ele se apoia em outro discurso transversal e muda essa significação diante da humilhação pela inversão daquele discurso que sustentava a enunciação humilhante do outro sobre ela. O sujeito apoia-se, assim, em um discurso transversal diferente, que irá sustentar diferentemente os sentidos sobre a humilhação, e que poderia ser descrito como: “se eu sou carne podre, você não me merece”. Esse discurso transversal, agora ressignificado, fica, inclusive, articulado na sintaxe enunciada por esse sujeito:

(...) e eu falei pra ele “então:: se eu sou carne podre você não tem que se deitar com essa mulher que é carne podre... você tem direito a ter outra mulher melhor do que eu... você não precisa se deitar comigo... se eu sou carne POdre... CO-Mlgo você não deita mais você não vai coMER dessa carne POdre... procura uma carne melHOR uma carne de primeira”... .. (Bárbara, 47).

Nesse sentido, pela retomada e inversão do dizer do outro, é construído um movimento subjetivo de se aproveitar da designação que lhe fora atribuída pelo outro para inverter o valor daquela designação e construir um novo valor para si, uma ressignificação sobre a humilhação. Em retomadas assim, eu ousaria dizer que se constrói um efeito de coragem para esse sujeito antes humilhado nessa posição. Coragem que supera a condição humilhante e o medo que ela poderia causar ao sujeito para criar uma tomada de posição na qual o sujeito está em movimento de contraidentificação (PÊCHEUX, 2009 [1975]), mesmo permanecendo nas categorias do outro: *aí eu disse assim: “eu NÃO sou carne PODre eu NÃO vou me deitar com você”...*

No movimento de apropriar-se da voz do outro e inverter a condição de humilhação mostrada nesse recorte do relato de Bárbara, gostaria ainda de ressaltar a divisão do sujeito mulher no movimento de contraidentificar-se com essas categorias que lhe foram impostas pelo seu parceiro. Em alguns momentos dessa retomada que inverte valores, ela enuncia “eu disse pra *ele* (que ele não me merece)”, mas há momentos em que isso também muda e ela enuncia “eu disse pra *mim* (que ele não me merece)” (grifos meus). A condição humilhante é tão forte que dizer ao outro e dizer a si se confundem na contradição constitutiva de ser mulher que deseja romper com um ciclo, mas ainda está presa às condições que o outro lhe impõe:

(...) aí eu disse pra mim “eu posso ser a piOR mulher... mas comigo você não vai se deitar mais” entendeu bem... isso me machucou MUItO... carne PODre... ... entendeu bem... ... ((voz embargada)) carne podre é uma palavra:... bem FORte... então se eu sou carne podre porque que você tem que se deitar? (Bárbara, 47).

Percorrer esse caminho de enunciar a humilhação pelo dizer abre margem para pensar em outro modo de formulação, que é a formulação que diz no e pelo silêncio. Olhando, por exemplo, para esse último recorte que destaquei, ficam em evidência as ênfases prosódicas, as pausas, a mudança na voz, as hesitações do dizer. Todas essas especificidades do relato articulado pela voz são materialidades significantes da humilhação que se mostra sem se dizer, que procuro tratar aqui em termos de enunciação pelo silêncio.

### 3.2.2 Mostrar a humilhação: a enunciação pelo silêncio

Materializado no texto, o discurso que constitui este *corpus* de pesquisa, permite-me uma observação dos sentimentos por dois caminhos: o do dito, que acabei de trilhar, e o do dizer, com todas as questões específicas do discurso em sua materialidade oral, as quais são permeadas também e especialmente pelas formas do silêncio (cf. ORLANDI, 1992). Desse modo, olhar para os sentimentos por meio das especificidades do discurso oral implica outro gesto de interpretação que vai além do que exigiria o discurso escrito: implica olhar para a materialidade da hesitação, da pausa, do alongamento vocálico, da silabação, das rupturas, das ênfases prosódicas, da velocidade, enfim, de todos esses traços que constituem a materialidade específica do discurso oral, decorrência da forma como o *corpus* foi constituído para esta pesquisa.

Cabe, no entanto, ressaltar que, mais do que materialidades específicas da oralidade que me possibilitariam, em um primeiro momento, um trabalho de descrição linguística (no campo da fonologia), estou pensando nessas formas materiais enquanto espaços discursivos que possibilitam enunciar sentimentos no silêncio e, mais especificamente, nos processos de silenciamento: a silabação, a ênfase, o alongamento vocálico, a ruptura, a hesitação, a pausa, todos esses funcionamentos enunciativos apontam para aquilo que não pode ser dito, e que foi necessariamente excluído para que outra coisa ficasse ressaltada; para o que precisou ser apagado do enunciado; para o que é impossível dizer quando se relata a condição de violência. São, portanto, mecanismos da enunciação no silêncio, são espaços em que não se pode mais dizer e, então, a fala tropeça e o sujeito falha na sua enunciação, ficando impedido de continuar do modo como vinha enunciando; são espaços em que se materializam os recortes entre ditos e não ditos e, assim, permitem, no jogo da formulação, pela voz, enunciar os sentimentos constitutivos de uma posição-sujeito.

De acordo com Souza (2016), a voz como objeto simbólico é diferente da voz do modo como compreendida pelo linguista. Ao linguista importa a voz utilizada para a constituição de fonemas, que seria a voz fisiológica, a articulação de sons. Em Análise de Discurso, segundo o autor, a voz como objeto de análise é a “voz não articulada”, ou seja, a atividade vocal naquilo que é próprio dela: o ritmo, o grito, o sussurro; a voz não articulada tem, assim, por característica, o fato de não estar

produzindo sons linguísticos. Como objeto discursivo, a voz é tomada enquanto elemento que produz efeitos de sentido, independentemente de articular sons ou não. Por isso, postula o autor, a voz, em *Análise de Discurso*, é uma “outra modalidade de gesto”, um gesto colocado em uma rede de memória, e importa enquanto um “processo de enunciação” que constitui um lugar de subjetivação, visto não haver voz sem um sujeito que enuncie. Por isso, produzir voz é diferente de produzir um ruído qualquer. Como afirma Scherer (2006, p. 16), “falar pela voz é fazer ouvir uma inaudibilidade inteira”. Essa inaudibilidade que se faz ouvir pela voz fica materializada para além das palavras, e produz sentidos pelo silêncio expresso na pausa (oralizada ou não<sup>27</sup>) que se manifesta pelo choro, pela hesitação, pelos prolongamentos, pela voz que, fisicamente, enrosca e embarga. “Ao falar, eu me constituo pela teatralização mesma da voz (...). É uma voz que ouve a própria história, uma voz que fala sua própria história” (SCHERER, 2006, p. 17). Falar e ouvir a própria história, quando se relata a violência e se enunciam sentimentos, é, dessa forma, processo de subjetivação que mostra a inscrição do sujeito em uma posição.

Na sequência, apenas por uma questão metodológica, apresento separadamente um olhar sobre a materialidade discursiva da pausa e outro sobre o silêncio constitutivo, aquilo que se diz para silenciar algo que não se pode dizer a partir de um lugar, sinalizando para as impossibilidades de dizer. Ressalto, entretanto, que, no funcionamento de textualizar – ver o modo como se formulam (ORLANDI, 2008) – a humilhação e seus efeitos, esses espaços enunciativos de silêncio coexistem, pois são mutuamente constitutivos.

---

<sup>27</sup> Ao tratar das pausas enquanto tipos de hesitação, no campo da fonologia, Marcuschi (2006, p. 56) afirma que esse fenômeno – as pausas –, que marca a ruptura sintática, pode se materializar de duas formas: a) *Pausas não preenchidas*: aquelas que são realizadas como silêncios prolongados e que ocorrem como rupturas em lugares não previstos pela sintaxe; e b) *Pausas preenchidas*: as interrupções da sequência temporal da fala, marcadas por expressões hesitativas, do tipo *éh, hm, ah*, e alguns alongamentos vocálicos; seriam, assim, as pausas que contém a emissão de elementos não lexicais. Oliveira e Souza (2000), por sua vez, abordam essa questão, retomando Laroche-Bouvy, em termos de *pausa oralizada* que são as pausas de hesitação, sem perda do turno da fala, as quais se realizam “sob a forma de emissão vocal de elementos não lexicais e alongamentos vocálicos, que variam conforme o sistema acentual da língua”. Para essa análise, como estou tomando os relatos enquanto discurso oral, preferi utilizar o termo “pausa oralizada”, empregado também por Oliveira e Souza (2000), ao invés de “pausa preenchida”, de Marcuschi (2006), em virtude dos diálogos teóricos. A noção, entretanto, é similar: preencher ou oralizar uma pausa se refere a colocar nela sons não lexicais. Discursivamente, nesta análise, tanto as pausas oralizadas (preenchidas), quanto as pausas não oralizadas (não preenchidas) são sempre espaços de silêncio por meio dos quais se enunciam os sentimentos.

a) A pausa enquanto materialidade enunciativa da humilhação

Na enunciação dos sentimentos pelo silêncio, a materialidade que mais me encanta, como eu já dissera, é a pausa, seja ela oralizada ou não.

Do ponto de vista da linguística, a pausa é um fenômeno prosódico que faz parte do mecanismo da hesitação, a qual pode ser vista empiricamente também pelas expressões hesitativas, pelas repetições de itens funcionais e lexicais, por marcadores discursivos e por fragmentos lexicais. Esses fenômenos prosódicos se referem ao como se diz, sem acrescentar uma contribuição proposicional ao enunciado, mas uma contribuição pragmática, deixando evidentes as rupturas da fala em sua linearidade material (MARCUSCHI, 2006). Deslocando o aspecto fonológico e suprasegmental da hesitação e da pausa para o campo do discurso, é possível falar que tais formulações – afetadas pelo silêncio – são marcas dos processos de silenciamento, constituindo as formas materiais da enunciação não no campo do que é dito, mas do que é mostrado. Além disso, para esse meu gesto de leitura, falarei de todos esses aspectos incluídos pela hesitação em termos de “espaços de enunciação pelo silêncio”, sem me prender a categorias fonológicas que, por um processo de hiperonímia, incluem a pausa e aqueles demais elementos, no mecanismo da hesitação. Importa, aqui, que o funcionamento de todos esses fenômenos, que permitem ver a enunciação dos sentimentos pelo silêncio, marca a incompletude constitutiva da linguagem e do sujeito, sinalizando a falha. Importa, ainda, que o silêncio materializado nos relatos por tais funcionamentos é a forma material da humilhação constitutiva da posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”.

Ao analisar narrativas pessoais em entrevistas sociolinguísticas e ao observar o modo como funcionam discursivamente as pausas e as hesitações, Oliveira e Souza (2000, p. 43) salientam que, sob uma ótica discursiva, esses marcadores encerram “a materialidade da incompletude significativa que baliza a construção dos sujeitos da conversação”. Eles explicam que a hesitação, como parte do fluxo da narrativa, pode ser realizada por meio de prolongamentos, interrupções e pausas.

Para os autores, toda ocorrência de hesitação está ligada ao tempo, mas não ao tempo referencial, e sim à “experiência vivida que tem uma relação íntima com a maneira de falar, portanto, de significar no instante concreto da enunciação” (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p. 44). Os autores alertam, entretanto, para o cuidado de

não cairmos no enfoque funcionalista da enunciação, sob um psicologismo previamente estabelecido, em que cada hesitação seja considerada como uma espécie de insegurança. A hesitação não é uma insegurança, mas é a “base empírica” de um “trabalho da memória que consiste em dispor as palavras e seus sentidos de modo inacabado”. Dessa forma, “a análise deve se ater ao que se escuta em termos de pausa, oralizada ou não, que remete à hesitação”, pois, ao contar um fato, o sujeito seleciona os recortes e a forma de apresentá-los (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p. 46). Assim, postulam os autores, pausas, prolongamentos, repetições e autocorreções fazem parte da construção da subjetividade.

A proposta de Oliveira e Souza é, desse modo, falar das hesitações como formas significativas da expressão que possibilitam ver emergir a subjetividade no discurso, em uma “descontinuidade que pontua o ritmo do dizer”, vez que as pausas são tomadas não como “acidentes” da linguagem, mas como elementos constituintes dela. Nesse sentido, os autores fazem corresponder à pausa a noção de silêncio de Orlandi (1992), vez que, segundo eles, na pausa, emergem discursos que visam fazer ecoar melhor o “vazio da linguagem”; discursos nos quais intervêm várias redes de memórias discursivas que “lutam entre si, e ao se encontrarem em algum obstáculo, causam a pausa” (OLIVEIRA; SOUZA, 2000, p. 48).

Produzindo um diálogo desse posicionamento com os relatos desta pesquisa, é possível afirmar que as palavras e os silêncios que foram enunciados pelas mulheres naqueles momentos de (não) narrar a violência e que foram registrados pelo gesto de gravar não existe enquanto fenômeno ou ação isolada: para além do que foi possível ser registrado enquanto dado, existem os gestos, os silêncios, as hesitações, as pausas, as interjeições, as rupturas, o modo de enunciar pela voz, a lágrima, o olhar que me encara e/ou que de mim se desvia. E tudo isso constitui a subjetividade da mulher em condição de violência conjugal e cujos discursos estão gravados apenas em minha memória de mulher-pesquisadora e dos quais me recordo quando ouço novamente cada relato e vou, assim, tentando colocar em registro cada fala constituída também por seus silêncios:

(...) eu trabalhava de operadora de caixa em uma loja cirúrgica... aí lá eu conheci pessoas diferentes.... ((voz embargada)) pessoas novas que me animavam me levantavam sabe... pessoas assim que:: ... .. ((choro)) me deram a mão me levantaram sabe... quando você não pode encontrar na família você encontra... .. uma força tão grande lá fora... ((choro)) e foram elas que me

ensinaram tudo... eu não sabia mexer em computador nem nada... ... (...) e assim... eu só sai de lá por causa do pai do meu filho né... porque:: como ele não me ajudava em NAda... os pais dele também não... ... e eu nunca tive apoio da minha mãe... aí eu tive que:... sair do serviço... eu não tinha com quem deixar o meu filho... aí eu acabei saindo do meu serviço (...) fiquei parada de novo... ((choro)) (Beatriz, 25).

Ao relatar sua condição de mulher que sofreu violência na conjugalidade, Beatriz nos deixa ver alguns espaços em que não se pode significar com palavras e, nesses espaços, materializa-se a voz embargada, o choro, os prolongamentos silábicos, os silêncios não oralizados (aqueles espaços em que não se produz nenhuma produção vocal), sinalizados no correr do tempo que o *player* me indica. Pensar na enunciação dos sentimentos implica (também) olhar para esses espaços de silêncio.

O silêncio, na fala, é muito mais do que o silêncio físico; não é somente a ausência de voz, mas significa naquilo que ele mostra como indício: o sinal de algum processo que não se pode ver diretamente, pois, como a palavra, o silêncio também não é transparente, mas sempre equívoco. Assim, no campo das formulações mostradas (as marcas suprasegmentais e os processos de silenciamento) a partir da posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, o silêncio pode ser considerado, portanto, como materialidade enunciativa da humilhação.

Dessa forma, o gesto analítico de ouvir a pausa, escutá-la e perscrutar sua produção de sentidos, demanda um trabalho delicado do pesquisador de ouvir o que não se diz, e/ou que não se pode dizer na enunciação dos sentimentos por um sujeito inscrito em uma posição constituída pela humilhação, com todos os efeitos que ela produz, como os sentimentos de medo, de coragem, de vergonha, de amor, de culpa etc. Isso não significa, contudo, “traduzir” os espaços de silêncio, pois este é um indício de um processo discursivo e, portanto, não pode ser traduzido por uma palavra ou um enunciado. Como afirma Orlandi (1992, p. 51), “o silêncio não é interpretável, mas compreensível”. Assim, ao contrário do que é possível realizar com as palavras, não há processos parafrásticos para descrever e interpretar os deslizamentos de sentido dos silêncios, pois o silêncio é somente compreensível, e, sendo da ordem da enunciação, me leva a pensar em um processo de construção de uma subjetividade.

Desse modo, a voz da mulher que enuncia sentimentos com palavras e com silêncios aponta para um sujeito esfacelado, fragmentado pela violência que lhe

constitui naquela posição e que, por conseguinte, apresenta uma “enunciação vacilante”<sup>28</sup>, já que a completude com a qual o sujeito se mostra em seus relatos é apenas imaginariamente projetada. Tal esfacelamento fica marcado, na materialidade textual, pelos “fragmentos de fala trabalhados e articulados pelo silêncio, pelas pausas, pelos prolongamentos” (BARBAI, 2008, p. 173), os quais sinalizam para a falha, para o equívoco, para a humilhação que, muitas vezes, não pode ser dita com palavras, mas está ali, enunciada e mostrada pelo funcionamento do silêncio, ou melhor, por um funcionamento enunciativo que coloca “sentidos em silêncio” (ORLANDI, 1992):

(...) sabe... você ser obrigada a transAR com um cara que você NÃO quer não tem a meNOR vonTAdede:... só pra você não ver a sua perna machuCAda... ou o seu braço torCido... ou:... seu pescoço arranhado ou morDido... isso já aconteceu... chega uma hora que você cansa da agressão Física... você cansa de:: tentar se defender e você fala: “ah quer saber de uma coisa?... faz essa POrra logo de uma vez”... você se torna vulgar com você mesma... e fala “ah quer saber de uma coisa... quer saber...” eu acendo um cigarro e ah:: faz essa POrra aí... enquanto ele transa eu fumo... se eu to numa legal?... To... enquanto ele tá transando tá lá se matando eu to fumando..... “agora põe essa perna pra Clma”... eu to na minha... to... como se diz viajando.... sabe quando você começa a pensar numa coisa gostosa pra não tá::... foCAda naquilo que você tá fazendo... pra dor ser menor que... porque você/ por mais que você::... não goste do cara mas::... ele TÁ te humilhando ele tá te machucando como ser humano... uma pessoa que tem digniDAde... você tá afetada... então pra que a dor não seja TÁO grande eu começo a viajar... nos meus Harry Potter ((risos)) nas minhas Júlia Sabrina ((risos)) que é água com açúcar né... começo a viajar... pra não ter que::... ficar foCAda naquilo... “Acabou?”... acabou... então tá bom apago meu cigarro e tá bom beleza... apago o cigarro vou pro banheiro tomar um banho (...) deita e dorme... dorme o caramba né... você fica lá soluçando... (...) é essa a vida... (Cecília, 50).

No relato de Cecília, são enunciados, pelo silêncio, os sentidos da humilhação que a constitui enquanto mulher que se representa imaginariamente como amante (ou seria, neste caso, como um objeto sexual do outro?) a partir da posição-sujeito com a qual se identifica. As pausas que compõem seu relato são lugares em que a mulher fica impossibilitada de dizer. Essa impossibilidade de dizer remete à enunciação da humilhação de quem é obrigada a manter uma relação

<sup>28</sup> A noção de enunciação vacilante é formulada por Paulillo (2004). Trata-se de um processo enunciativo que caracteriza o “discurso de si”. Segundo a autora, “no *discurso de si*, o sujeito fala de seus sentimentos e estados psíquicos, buscando dar corpo, ao nível da linguagem, aos processos psíquicos que experimenta ou experimentou. Mas a expressão que essa dimensão subjetiva ganha, enquanto discurso, não se realiza senão sob a forma da enunciação vacilante”, compreendida “como uma forma de irrupção da heterogeneidade constitutiva que afeta o sujeito sob a forma da não coincidência palavra/coisa” (PAULILLO, 2004, p. 3-4).

sexual *com um cara que você NÃO quer não tem a meNOR vonTAdê::... .. para não sofrer (mais?) agressão física. É certo que o silêncio rompe a necessidade da palavra, mas, nesse recorte – além de estar enunciada pelo silêncio das pausas, dos alongamentos vocálicos, das ênfases e das hesitações marcadas ou silenciadas, do truncamento e até mesmo pelos risos de Cecília diante da enunciação da violência sexual a que o parceiro a submete –, a humilhação fica, inclusive, nomeada ali: *porque você/ por mais que você::... não goste do cara mas::... ele TÁ te humilhando ele tá te machucando como ser humano... uma pessoa que tem digniDAde...**

Na condição de violência conjugal, a dignidade da mulher, falada aqui enquanto “pessoa” desaparece. Não é falado o “eu”. Ele é colocado no espaço de silêncio e substituído por um “você indeterminador” (ORLANDI; GUIMARÃES; TARALLO, 1989) – processo que, aliás, é uma constante nos relatos. A mulher em condição de violência conjugal enuncia a humilhação a partir do não dizer-se como “eu”, mas como “você” no momento de “consentir” coercitivamente às relações indesejadas (sejam elas de caráter sexual, social, afetivo...) com o parceiro: *chega uma hora que você cansa da agressão Física... você cansa de:: tentar se defender e você fala: “ah quer saber de uma coisa?... faz essa POrra logo de uma vez”... .. você se torna vulgar com você mesma... e fala “ah quer saber de uma coisa... quer saber....” eu acendo um cigarro e ah:: faz essa POrra aí... ..*

Chama a atenção ainda o aparecimento da enunciação do “eu” em um momento que marca a divisão instaurada entre os sujeitos que protagonizam o ato sexual forçado: *enquanto ele transa eu fumo... .. (...) enquanto ele tá transando tá lá se matando eu to fumando... .. (...) então pra que a dor não seja TÃO grande eu começo a viajar... nos meus Harry Potter ((risos)) nas minhas Júlia Sabrina ((risos)) (...) pra não ter que::... .. ficar foCAda naquilo... Os pronomes demonstrativos “aquilo”, e “esse” (essa POrra), que, gramaticalmente, afastam o sujeito que fala do objeto do qual se fala, também funcionam no sentido de promover um distanciamento entre o sujeito que vacila em dizer-se como “eu” e uma relação sexual imposta, forçada para a mulher. O prazer, no imaginário de casamento recortado também pela posição-sujeito “mulher em condição de violência”, deveria ser parte constitutiva do que se pensa sobre a conjugalidade, mas, na condição humilhante, esse prazer da realização sexual não acontece. E, justamente porque não acontece, provoca a humilhação para o sujeito inscrito nessa posição. Como ressalta Decca (2002, p. 108), “ser humilhado é ser colocado (...) com frequência de*

modo muito doloroso, em uma situação de inferioridade”. Essas pausas, alongamentos vocálicos, essa divisão eu/ele e o funcionamento pronominal anteriormente mencionado silenciam um processo humilhante que rebaixa a mulher. Essa divisão eu/ele também silencia a presença do casal, do “nós” que é inexistente na condição de violência, e faz o fio intradiscursivo voltar a um “você” genérico e indeterminado (mas também universalizante), quando termina o ato e, então, o sujeito humilhado, inferiorizado, *deita e dorme... dorme o caramba né... você fica lá soluçando...*

Enunciativamente, fica marcada, ainda, uma negociação necessária do sujeito enunciativo com a não-coincidência do dizer entre as palavras e as coisas (AUTHIER-REVUZ, 1998) nesse campo de formulação: o sujeito humilhado diz que dorme, mas, imediatamente reformula esse dizer, a partir da posição que ocupa. A dor ocasionada pela humilhação não deixa dormir. Os efeitos da violência humilhante são persistentes e se abrem em significações plurais daquilo que não se diz quando se afirma, entre pausas e hesitações, *dorme o caramba né... você fica lá soluçando...*

De acordo com Orlandi (1992), toda linguagem implica silêncio: “sempre se diz a partir do silêncio”. O silêncio é, justamente, o “não dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história”, mas silêncio que tem significância própria e, por isso, não é um “mero complemento da linguagem”, mas sim “garantia do movimento de sentidos” (ORLANDI, 1992, p. 22-23). Nesse mesmo texto, a autora aponta dois modos de existir do silêncio: o silêncio como característica fundadora do discurso, aquele que existe nas palavras e produz as condições para significar, e também a política do silêncio, que seriam os modos de se apagar sentidos, de silenciar e produzir um não-sentido a respeito de algo pouco ou nada conveniente em uma situação discursiva dada.

É essa política de silenciamento que sustenta o que estou chamando de enunciação da humilhação pelo silêncio. Aquilo que é mostrado – colocado no campo do silêncio, portanto – traz consigo tanto o que fica apagado, silenciado (dizer x, para não dizer y), quanto o que não é possível ser dito, pois não irrompe em uma determinada posição, tomando o sujeito pela impossibilidade de dizer. Dessa forma, pelo silenciamento, acontece a exclusão de sentidos que necessariamente devem ser evitados naquelas condições de produção – não por um mecanismo consciente do sujeito enunciativo, mas por sua inscrição em uma posição-sujeito cuja

matriz de sentido o impede de sustentar outro discurso, outras possibilidades de significar-se enquanto mulher pela maternidade, pelo casamento, pela sexualidade, pelo trabalho, pelo cuidado de si, diferentes daquelas fornecidas pelos pré-construídos recortados por aquela posição-sujeito e que poderiam instalar o trabalho significativo em outras regiões de sentidos.

Dessa maneira, os espaços de silêncio nos relatos, não calam as mulheres, mas, ao contrário, produzem sentidos que não podem ser traduzidos. O trabalho com o silêncio está situado, então, justamente nesse lugar de equívoco, de incompletude e trabalha a relação com o imaginário discursivo. Pensando nas mulheres que enunciam sentimentos na condição de violência conjugal, o trabalho com o silêncio se instaura na constituição de um sujeito que se projeta imaginariamente como mãe, esposa, amante, trabalhadora, em busca de uma suposta unidade que possa sustentá-la naquela condição de violência. Assim, as significâncias do silêncio irão acontecer em outro lugar – distinto desse lugar de unidade que seria assegurado por um “eu” –, pois o que é silenciado aponta para sentidos múltiplos, e, nesse caso, para o esfacelamento dessa mulher constituída pela humilhação na conjugalidade.

Diferentemente do implícito, que se encontra sobreposto por uma pretensa “intenção” do locutor e apresenta uma referência necessária ao dizer, o silêncio significa, produz sentidos, a partir de modos particulares de significar fora dessa relação com o dizer que está explicitado; como afirma Orlandi (1992, p. 68), “o silêncio não tem uma relação de dependência com o dizer para significar: o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras”, pois o silêncio não pode ser reduzido a um “complemento da palavra”, como também “não se reduz à ausência de palavras”; ele não está no campo do implícito e não é transparente, mas, ao contrário, possui “uma força corrosiva (...) que faz vingar em outros lugares o que não “vinga” em um lugar determinado” (ORLANDI, 1992, p. 12).

Nesse sentido de observar a “força corrosiva” do silêncio, quero retomar este recorte do relato de Rita, que sofrera tentativa de homicídio por parte de seu ex-convivente e de outras duas mulheres que o ajudaram. Quando a questioneei sobre como era viver na condição de violência conjugal, ela hesitou e depois me respondeu o seguinte:

(...) ah... é muito ruim... ai gente ó... ... viver essa situação como mulher... ... ..  
 ah eu não tenho nem palavra pra poder:... descrever... mas é angustiante  
 sabe... ... angustiante porque a gente se sente desprotegida... eh:... .. ((voz  
 embargada)) a gente se sente:: muito pequena mesmo... sabe... como mulher...  
 quando a gente tá nessa situação a gente não sente vontade nem mesmo de se  
 arrumar... ... sabe... nem de tomar um banho... .... (Rita, 44).

Rita enuncia sua condição de violência em um relato repleto de expressões hesitativas encadeadas por pausas e alongamentos (ah...; eh:... ..), com marcadores discursivos (sabe...; ai gente ó... ...) que funcionam de modo a colocar-me a mim, pesquisadora, como “co-construtora discursiva” (GUILHAMOU, 2007) e cúmplice daquele relato, com o traço suprasegmental da voz em fiapos e pausas não oralizadas. Seu falar é entremeado de silêncios que constituem esse sujeito no efeito *angustiante* produzido pela enunciação do sentimento de humilhação, condição para a qual o sujeito não tem *nem palavra pra poder:... descrever*. É a palavra que falta; é a falta tomada como ausência na fraqueza de um “eu não sei dizer” do enunciador, e na fraqueza de “não haver palavras” na língua (cf. AUTHIER-REVUZ, 2010).

“Quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidade de sentidos se apresenta” (ORLANDI, 1992, p. 49). Desse modo, o gesto de mostrar a humilhação na enunciação pelo silêncio é mais amplo do que o gesto de dizê-la na enunciação pela palavra, pois, na enunciação mostrada, entram as hesitações, as pausas, o choro, os gestos, as ênfases, enfim, todo o não-dito que dá corpo à humilhação na posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”.

b) A humilhação e a (im)possibilidade de enunciar o “ser”: o sentido em silêncio

“Se ao falar sempre afastamos sentidos não desejados, para compreender um discurso devemos nos perguntar sistematicamente o que ele ‘cala’” (ORLANDI, 1992, p. 160). Esse posicionamento é correspondente à prática sintomática de leitura em Análise de Discurso, ou seja, ao gesto de olhar para as marcas, para os sintomas que aparecem no fio do intradiscurso, de modo a analisar, naquele funcionamento discursivo, o que está presente e o que está ausente (por estar presente em outro lugar, em outras posições) na produção de sentidos.

Os efeitos da prática de humilhação afetam a enunciação do sujeito mulher, sinalizando-se pelos não-ditos que se materializam tanto nos espaços de silêncio mostrados naquilo que se diz para não se dizer, ou seja, em uma palavra

que, necessariamente, apaga outras palavras (o silêncio constitutivo), quanto por aquilo que é impossível dizer, ficando no campo do irrealizável. Tais funcionamentos acontecem simultaneamente nessa enunciação pelo silêncio, na qual o sujeito se mostra humilhado sem se dizer humilhado.

No processo de mostrar o que não se diz, uma recorrência é o silenciamento no tocante à profissão, ao trabalho exercido fora do lar. Quando eu pergunto a elas se estão trabalhando fora e qual trabalho exercem, a enunciação acontece pelo processo de silenciamento da profissão por meio das muitas coisas ditas para não dizer a profissão:

ISABEL: (...) eu não sou costureira mas eu gosto muito assim de fazer calça faço roupa de criANça roupa feminina então eu tenho assim bastANTE ideia então assim essas coisas que eu faço pra::... daí eu vivo disso daí mais ou menos né...  
 ANA PAULA: você é professora?  
 ISABEL: não eu não sou assim PRO-fessora... eu fiz/ eu fiz magistério só né aí depois eu comecei fazer pedagogia... (Isabel, 47).

Isabel estava me contando sobre suas atividades remuneradas e me conta que obtém sua renda pelo trabalho de costureira, mas ela afirma que não é costureira. Em outro momento do relato, ela me contava que já tivera uma “creche” e então eu lhe pergunto se ela é professora: *não eu não sou assim PRO-fessora... eu fiz/ eu fiz Magistério só né*. A hesitação de suas respostas sinaliza para a impossibilidade de dizer “eu sou”, que fica marcada quando o sujeito diz sobre aquilo que não é, quando se coloca uma ênfase prosódica sobre o elemento negado, quando se reduplica a negação, quando a fluidez é interrompida por uma repetição verbal no passado (*eu fiz/ eu fiz*).

Esse processo de silenciamento também pode ser visto quando a enunciação trava e se torna impossível prosseguir:

[eu pergunto se ela está trabalhando] não... não trabalho não... é aquela coisa... eu não posso trabalhar... assim:: ... tenho meus probleminhas de saúde... (...) se eu for arrumar um serviço não tenho nenhuma:: como é que fala?... não tenho nenhuma::... não sou profissional nenhum né porque:: também ele nunca deixou eu trabalhar... fiquei cuidando de criança cuidando de criança... (...) não deu pra estudar... não deu pra trabalhar... enfim... quer dizer... parece que o tempo parou né... só que não parou né... pra mim parou porque eu não consegui::... eu sempre gostei muito de estudar... mas assim... quando eu morava no Nordeste o meu estudo só foi até a quarta série... vim pra aqui... cuidando de criança... a pessoa sem::... sem uma experiência... NOva... (...) (Inês, 38).

Nesses recortes, as mulheres não conseguem falar que não têm profissão regulamentada e o verbo ser, no presente, aparece pela negação: o que não é, o que eu não sou. Neste caso de Inês, chama a atenção a quantidade de advérbios de negação que ela usa para silenciar o fato de que *se eu for arrumar um serviço não tenho nenhuma:: como é que fala?... não tenho nenhuma::... não sou profissional nenhum né porque:: também ele nunca deixou eu trabalhar...* Há também muitas pausas não oralizadas nesse recorte, além de alongamentos vocálicos e da pergunta retórica (*como é que fala?...*) que marcam a hesitação do dizer. Aqui, o silêncio constitutivo significa pelo excesso de palavras, sempre “cheias de sentidos a não se dizer” (ORLANDI, 1992, p. 14), entremeadas de pausas e hesitações que indicam a impossibilidade de dizer que não tem profissão. A enunciação tropeça, sinalizando uma condição de não poder dizer a partir daquela posição-sujeito sobre não trabalhar fora. Cuidar dos filhos parece não contar no espaço do trabalho para esta posição, como já afirmei no capítulo precedente.

Percorrendo este material de análise, quando me questiono sobre os processos de silenciamento que fazem emergir muitos dizeres para calar outros e, necessariamente, excluí-los, porque não são possíveis de realizar-se naquela posição-sujeito, deparo-me com os deslizamentos e as impossibilidades de aparecimento da expressão “eu sou” na condição de violência conjugal, discursivizando, pela falta, a humilhação.

Ao ocupar a posição de mulher em condição de violência conjugal, emerge um questionamento, por parte desse sujeito, sobre seu próprio eu, de modo que as mulheres, por vezes, enunciam uma espécie de busca sobre quem são elas:

[me relata o que dissera ao marido por telefone] (...) olha eu quero saber o seguinte se eu sou caSAda se eu sou sepaRAda se eu sou abandoNAda se eu sou larGAda o que que EU SOU... porque na verdade eu não sei você veio aqui cancelou o divórcio e tal e voltou não deu satisfação (...) ... então eu me sinto assim... quem eu SOU?... então eu mesma me faço essa perGUNta... .. às vezes eu tenho vontade de:: assim de ir emBOra... mas daí:: eu penso nos meus filhos... entendeu?... .. e daí:: ( ) eu não sei como responder essa pergunta... assim... é bem::... (...) eu me sinto assim como diz o outro um “Zé ninguém”... .. é assim que eu me sinto... .. (...) eu acho que pra se sentir uma mulher... primeiro você tem que ser reconheCIda como uma mulher porque poucas são... valoriZAda... como mulher que as mulheres hoje é muito difícil a gente:: conseguir isso daí porque::... acho que assim... me sentir aMAda me sentir valoriZAda... e::... sei lá:: eu não sei:: eu não sei responder assim... (Isabel, 47).

Nesse recorte da fala de Isabel, no qual figura um sentido da mulher que é esposa, há uma busca pelo “eu” que se marca, no intradiscurso, pelos questionamentos feitos ao parceiro e a si mesma. Quando se dirige ao parceiro, ela busca uma resposta para o “quem sou eu” por meio de elementos nominais (*casada, separada, abandonada, largada*) derivados de verbos de ação e colocados em gradação que, contudo, não lhe fazem chegar a uma resposta: *o que que EU SOU... porque na verdade eu não sei*. Desse modo, fica marcada a injunção a significar-se pela relação com o outro, como se a possibilidade de “ser” precisasse passar pelo olhar do outro. Em contrapartida, a ausência de respostas persiste, mesmo quando, em um processo de efeito autorreflexivo, ela também se questiona: (...) *quem eu SOU?... então eu mesma me faço essa perGUNta... ..* Nesse caso, em termos de “ser mulher”, a fala desliza para “eu me sinto”: *... .. então eu me sinto assim... quem eu SOU?* Além disso, quando vem a predicação para o “eu me sinto”, ela aparece no sentido negativo: *eu me sinto assim como diz o outro um “Zé ninguém”... .. é assim que eu me sinto... ..*

Olhando em termos de enunciação de sentimentos no silêncio, o “eu sinto” e a pergunta “quem eu sou” silenciam um “eu sou”, ou seja, silenciam a existência, o próprio “ser mulher” desse sujeito em condição de violência na conjugalidade. A impossibilidade de dizer “eu sou” sinaliza para um processo de humilhação que constitui o sujeito nessa posição. Tal impossibilidade de dizer aparece enunciada também no silêncio instaurado pela pausa, pela hesitação, pelos trechos incompreensíveis porque a voz ficou rápida demais. Se olharmos para este recorte específico: *eu não sei como responder essa pergunta... assim... é bem:....* veremos que, além de explicitado o “não sei como responder”, o enunciado termina suspenso, em meio às hesitações, no lugar do silêncio. Estar nesse lugar é produzir sentidos que se multiplicam e não se detêm ao limite que poderia ser colocado pela palavra. Significar pelo silêncio é lançar o sentido para onde não se pode alcançar. O “ser mulher” fica, assim, colocado no silêncio que materializa a condição humilhante nessa conjugalidade que se constitui pela violência.

Diante da pergunta sobre o que é ser mulher, o “eu sou”, no tempo presente, fica no campo do irrealizado, materializando-se por enunciados como “eu sinto”, “eu fui”, “eu penso”, “eu acho”, “a mulher é”, “você é”. No ponto em que essa materialidade se encontra com a região de sentidos recortada por essa posição-sujeito para formular-se dessa maneira, ela pode ser relacionada ao esfacelamento

do sujeito que, na condição de violência, não consegue se representar como unidade para si mesmo e enuncia essa falta pelo silêncio – materializado no suspiro, no *ai::... ..* prolongado e marcado com a pausa não oralizada, e também nos outros verbos colocados no fio do discurso para silenciar o presente, o “eu sou”:

((suspiro)) *ai::... ..* mulher eu acho que é que nem eu fui né... guerREIra eu não parei no tempo assim sabe... que nem... se eu fosse aceitar tudo que o pai do meu filho me oferece né... eu estaria nas mãos dele... só que::... .. (...) eu sempre fui firme assim “NÃO”... (...) ser mulher pra mim acho que é isso... você ser GUERreia e você::... ser firme no que você fala (...) e pra mim mulher é isso... é você ser guerreira e tentar superar TODos os obstáculos que você assim... que alguém te lançar né... .. (...) eu acho que mulher é ser isso... você não parar no tempo e ficar ali::... dependendo de uma pessoa que::... (...). (Beatriz, 25).

Há, sim, relatos nos quais “eu sou” é enunciado, como neste de Teresa, em que ela afirma: *eu SOU mulher... eu sou mulher (...) eu sou... eu sou apresentável né...* Entretanto, esse sujeito que se afirma no campo do “ser”, é todo ele constituído na contradição de ser mulher para os outros e não para si mesma, vacilando enunciativamente entre “eu sou mulher”, “ela tem que”, “a mulher tem que”:

TERESA: eu SOU mulher... eu sou mulher e eu acho que:: a mulher... ela tem que::... a vida não é fácil pra ninguém... mas ela tem que dar pra receber... .. ela tem que saber dar o amor... pra ela receber de um HOMem... .. ela tem:: que ser LIMpa... em casa... .. e ter os seus:: o seu caRIInho... ter um HOMem... .. como que se diz?.... que é a TAMpa da sua paNEla... a tampa da sua panela... a mulher tem que ser tratada com mais resPElto mais digniDAde...e:: mais aMOR... e reflexão... é tudo que nós não temos hoje em dia... .. são casos RARos... ..

(...)

TERESA: eu sou... eu sou apresentável né... mas um corpo definido eu não tenho... ..

ANA PAULA: mas você acha que precisa do corpo definido pra ser mulher?

TERESA: ... .. não... eu acho que não... isso é coisa da minha cabeça... vai passar... .. mas assim Ana Paula... eu acho assim... a mulher... ela tem que ter um BOM diálogo... uma colocação CERta... e::... a mulher ela tem que ser::... esPERta... .. pra cativar um homem... .. mas esse negócio do corpo aí foi:: foi coisa que eu tentei ir pela cabeça dos outros mas que não vira não... dizer que nem o outro... não vira não... então eu vou ter que ser quem eu sempre fui... até melhor... porque::... pra mim até hoje eu não fui NADA... não pude me mostrar nada...

ANA PAULA: como assim?

TERESA: porque eu sempre vivi com homens maus... e:: foi assim... que eu aprendi só... .. só o que não prestAva... .. então... de hoje em diante eu tenho outra prática... ..

Recortado pelos espaços de silêncio, o relato de Teresa reproduz discursos de uma região de sentidos na qual é importante que a mulher tenha um parceiro para afirmar-se como mulher e, para tanto, prende-se a um estereótipo de beleza de um “corpo definido”, cuja referência é socialmente fixada a partir de padrões colocados como ideais para uma região de sentidos. O “eu sou mulher” aqui, volta-se, então, para significar-se a partir do olhar de um outro.

Entretanto, na medida em que relata, Teresa enuncia a si própria em um espaço de silêncios e de silenciamentos: *então eu vou ter que ser quem eu sempre fui... até melhor... porque::... pra mim até hoje eu não fui NAda... não pude me mostrar nada...* Esse movimento materializa, no discurso, o sujeito esfacelado, a ausência de síntese para o sujeito que enuncia “eu sou mulher” na contradição que constitui esse ser mulher que, para si própria, até hoje não foi *NAda...*

Nesse espaço de significação pelo silêncio, o sujeito enuncia-se como “nada”; enuncia-se pela falta, pela ausência e, então, multiplica-se em sentidos que eu, pesquisadora, que também deslizo em muitos momentos durante os relatos, tento conter pela palavra, perguntando-lhe: “como assim?”. Mas a resposta continua significando no silêncio de dizer sobre a convivência com “homens maus” e marcada por uma grande pausa, funcionamentos esses que continuam não dizendo o que é o “nada” enunciado antes. O “eu sou” continua irrealizável para aquela posição, muito embora seja materializado na formulação. Ele é enunciado e, logo em seguida, negado, materializando a enunciação mostrada sobre a humilhação na contradição de ser mulher e, ao mesmo tempo, não ser nada. Como explica Lagazzi (2008, p. 2), “a contradição traz a impossibilidade da unidade, a impossibilidade da resolução (...). Tomar a contradição discursivamente é se dispor ao equívoco do acontecimento do significante na história, na análise dessa materialização”.

Enunciar a humilhação pela impossibilidade de dizer “eu sou” também funciona, nos relatos, pela diferença entre passado e presente. No primeiro capítulo, analisei essa temporalidade antes/depois marcada enquanto condições de produção de enunciar para um sujeito que se filia a uma instituição, compartilhando daqueles sentidos e saberes. Mas, tendo percorrido todo esse caminho de pensar a enunciação da humilhação como constitutiva da posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, posso agora olhar novamente para essa temporalidade e dizer que ela funciona também enquanto forma material que assinala movimentos de resistência, nessa posição, também pela própria

enunciação da humilhação e não somente enquanto filiação a um discurso institucional.

Assim, mesmo diante de um irrealizável “eu sou”, que, muitas vezes desliza para as formas do “eu sinto, eu penso, eu acho” e, especificamente neste recorte a seguir, fica marcado no fio do dizer por “eu não sei se eu sou”, a temporalidade aparece produzindo efeitos de coragem resultantes da humilhação enunciada:

ANA PAULA: a senhora tava me contando que ele fez tudo que a senhora podia suportar e não suportar...

CECÍLIA: ele fez... tanto é que ( ) ele acabou com o MEU carro (...) e:: ele ficou com a vizinha... com a:: vizinha não... com a MÃE da vizinha::... sabe?... na cara dura... eu não sei se eu sou covarde... se eu sou mulher... se eu sou... o que que eu sou... porque eu sempre fui de trabalhar muito e cuidar muito da minha filha e da Minha vida... nunca gostei de fofoca de história... então... alguém me falava assim “olha:: o [xx] tá com tal pessoa”... problema dele... tá... é problema dele eu não posso fazer nada... .. então quer dizer::... eh:: eu nunca fui de demonstrar o que eu sentia... eu podia me acabar... mas... tá... é ele... é a vida dele... eu não posso fazer nada... hoje é o contrário... (Cecília, 50).

Nessa sequência discursiva, o sujeito se mostra em identificação com aquele imaginário de mãe e de esposa recortado pela posição-sujeito que lhe fornece a matriz de sentidos e lhe possibilita enunciar a humilhação pelo fato de seu parceiro ter feito tudo que ela poderia “suportar e não suportar”, no qual ela inclui, em meio a pausas, a ênfases prosódicas e a trechos incompreensíveis, o fato de ele ter “acabado” com o carro dela e, mais do que isso, *e:: ele ficou com a vizinha... com a:: vizinha não... com a MÃE da vizinha::... sabe?... na cara dura...* Ser traída com a vizinha já seria humilhante, mas com a *MÃE da vizinha::... é muito mais*. E, tomada por essa condição humilhante é que surge o autoquestionamento povoado de silêncios: *eu não sei se eu sou covarde... se eu sou mulher... se eu sou... o que que eu sou...* Diante disso, se antes a mulher não era de demonstrar o que ela sentia, *hoje é o contrário...* e, mesmo nos silenciamentos, ela enuncia um movimento de resistência.

Esse movimento de resistência também fica marcado, pelo silêncio dos traços suprasegmentais de relatos em que se fala sem parar e rapidamente, como este em que Rita – ao chegar a sua própria casa e deparar-se com uma vizinha que estava saindo de lá *molhada e enrolada* em uma toalha, em um momento que somente o parceiro de Rita estava em casa –, diz:

(...) “quer saber de uma coisa? eu NÃO vou discutir com você [a vizinha]... não vale nem a pena... nem você nem ele não valem a pena... agora de hoje em diante:: NÃO me dê nem um bom dia... nem um bom dia seu eu não quero”... aí ela disse “ah mas você tá confundindo as coisas você tá pensando errado” eu disse “eu não to pensando NA-DA... me faça o favor... não vem na minha porta não... eu não vou fazer baixaria... não vou fazer nada com vocês dois que vocês nem merecem... nem um de vocês dois merecem... agora vou lhe dizer uma coisa... se você não tem amor à sua vida você poderia pensar no seu Filho”... (...) aí eu já tinha decidido que ele ia mesmo embora... (...) aí num outro dia veio uma amiga minha me contar que ele tinha tentado roubar o senhor [xx].. daí foi que eu não quis mesmo... (...) aí essa casa que eu IA alugar pra mim eu aluguei pra ele... “ai mas eu não tenho fogão” ele dizia... “não eu te dou um”... tudo pra poder:: me ver livre dele... (Rita, 44).

Há um dizer que se mostra por formas materiais que incluem a velocidade de fala, o volume, o timbre, o suprasegmental, a prosódia. Essas formulações – afetadas pelo silêncio – são marcas dos processos de silenciamento nessa enunciação e compõem as formas materiais da enunciação da humilhação não no campo do dito, mas do mostrado. Falar rapidamente e sem parar mostra os efeitos da humilhação sobre a enunciação do sujeito na condição de violência. Mais especificamente, esse ritmo acelerado aponta para uma tomada de posição que poderia ser lida enquanto movimento de resistência pela coragem que é enunciada como efeito da humilhação perpetrada a esse sujeito. Nessa mesma direção, funcionam as ênfases prosódicas ali presentes, que se materializam na maior intensidade de pronúncia, bem como na silabação de certas palavras. Tais funcionamentos produzem sentidos de resistência e de coragem na medida em que destacam uma possibilidade de posicionar-se no enfrentamento à violência que deixa o relacionamento conjugal insustentável, insuportável:

(...) era insustentável a situação... a situação Era IN-SUS-ten-tável... inSUportável ... .. (Rita, 44).

Desse modo, quando a humilhação marca o sujeito, a fala dele faz emergir sentimentos enunciados naquilo que não se pode dizer: medo, coragem, amor-próprio ficam, como efeitos da humilhação, enunciativamente marcados nos espaços de silêncio, em que podem ser lidas as desnecessidades e/ou as impossibilidades de dizer. Isso me remete à impossibilidade de significar o “eu sou” pela palavra. E então o silêncio rompe essa necessidade da palavra, explodindo em sentidos que a palavra não talvez não permitisse irromperem naquela posição-sujeito.

## POR UM EFEITO DE FINALIZAÇÃO

A utopia está lá no horizonte.  
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.  
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.  
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.  
Para que serve a utopia?  
Serve para isto: para que eu não deixe de caminhar.

*Eduardo Galeano*

Produzir um efeito de finalização para uma tese é uma tarefa doce, porque ela produz em nós um sentido de alívio e traz aquele pensamento suave e pulsante de um “amanhã poderei dormir a noite toda”... É, contudo, ao mesmo tempo, uma tarefa bastante complicada, pois indica a hora de desapegar-se e de aceitar que a escrita é sempre incompleta e que sempre haverá muito por se dizer. E é a hora de voltar ao caminho percorrido e compreender, nessa incompletude, o que foi possível realizar.

Voltando-me sobre o percurso que fiz para poder encontrar um material de pesquisa (ou seria encontrar-me em um material de pesquisa?), gostaria de destacar a importância de ter me encontrado com aquelas tantas mulheres no Núcleo de Defesa. A possibilidade de ouvir e de compartilhar daquelas histórias e de tantos sentimentos continua ressoando em sentidos. Se algumas coisas não deram certo neste caminho de realizar uma leitura discursiva sobre o sentimento, posso dizer, com toda certeza, que os relatos que constituem o *corpus* são o melhor deste meu processo de doutoramento. E que poder ouvi-los e refletir sobre eles – teórica e analiticamente, como é próprio de uma pesquisadora que escreve sua tese; mas também pessoal e afetivamente, como é próprio desta mulher que, por muitas vezes, deslizou nos comentários durante os relatos e deixou-se envolver pelas histórias ali ouvidas – ainda me encanta. Sim, eu gosto muito desta tese, com todas as incompletudes que ela possui. Ela me permitiu crescer como pesquisadora e como mulher.

Trabalhar com os relatos me colocou, primeiramente, diante de um grande dilema: como fazer a “transcrição” do material oral? Ao ouvir, e ouvir novamente, e procurar formas teóricas que pudessem embasar e direcionar esse gesto, veio-me a decisão de “transcrever” anotando as hesitações, as pausas, os

truncamentos, os alongamentos, as ênfases prosódicas, enfim, marcando os momentos em que o fio do dizer era, de certa forma, “rompido”, pelo que nomeei depois como espaços de silêncio. Foi esse modo de ouvir que me permitiu entrar nesse material pelo viés dos sentimentos em sua relação constitutiva com o sujeito. “Transcrever” continua soando como uma palavra estranha para mim, mesmo ao final desse processo (que me abre para novos começos), pois não é possível colocar uma materialidade oral em uma materialidade escrita sem que esse gesto seja incompleto e sem que aponte, na própria constituição, a um olhar meu de analista sobre os relatos. A transposição de uma materialidade a outra já constituiu, por si, um gesto de interpretação que me possibilitou os demais.

Ouvir mulheres marcadas pela condição de violência me fez compreender melhor a noção de assujeitamento – essa noção por vezes temida, indesejada e incompreendida por tantas outras teorias – e levá-la até mesmo para o campo dos sentimentos que, em geral, são vistos sob o prisma da individualidade subjetiva ou da representação social. Debruçar-me sobre os relatos me mostra que não há nada de aleatório e nem de individual quando se fala da violência nos espaços de conjugalidade. As imagens de mulher em uma posição-sujeito e os sentimentos que são enunciados naquela posição são construídos sócio-historicamente pela interpelação ideológica, de modo que os sentimentos que podem ser enunciados na condição de violência estão na história e não no indivíduo. Assim, é possível afirmar que os sentimentos, no discurso, estão ligados a questões ideológicas, afetando o sujeito que se inscreve em uma posição para significar e constituindo esse sujeito.

Para trilhar um caminho que me possibilitasse compreender discursivamente o sentimento e os sujeitos na condição de violência, foi preciso discutir também a respeito dos discursos sobre a violência contra a mulher e falar ainda da instituição de defesa da mulher. Tomar os relatos em uma instituição implicava que eu teria condições de produção estáveis para falar daquele sujeito, e que, então, seria necessária uma reflexão que pudesse me levar à desconstrução das evidências. Eu sabia que isso poderia ser um risco. Mas acreditei que valeria a pena me aventurar por esses (des)caminhos, pois sempre fui apaixonada por ouvir histórias. E eram tantos os funcionamentos que se mostravam como “evidentes” em uma aparência naturalizada de enunciados como “é claro que a mulher é mãe, e que, então, os filhos estão sempre em primeiro lugar”; “a mulher deve ser exemplar amante, mãe e dona de casa”; “eu, mulher, preciso fazer tudo isso, ficar bonita, de

acordo com padrões sociais, e tenho que trabalhar fora”... E, em meio a essas tantas coisas ditas, o que ficava significando em silêncio? O que ficava sem dizer?

E, para poder ouvir esses ditos e não-ditos, realizei um percurso pelos trajetos imaginários e os sentidos estabilizados da posição-sujeito que nomeei de “mulher em condição de violência conjugal”. Confesso que fazer esse percurso pelas formações imaginárias demorou a fazer sentido para mim, pesquisadora – para mim, mulher, fez muito sentido desde o início. Ao olhar da pesquisadora, aquela parecia uma parte solta na tese, mas, para a Ana Paula, mulher, era tão significativo que resolvi deixar. E o momento de qualificação do texto me ajudou a compreender que era, sim, necessário percorrer todo aquele caminho, porque era, justamente, aquele caminho que me mostrava a possibilidade de enunciar os sentimentos pelos ditos e não-ditos que a condição de violência imprime no sujeito. Em meu trabalho, mobilizar a noção de formações imaginárias se mostrou essencial, porque é em virtude dos sentidos e das imagens de mulher recortadas por essa posição que os sentimentos são enunciados nos relatos, caracterizando-se como elementos constitutivos do sujeito mulher naquela posição-sujeito.

Ao fazerem parte de uma posição, as imagens da mulher mãe, amante, esposa, trabalhadora e da mulher “em si”, conforme as formulações estabilizadas na memória sobre o que seriam tais imagens de mulher para essa posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal”, funcionam permitindo a formulação de determinados sentimentos em relação a essas imagens. Tais imagens, recortadas historicamente, retomam elementos de memória que dialogam com os pré-construídos e com os discursos transversos existentes em nossa sociedade que produzem sentidos estereotipados sobre o “ser mulher”. Essas memórias fornecem os elementos a partir dos quais os sentimentos são enunciados naquela posição-sujeito: elementos recortados a partir de uma visão positiva de maternidade, de conjugalidade, de trabalho e de cuidado de si, significados pelas relações na memória, mas também afetados, em sua enunciação, pelo caráter institucional que também funciona enquanto condições de produção. O trajeto de todos esses efeitos, no nível do imaginário, vão apontando para a constituição do sujeito mulher em condição de violência como um sujeito esfacelado. E é no diálogo com esses trajetos imaginários que os sentimentos são enunciados.

A partir dessas imagens, que afetam e constituem a enunciação desse sujeito, coloquei o olhar sobre a subjetivação da mulher pelos sentimentos, naquela

posição-sujeito, e procurei trabalhar com a discursivização dos sentimentos por meio da enunciação que se materializa, pela voz, nas palavras e nos silêncios existentes nas formulações. Enfatizei, com particular relevância e como objeto analítico, o sentimento da humilhação, que, por determinações sócio-históricas, eclode nessa posição-sujeito e toca a constituição da mulher no que se refere àquelas identificações imaginárias recortadas pela referida posição. Analisando os sentimentos em sua relação com o que é afirmado pela palavra e com o que é mostrado pelos silêncios, o gesto de interpretação empreendido aqui indica que ser mulher na posição-sujeito “mulher em condição de violência conjugal” é ser sujeito constituído pela humilhação, a qual tem relação necessária com o silêncio e os processos de silenciamento.

Por estabelecer-me no campo discursivo, a leitura que empreendo dá primazia aos processos de interpelação ideológica e à contradição constitutiva do discurso, e, conseqüentemente, se distancia de outras vertentes discursivas que também estudam a afetividade na linguagem e abordam esse objeto enquanto emoções e manifestações do *ethos* ou do *pathos*. A interpelação e a contradição afetam, pois, os processos de enunciação do sujeito que se inscreve em uma posição. Nesse ponto, é válido retomar o que afirmam Pêcheux e Fuchs (2010 [1975]) a respeito da enunciação: ela é um processo de determinação constante que seleciona o dito e rejeita o não-dito, o que é feito na linearização, ou seja, uma enunciação se mostra por suas sequências sintáticas na medida em que elas estabelecem diálogos com o interdiscurso, com esse “já-dito” que sustenta todo dizer. É esse direcionamento que me permite compreender os sentimentos enquanto constitutivos de uma posição-sujeito e distanciar-me das noções de *ethos* e *pathos*, porque os sentimentos, nessa perspectiva discursiva que sustenta minha leitura, não são algo particular do sujeito enunciador, mas são efeitos da história materializados na sintaxe. Assim, os sentimentos, e em especial o sentimento de humilhação, com seus efeitos, forma esse todo que é a mulher em condição de violência conjugal.

No campo do que é dito, os sentimentos são enunciados pela nomeação e pelo dizer nas palavras da própria mulher, mas também na retomada que a mulher faz a respeito da enunciação do outro sobre ela. Esse movimento de retomar a palavra do outro implica um deslocamento de sentidos: é um aceitar o discurso humilhante para negar aquele sentido e produzir um movimento de resistência.

Mas, como eu dizia antes, discursivamente, o sentimento não se reduz ao dito: está também nos silêncios e neles funciona. O indício de um sujeito esfacelado aparece exatamente na enunciação pelo silêncio, porque as formulações ditas remetem a uma construção imaginária que produzem um efeito de ancoragem em algum lugar para produzir sentidos de unidade para esse sujeito esfacelado. No silêncio, porém, o sujeito não consegue se esconder sob os excessos que as palavras criam.

Nessa enunciação pelo silêncio, o sujeito se mostra humilhado sem se dizer humilhado, de modo que os efeitos da prática de humilhação nesse sujeito afetam a enunciação que ele produz, materializando nela espaços de silêncio. A materialidade significativa do sentimento de humilhação nesse funcionamento é o silêncio. Um silêncio que não é possível traduzir, pois sua enunciação não é da ordem do dito. Não há, portanto, como fazer processos parafrásticos para o silêncio. Sendo da ordem enunciativa, o silêncio significa a humilhação de outro modo: não é possível saber o que quer dizer a pausa, apenas sei que ela está ali enunciada. E que significa, que produz sentidos plurais que a palavra não pode conter. O sentimento, nesse aspecto, significa naquilo que ele mostra como silêncio, como materialidade de pausas, de ênfases, de outros traços suprasegmentais, mas também das elipses, dos truncamentos, das coisas que se diz para não dizer outras. Toda essa materialidade significativa proporciona uma discursivização do sentimento por meio do funcionamento que chamo de enunciação no silêncio, cujas regularidades são de outra ordem: a ordem do gesto, do ato, que materializam a humilhação sem serem controlados pelo sujeito, nem ofuscados pelo imaginário e tampouco burlados pelo *excesso* que é a *palavra*, como postula Orlandi (1992).

As marcas do silenciamento são, assim, lugares em que a mulher fica tomada pela impossibilidade de dizer. E há, sim, coisas que não podem ser ditas, sendo, então, colocadas no espaço irrealizável de ser enunciado por aquela posição-sujeito, em que podem ser lidas as desnecessidade e/ou as impossibilidades de dizer algo como “eu sou” no presente, em um sentido positivo. E então o silêncio rompe essa necessidade da palavra, a qual não irrompe naquela posição-sujeito. Tal impossibilidade remete à própria enunciação da humilhação que, ao tolher algo do sujeito, fica sentida em silêncio (de sentir, verbo), produzindo sentidos (efeitos) no e pelo silêncio, como proferiu Lagazzi no exame de qualificação deste trabalho. Quando a humilhação marca a mulher, a fala daquele sujeito que

enuncia fica repleta de espaços de silêncio; o dizer tropeça; a palavra (quase) não irrompe e fica em suspenso, significando, quase como em um coro, no silêncio por meio do qual se enuncia a humilhação com os seus efeitos. Haveria muito a se dizer naqueles relatos, mas esses sentidos não precisam ficar presos às palavras. O silêncio dá a eles a liberdade de se multiplicarem, mesmo produzindo sentidos sobre um sentimento de humilhação.

Haveria também muito a dizer nesta pesquisa e sobre ela. Mas, entre os caminhos de ditos e não-ditos, chega um momento em que é preciso aceitar a incompletude e colocar o ponto que materializa uma espécie de final: discursivamente, os sentimentos constituem o sujeito em uma posição.

Tão bonito quanto poder ter algumas considerações para finalizar uma tese é poder deixar espaços em aberto e compreender que são justamente esses espaços que sempre irão motivar a caminhada. Tentar fechar é uma utopia que, como pontua Eduardo Galeano, “serve para isto: para que eu não deixe de caminhar”.

## REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 253-276.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativas. **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 25-42., jul. - dez., 1990.
- AMOSSY, Ruth (org.). **As imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.
- ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Isabel & NAXARA, Marcia. **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ABONG. **Estatuto Social**. São Paulo, SP, 28 de fevereiro de 2013. Disponível em: <[http://www.abong.org.br/quem\\_somos.php?id=3](http://www.abong.org.br/quem_somos.php?id=3)>. Acesso em: 07 jan. 2016.
- BARBAI, Marcos Aurélio. **Discurso e identificação**: o migrante brasileiro clandestino deportado. 2008. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas – Programa de Pós-graduação em Linguística, Campinas-SP, 2008.
- BARBOSA, Marinalva Vieira. **O discurso emotivo nas interações em sala de aula**. São Paulo: Annablume, 2010.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de Linguística Geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 16 set. 2006.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 4.459, de 07 de dezembro de 2004 (Violência doméstica contra a Mulher), com Exposição de Motivos. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <[http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2675:projeto-de-lei-violencia-domestica-contra-a-mulher&catid=216:noticias-e-eventos&Itemid=151](http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2675:projeto-de-lei-violencia-domestica-contra-a-mulher&catid=216:noticias-e-eventos&Itemid=151)>. Acesso em: 22 out. 2012.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

CAPUCCI, Renata. Aumenta número de denúncias de violência contra a mulher no Brasil. [Reportagem]. **Jornal Hoje**, Rede Globo, 11/08/2015. Texto e vídeo disponíveis em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/08/aumenta-numero-de-denuncias-de-violencia-contra-mulher-no-brasil.html>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

CHARAUDEUAU, Patrick. Las emociones como efectos de discurso. **Revista Versión**, UAM, México, n. 26, p. 97-118, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Las-emociones-como-efectos-de.html>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

CHARAUDEUAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília [et al.] (orgs.). **As emoções no discurso**. Vol.2. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-29, jan. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n2p1>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

DECCA, Edgar Salvadori de. A humilhação: ação ou sentimento? In: MARSON, Isabel & NAXARA, Marcia. **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 103-117.

FLORES, Valdir Nascimento. Entre o dizer e o mostrar: a transcrição como modalidade de enunciação. **Organon**, Porto Alegre, n. 40/41, p. 61-75, 2006.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística [1981]. Trad. de Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2010.

GONH, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GUILHAMOU, Jacques. Efeito de sentido e visibilidade social: Co-construção discursiva e o espaço de co-produção no trabalho do pesquisador. In INDURSKY, F. LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: Mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Ed. Claraluz, 2007, p. 199-206.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

HAROCHE, Claudine. **A condição sensível**: formas e maneiras de sentir no ocidente. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

HAROCHE, Claudine. Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do espaço interior. In: MARSON, Isabel & NAXARA, Marcia (orgs.). **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 31-48.

HAROCHE, Claudine; SEIXAS, Jacy. Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras. **Jornal da Unicamp**. Ed. 251, 10-16 mai. 2004. p. 2. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/maio2004/ju251pag2a.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2004/ju251pag2a.html)>. Acesso em: 12 nov. 2012.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. **A semântica e o corte saussuriano**: língua, linguagem, discurso [1971]. Trad. de Roberto L. Baronas e Fábio César Montanheiro. Disponível em: <[http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao\\_hph.php](http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php)>. Acesso em: 12 abr. 2011.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

IZUMINO, Wania Pasinato. Violência contra a mulher no Brasil: acesso à justiça e construção da cidadania de gênero. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, setembro de 2004, Coimbra. **A questão social no novo milênio**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Painel. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel12/WaniaPasinatoIzumino.pdf>>. Acesso em: 10/04/2006.

IZUMINO, Wania Pasinato. **Justiça para todos**: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero. 2003. 389f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo – Programa de Pós-graduação em Sociologia, São Paulo-SP, 2003.

LAGAZZI, Suzy. Em torno da prática discursiva materialista. **Organon**. Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 85-100, jul. - dez., 2015.

LAGAZZI, Suzy. Delimitação, inversões e deslocamentos em torno do Anexo 3. In: \_\_\_\_\_; ROMUALDO, Edson C; TASSO, Ismara (orgs.). **Estudos do texto e do discurso**. O discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013, p. 311-331.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significante. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel L.; CASTELLO BRANCO, Luiza K. (orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG, 2011. p. 401-410.

LAGAZZI, Suzy. A contradição no funcionamento das discursividades contemporâneas. In: IV Seminário Internacional de Análise de Discurso. 2009, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre: Instituto de Letras – UFRGS, 2009. 1 CD-ROM.

LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 23, 2008, Goiânia, GO. Resumo expandido. Goiânia, Anpoll, 2008. p.1-3. Disponível em: <<http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. In: **Revista Letras**, n. 27, jul. – dez., 2003. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896/7318>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

MACHADO, Aline Maria Batista. O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9, 2012, João Pessoa, PB. Anais... João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012. p. 3486 – 3502. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.05.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.05.pdf)>. Acesso em: 16. Ago. 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-29.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Hesitação. In: JUBRAN, Clélia C. A. S; KOCH, Ingedore G. V. (orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 48-70.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA**: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. UNICAMP-NUDECRI, Campinas, n. 5, 1999. p. 47-61.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 - 1989). 1996. 256f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Campinas-SP, 1996.

MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.

OLIVEIRA, Alexsander; SOUZA, Pedro de. Tempo e hesitação: a subjetivação em narrativas pessoais. **Working papers em Linguística**, UFSC, n. 04, 2000, p. 40-53.

ONU. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Nova York, 1979. In: BRASIL. Alice Libardoni (coord.). Secretaria de Estado dos direitos da Mulher – SEDIM. **Direitos humanos das mulheres... em outras**

**palavras:** subsídios para capacitação legal de mulheres e organizações. Brasília, DF: AGENDE, 2002.

ORLANDI, Eni P. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: \_\_\_\_\_. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012, p. 213-234.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: **Introdução às Ciências da Linguagem:** Discurso e Textualidade. ORLANDI, Eni P. e LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. (Orgs.). Campinas: Pontes, 2006, p. 11-31.

ORLANDI, Eni P. Do sujeito na história e no simbólico. In: \_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento linguístico:** para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002, p. 65-73.

ORLANDI, Eni. P. O próprio da Análise do Discurso. In: **Escritos 3:** Discurso e política. Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB - NUDECRI – UNICAMP: 1998, p. 11-13.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni P. Palavra de amor. **Caderno de estudos linguísticos**, n. 19, p. 75-95, jul.-dez. 1990.

ORLANDI, Eni L. P. Segmentar ou recortar? **Série Estudos**, Uberaba, n. 10, p. 9-26, 1984. (Linguística: questões e controvérsias.)

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo; TARALLO, Fernando. **Vozes e contrastes:** discurso na cidade e no campo. São Paulo: Cortez, 1989.

PAULILLO, Rosana. **A enunciação vacilante:** formas do heterogêneo no discurso de si. 2004. 273f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Campinas-SP, 2004.

PAYER, Maria Onice. Escrever, (d)enunciar a verdade, sugerir sentidos. In: MARIANI, Bethania (org.). **A escrita e os escritos:** reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 59-70.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas [1975]. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso.** Trad.: Bethânia S. C. Mariani [et al]. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 159-249.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD - 69) [1969]. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Trad.: Bethânia S. C. Mariani [et al.]. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. [1975] Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento [1983]. Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi. 5.ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PERON, Ana Paula. **Entre relatos e registros**: a discursivização da violência conjugal na Delegacia da Mulher de Maringá. 2007. 135f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-Graduação em Letras, Maringá-PR, 2007.

PLANTIN, Christian. As razões das emoções. In: MENDES, Emília [et al.] (orgs.). **As emoções no discurso**. Vol.2. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

ROBIN, Régine. **História e lingüística**. Trad.: Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1973.

ROURE, Glacy Queiroz de. “Todo mundo sabe disso... Mió eu sumi daqui”. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. São Paulo: Pontes, 2001. p. 61-82.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. Violência de gênero no Brasil: conceitos versus dados. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 48, 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC-SP, 1996, v. 1, p. 531-533.

SANTANA, Wedencley Alves; MELO E COSTA, Stephanie Lyanie. Quem sou eu para lhe falar assim? A construção de “discursos de si” por pessoas com HIV e o lugar do analista na entrevista discursiva. **Entremeios**: revista de estudos do discurso, v.9, jul. de 2014. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/195.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **E.I.A.L – Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, jan. - jun. 2005. Disponível em: <[http://www.tau.ac.il/eial/XVI\\_1/mcDowell.html](http://www.tau.ac.il/eial/XVI_1/mcDowell.html)>. Acesso em: 18 mai. 2006.

SCHERER, Amanda E. Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz. In: MARIANI, Bethania (org.). **A escrita e os escritos**: reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 13-20.

SOUZA, Pedro de. Voz como objeto simbólico. 2016. Vídeo (8:39). In: **Enciclopédia Virtual de Análise do discurso e áreas afins**. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Laboratório de Estudos do

Sujeito. Disponível em: <<http://ufftube.uff.br/video/R7A4XK2BN29O/Voz-como-objeto-simbolico--Pedro-de-Souza>>. Acesso em: 16/03/2016.

STECANELA, Nilda; FERREIRA, Pedro M. O território íntimo da violência de gênero: o que dizem as mulheres? In: \_\_\_\_\_. **Mulheres e direitos humanos**: desfazendo imagens, (re)construindo identidades. Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 2009, p. 189-232.

ZOPPI FONTANA, Monica Graciela. Lugares de enunciação e discurso. In: **Leitura**, n. 23, p. 15-24, 1999.

## ANEXOS

## ANEXO A – Normas utilizadas para a transcrição do material

### a) Normas de transcrição do projeto NURC

<i>Ocorrências</i>	<i>Sinais</i>	<i>Exemplificação*</i>
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )	do nível de renda... ( ) nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entoação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ...o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	-- --	... a demanda de moeda -- vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	{ ligando as linhas	A. na { casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizeram { lá... B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... "O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRElra entre nós"....

\* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP n. 338 EF e 331 D2.

#### Observações:

- Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
- Números: por extenso.
- Não se anota o *cadenciamento da frase*.
- Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::... (*alongamento e pausa*).
- Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*, conforme referido na *Introdução*.

**Referência:** PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson (Orgs). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**. São Paulo: T. A. Queiro, Fapesp, 1990. v. 4.

b) *Alterações realizadas nesta pesquisa com relação às normas de transcrição do projeto NURC:*

– **Pausas:**

Pausas corriqueiras (como as marcas da respiração)	...
Pausas longas (algo entre dois e três segundos)	... ..
Pausas muito longas (um silêncio que excederia os aproximadamente três segundos)	... ..
Pausas demasiadamente longas (silêncio maior que 5s)	... ..

Saliento, no entanto, que as pausas não estão milimetricamente cronometradas, e é apenas o meu gesto de escuta – atrelado, sim, ao correr do tempo que vejo sendo marcado pelo *player* – que marca a extensão desses espaços em que se diz com o silêncio.

- **Frases exclamativas:** Foram marcadas com o ponto de exclamação.
- **Acréscimos:** Foram escritos entre colchetes [ ] alguns acréscimos esclarecedores e palavras que, nos recortes, possam ter ficado em elipse.
- **Dados pessoais:** Nomes de pessoas e de lugares que pudessem remeter à identificação das participantes, endereços e números de telefone foram substituídos por [xx].

## ANEXO B – Declaração de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa



---

Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 03 de novembro de 2016.

### DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o projeto de pesquisa intitulado **“SER MULHER, SENTIR A VIOLÊNCIA, ENUNCIAR OS SENTIMENTOS: UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A HUMILHAÇÃO NA CONDIÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL”** (CAAE: 11803712.1.0000.5404), bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sob responsabilidade da pesquisadora Dra. Ana Paula Peron, foi aprovado e homologado na XII Reunião Ordinária do Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP, em 18 de dezembro de 2012.

  
**Dra. Renata Maria dos Santos Celeghini**  
COORDENADORA DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA  
UNICAMP